

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**NACIONALISMOS DO SUL:
UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DOS DEBATES SOBRE NACIONALISMOS E
REGIONALISMOS PROMOVIDOS POR DOIS GRUPOS SEPARATISTAS DA
REGIÃO SUL DO BRASIL**

WERNER BERGAMIN HERTZOG

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Orientador(a): Denise Fagundes Jardim

Porto Alegre, junho de 2009.

*El Estado comienza por ser una obra de
Imaginación absoluta. La imaginación es el
poder libertador que el hombre tiene. Un
pueblo es capaz de Estado en la medida en
que sepa imaginar. De aquí que todos los
pueblos hayan tenido un límite en su
evolución estatal, precisamente el límite
impuesto por la naturaleza a su fantasía.*

José Ortega y Gasset

RESUMO

Este trabalho pretende-se uma análise antropológica dos debates sobre nacionalismos e regionalismos promovidos pelos grupos auto-denominados movimentos separatistas “O Sul é Meu País”, atuante nos três estados da Região Sul do Brasil, e “Rio Grande Livre”, atuante no estado do Rio Grande do Sul. A análise aqui desenvolvida enfoca principalmente a produção de intelectuais engajados em ambos os movimentos, tentando lançar luz sobre como e por que esses atores sociais agem no sentido de reinventar e atualizar identidades regionais vinculadas às suas áreas de atuação sob a forma de identidades nacionais. Apesar de fragmentadas e inacabadas, essas identidades ganham sentido e coerência para os atores desses movimentos separatistas e podem ser analisadas como discursos nacionalistas relativamente unificados, formulados com o objetivo de resolver problemas e contradições inerentes a esses movimentos.

ABSTRACT

The following is an anthropological analysis of the debates on nationalisms and regionalisms promoted by the self-denominated separatist movements “O Sul é Meu País” (The South is My Country), present in the three states of Southern Brazil, and “Rio Grande Livre” (Free Rio Grande), which operates in the state of Rio Grande do Sul. The analysis developed here focuses mainly on the writings and speeches of intellectuals participant in these movements and tries to shed some light on how and why these social actors act in order to reinvent and update regional identities related to their places of origin as national identities. Despite being fragmented and uncompleted, these identities are meaningful and coherent to the actors involved with separatist causes, and therefore can be analyzed as relatively unified nationalist discourses that are formulated to solve problem and contradictions intrinsic to those movements.

Lista de abreviaturas e siglas

MRR – Movimento República Riograndense

MRP – Movimento República do Pampa

MSP – Movimento O Sul é Meu País

PRF – Partido da República Farroupilha

RDA – República das Araucárias

RSLivre – Movimento Rio Grande Livre

USB – União Sul Brasileira

Sumário

Introdução.....	6
1 Federação ou separação?.....	12
1.1 <i>Universo de pesquisa e metodologia.....</i>	14
1.2 <i>Identidades inacabadas.....</i>	19
1.3 <i>Raízes históricas e culturais.....</i>	22
1.4 <i>Regional versus nacional.....</i>	25
2 Nacionalismo em teoria.....	28
2.1 <i>Definições.....</i>	30
2.2 <i>Nacionalismo e modernidade.....</i>	35
2.3 <i>Conclusão.....</i>	39
3 O cão que não conseguiu latir, ou: As “nações” do Sul.....	42
3.1 <i>O Rio Grande como nação.....</i>	44
3.2 <i>O Sul como nação.....</i>	51
3.3 <i>O Manifesto Libertário GESUL.....</i>	56
3.4 <i>Percepções de crise e salvacionismo.....</i>	61
4 O homem e a terra: Tipos regionais e naturalização da identidade.....	65
4.1 <i>Tipos regionais, caráter nacional e folclorismo.....</i>	66
4.2 <i>O gaúcho na leitura de um separatista: liberal, democrata e igualitário.....</i>	70
4.3 <i>O problema da língua e o falar gaúcho.....</i>	72
4.4 <i>O nacionalismo ecológico da República das Araucárias.....</i>	75
Considerações finais.....	78
Referências bibliográficas.....	81
Anexos.....	85

Introdução

Em 1831, o naturalista francês Saint-Hilaire publicava no periódico científico *Revue des Deux Mondes* uma exaltada defesa da monarquia brasileira, último reduto da fórmula absolutista de manutenção do poder nas Américas. Argumentava que somente a continuação da monarquia poderia manter a unidade nacional: o rei, cuja posição era legitimada por sua ascendência dinástica, “mantinha unidas as províncias desse vasto império; e sua existência em si representava uma barreira erguida contra os ambiciosos que brotam de todos os cantos, movidos por uma mediocridade somente igualada por sua determinação descomunal.” (Saint-Hilaire, 1831, apud Costa, 2008, p. 321)

Os “ambiciosos” alvejados por Saint-Hilaire eram os federalistas, que à época compunham parte significativa das elites locais, principalmente na Província do Rio Grande do Sul. Manter a monarquia, para o autor francês, seria a melhor maneira de evitar com que as províncias brasileiras tivessem o mesmo destino que as da América Espanhola: à independência sucederia a fragmentação e a criação de pequenas repúblicas. Por toda a América Latina idéias liberais advindas do iluminismo francês tinham sido precocemente postas em prática e fomentado fortes sentimentos independentistas, sempre inspirados na Revolução Americana de 1776; da Guatemala à Bolívia, fragmentavam-se as antigas colônias espanholas, no que parecia ser um padrão, uma norma de secessão. Numa terra onde caudilhos dispunham de todos os meios necessários para se perpetuar no poder, não havia interesse da parte de suas elites em levar adiante uma unificação das Américas conforme proposta pela ideologia Bolivariana. A secessão seria o padrão na América Latina, não fosse por este gigante estranho, monolítico e altamente militarizado chamado Império do Brasil. E era na manutenção dele que Saint-Hilaire pensava quando argüía de maneira categórica que a monarquia era a única força capaz de manter a união territorial do Brasil unido após tornar-se independente de Portugal: “Esperemos que todos os brasileiros que honram o nome da mãe pátria se unam em torno do jovem Pedro, os que amam a liberdade com todo o coração e não querem vê-la posta a perder por uma corja de tiranos abjetos e vorazes.” (Saint-Hilaire, 1831, apud Costa, 2008, p. 322).

O tempo passou e monarquia acabaria por perdurar por mais 42 anos mantendo a unidade territorial brasileira intacta, à exceção do interlúdio da República Rio-Grandense. Após o Império veio a República, acompanhada em seus primeiros anos por novas convulsões separatistas que desta vez seriam devidamente amansadas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. E Saint-Hilaire, muito lido por intelectuais brasileiros do século 19, provou-se correto: o Brasil não se fragmentou. Pelo contrário, se consolidou.

Foi justamente após 1985, quando parecia enfim consolidado o processo de integração nacional no Brasil, que alguns movimentos separatistas começaram a surgir na Região Sul do país, trazendo à tona o velho e persistente tema da relação entre a União e suas regiões – que desde o século 19, nos escritos do naturalista francês, já compunham pautas de debates sobre a integridade ou fragmentação nacionais.

Para os separatistas modernos, o ano de 1993¹ é um marco, pois nele esse separatismo novo, remodelado, entrou para a pauta das discussões nacional ao receber manifestações favoráveis de figuras até então insuspeitas. Para além de 1993, a bem da verdade, durante um largo espaço de tempo entre as décadas de 80 e 90 os gaúchos parecem ter vivido um momento catártico onde se procurou resolver um antigo e mal resolvido conflito entre identidades nacional e regional. Nesse contexto, a ebulição de sentimentos separatistas seria apenas uma faceta dessa crescente onda de restabelecimento de uma cultura marcadamente regional que à época canalizou a atenção de intelectuais, jornalistas, políticos e folcloristas, gerando um vasto número de publicações a respeito, delineando fronteiras simbólicas e reiterando/reforçando a coerência de símbolos tidos como tradicionais. Na antropologia, o tradicionalismo gaúcho foi estudado por Ruben Oliven e Maria Eunice Maciel, dentre outros, tendo sido interpretado, de modo geral, como movimentos que buscam reinventar tradições como reação à consolidação da unificação nacional brasileira ao enfraquecimento de fronteiras regionais decorrente do processo de globalização.

A partir de meados dos anos 90 os separatistas acabariam por desaparecer progressivamente do noticiário nacional. O que o que explica o seu aparente desaparecimento? Certamente, como todo movimento inflacionado pelo espírito de uma

¹ Talvez não seja coincidência que poucos meses (em dezembro de 1992) antes o presidente brasileiro tenha sofrido um impeachment. Além disso, 1993 foi o ano em que foi conduzido o Plebiscito sobre a forma e o sistema de governo do Brasil. Isso, além de outros fatores, podem ter contribuído para a aparição desses movimentos.

época, os separatistas dos anos 90 tiveram seguidores ocasionais que porventura abandonaram a causa quando esta se mostrou inviável. Apesar disso, movimentos como “O Sul é Meu País”, e “Rio Grande Livre” continuam a mobilizar uma quantidade considerável de pessoas – muitas das quais jovens – que após quase 20 anos insistem em discutir, planejar e professar a idéia de secessão².

Interessado no fenômeno do nacionalismo, resolvi olhar mais de perto esses movimentos e escrever este trabalho. O universo de pesquisa escolhido foi dois grupos separatistas: o **Movimento O Sul é Meu País**, fundado em 1991 e atualmente mantido principalmente por catarinenses e paranaenses, e o movimento **Rio Grande Livre**, fundado em 2008 e mantido apenas por gaúchos. Esses grupos são planejados e mantidos por indivíduos que podemos classificar como intelectuais separatistas e nacionalistas, que promovem reuniões e assembléias e publicam artigos na internet e livros discutindo aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais que fazem com que Sul (no caso do primeiro grupo) ou o Rio Grande do Sul (no caso do segundo) sejam nações que necessitem buscar autonomia através da secessão do Brasil. Estive em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e pude entrevistar membros e ativistas de ambos os grupos. Busquei analisá-los experimentando um enfoque comparativo, por isso a escolha por centrar-me em dois movimentos, ao invés de um. Uma explicação mais detalhada sobre esses grupos, de suas histórias e dos atores envolvidos em suas causas será desenvolvida no capítulo 1.

Por que entender esses grupos separatistas à luz das teorias sobre nacionalismo? Em resumo, por dois motivos: 1º) Os intelectuais desses movimentos se assumem abertamente nacionalistas quando questionados a respeito; e 2º) eles conceituam o Rio Grande do Sul ou no Sul do Brasil como nações (sem estado).

Evidentemente, nem todos os gaúchos ou brasileiros do Sul compartilham do ponto de vista desses separatistas, mas o fato de estas pessoas se organizarem em grupos dedicados ao cultivo de uma cultura nacional e militarem pela autonomia do “povo sul-brasileiro” ou “povo gaúcho”, mesmo que suas concepções nacionais estejam longe de ser amplamente difundidas e consensuais, já os caracteriza como grupos nacionalistas. Como veremos no capítulo 1, a

2 Dizem os jornalistas que quando um cachorro um homem, não faz notícia, Mas se um homem morde um cachorro, isso é novidade. Talvez o caso dos separatistas seja como o do como o cachorro que morde o homem: viraram lugares-comuns dentro espaço cultural da Região Sul do país e por isso já não fazem mais as manchetes de jornais como antes.

identidade dessas nações professadas pelos separatistas é bastante fragmentada, havendo inúmeras divergências entre a forma com que são definidas e planejadas por integrantes desses movimentos. Dada falta de consenso sobre definições nacionais, o trabalho dos intelectuais desses movimentos é crucial: são eles os atores que se mobilizam em torno da causa nacionalista, que estudam, discutem, escrevem a respeito e, por vezes, acabam atuando também como profetas de suas de suas narrativas nacionais. Decidi, por isso, centrar o foco deste trabalho na produção desses intelectuais e conferir como eles trabalham com discursos regionalistas e nacionalistas e de que maneira articulam elementos culturais para inventar e profetizar seus ideais de nação.

Minhas motivações pessoais para estudar esses movimentos vêm da leitura de teóricos que analisaram os mecanismos sociais subjacentes ao surgimento de nacionalismos nos últimos três séculos, como Benedict Anderson, Ernest Gellner e outros. Estudar o separatismo no Sul do Brasil foi como observar o nacionalismo no microscópio: apesar de pequenos, observei nesses movimentos a repetição de algumas características marcantes de nacionalismos europeus e americanos do século 18, assim como de nacionalismos africanos surgidos a partir do processo de descolonização do continente³. Meus interesses de pesquisa se estendiam sobre um espectro que vai desde um enfoque cognitivo (como esses atores imaginam e representam suas nações) à procura por explicações macrosociológicas (quais as condições sociais e históricas que possibilitam a emergência e a difusão de ideologias nacionalistas). Os resultados dessa miscelânea de interesses teóricos estão dispersos de maneira mais ou menos ordenada ao longo desta monografia. A antropologia social, por sua diversidade intrínseca e por seu caráter holista, parecia a melhor maneira de trazer à luz esses interesses e problematizá-los. Por uma questão metodológica – não trabalhei com dados quantitativos – os problemas microsociológicos acabaram tomando um espaço muito maior durante a redação deste trabalho.

O capítulo 1 introduzirá o leitor ao o objeto deste estudo: dois movimentos separatistas do Sul do Brasil e seus intelectuais – quem são, quando surgiram, quais suas motivações, qual sua abrangência e em qual contexto surgiram. Além disso, o capítulo

3 Encontrei poucas publicações em português que tenham lidado com fenômeno do nacionalismo no Brasil ou na América Latina – uma rara exceção é a coletânea “Nacionalismo no novo mundo” (Pamplona e Doyle, 2008), que serviu de encorajamento para esta monografia.

discutirá brevemente algumas fontes da literatura nas ciências sociais que lideram especificamente com o problema do separatismo gaúcho na década de 90, investigando se esses movimentos têm raízes históricas e qual a importância do regionalismo gaúcho para sua emergência. O capítulo termina com uma rápida revisão dos conflitos regionalistas no Brasil, com alguma ênfase na Região Sul. Essa revisão é necessária para introduzir o leitor ao universo histórico sobre o qual os intelectuais dos movimentos separatistas estudados trabalham.

O capítulo 2 é leitura opcional: traz um apanhado geral o referencial teórico utilizado. Na primeira parte, discuto a possibilidade de se definir nação e nacionalismo. Na segunda, reviso o que alguns teóricos propuseram a respeito da relação entre nacionalismo e modernidade. Por fim, na terceira parte concluo com algumas asserções gerais sobre teorias do nacionalismo e de que forma elas podem nos ser úteis para analisar o objeto de estudos desta monografia. Este capítulo é, em suma, uma compilação de reflexões acerca dos referenciais teóricos que acumulei durante alguns meses de estudo.

O capítulo 3 analisa como intelectuais separatistas definiram e definem o Rio Grande do Sul e a Região Sul do Brasil como nações. Diferentes projeções do Rio Grande como nação serão analisados e revisados, desde o separatismo da República Rio-Grandense, dos anos 90, até o que os membros de um grupo recente, o Rio Grande Livre, têm a dizer sobre como vislumbram seu estado como uma nação. O Sul como nação, que também povoou a imaginação de uma série de intelectuais separatistas, também é analisado, com destaque especial para o Manifesto Libertário produzido pelo GESUL, um grupo de intelectuais separatistas ligado ao Movimento O Sul é Meu País. Ao final do capítulo analiso como esses grupos interpretam suas diferenças e conciliam conflitos, de que maneira professam a idéia separatista e qual a ligação entre o nacionalismo como doutrina salvacionista e as percepções subjetivas de “crise” dos membros desses movimentos.

O capítulo 4, enfim, trata da relação entre as doutrinas nacionalistas professadas pelos separatistas do Sul e tradicionalismo. Veremos como esses intelectuais separatistas relacionam suas nações imaginadas ao tipo regional (ou arquétipo) do gaúcho e de que maneira essa ligação entre o homem gaúcho e a terra é usada para atribuir uma essência e naturalizar suas nações. Analisarei como os separatistas lidam com diferenças e semelhanças na língua

portuguesa para demarcar fronteiras nacionais, por fim, discutirei a República das Araucárias, uma das possíveis nações imaginadas por intelectuais separatistas, que mescla elementos de regionalismo a ecologismo de maneira a compor um ideário nacional atual e naturalizado.

1 Federação ou separação?

*O Brasil sofre, porque se aproxima do seu fim... Sim;
esse triste mito vai morrer – e, na agonia,
estremecendo, sacode-nos a todos. Nada mais.*

Allyrio Wanderley (teórico do separatismo, 1935)

“Aqui está um livro que trata da formação do nosso povo”, escutei dizer Celso Deucher⁴, ex-presidente do Movimento O Sul é Meu País (MSP), ao que me estendia uma cópia de “Tordesilhas: muito mais que um tratado” – escrito por Adílzio Cadorin, fundador do mesmo grupo. Tendo, até então, me preocupado pouco com o cultivo de uma identidade local, deixei-me deslumbrar com a idéia de pertencer à nação ainda inominada dos estados do Sul. Pensei que se investisse mais tempo em minha conformação à identidade regional poderia introduzir uma carga extra de sentido para orientar minhas ações no mundo, ou, quem sabe, desfrutar da segurança de se pertencer a uma comunidade assegurada pela manutenção de tradições de tempos imemoriais. Os benefícios decorrentes da assunção de uma identidade são sempre muito claros, óbvios até, principalmente para quem faz dela um propósito de vida ou sua fonte principal de solidariedade. A nação, observou Stuart Hall, “dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após a nossa morte” (Hall, 2003, p. 52).

Durante entrevista, realizada numa tarde de domingo em Brusque (Santa Catarina), ouvi que a República-a-ser-fundada dos estados do Sul, conforme proposta por Deucher e seus “compatriotas” do Movimento O Sul é Meu País, seria institucionalmente liberal, secular, pluralista, regida por um estado de direito e dotaria seus partícipes de uma cidadania civil que lhes instituiria de direitos e lhes cobraria deveres. Seria possível, portanto, ser parte desse “povo” sem precisar enquadrar-se num quadro referencial cultural ou tomar parte em uma narrativa nacional. O novo país estaria em consonância com o pluralismo étnico e portanto admitiria os mais variados tipos humanos, independentemente de suas origens étnicas ou credo. “Mas, então, o que uniria as pessoas que porventura possam fazer parte da nação do Sul?” – perguntara eu a Deucher que, acostumado com entrevistas desse tipo e ciente da do

4 Formado em filosofia, Deucher é professor e jornalista, residente em Brusque – Santa Catarina.

potencial para controvérsia inerente ao discurso separatista, respondeu de imediato: “apenas a vontade de fazer parte de fazer parte e construir essa nação”.

A idéia de nação como projeto em comum – ou como um fim a sem almejado – havia despontado diversas vezes durante a entrevista. O discurso de Deucher, aprimorado e atualizado ao longo de mais de quinze anos de envolvimento com a causa separatista, parecia extremamente moderado e cauteloso para quem havia pertencido a um grupo de movimentos acusado pela imprensa, quinze anos antes, de pregar a instituição da “República dos Birutas”⁵. O separatista catarinense enfatizava a lógica puramente econômica de seu argumento em favor da secessão. Tratava-se do típico argumento libertário: um governo descentralizado e diminuto, mais perto do povo, é mais eficiente; portanto, perder-se-iam menos recursos quando às pessoas fosse concedido o direito de auto-determinação. Logo, a separação do Sul não estaria fundamentado num argumento estritamente nacionalista (a idéia de que cada nação deve ter sua autonomia assegurada pela presença de um estado próprio – com todas as ambigüidades que o conceito de nação pode gerar). Para Deucher, “o Sul (ou 'nosso povo') é composto por diversas nações”. Não haveria, no presente, uma nação sulina unificada: ela teria de ser construída – e professada.

A fala de Deucher, que insistia no caráter não-nacionalista de seu movimento, parecia frustrante para minhas pretensões de escrever uma monografia sobre movimentos, ideólogos e ideologias nacionalistas na Região Sul do Brasil. Tempos depois, percebi que apesar de ter assumido um tom pluralista em anos recentes, o discurso nacionalista permanece entremeado nesses movimentos, ainda que seja veiculado através de uma retórica mais “moderada”. Em outras palavras, o discurso nacionalista foi atualizado – seus intelectuais tiveram de reformá-lo para que continuasse existindo numa época em que movimentos nacionalistas são comumente classificados como extremismos de direita.

Iniciei este trabalho interessado no problema de como intelectuais atuantes em movimentos separatistas – como Celso Deucher – articulam componentes de identidades regionais para formular discursos nacionalistas numa era de comunicações de massa, em que a unidade nacional brasileira parece incontestável. A leitura de autores como Benedict

5 Expressão cunhada pela reportagem homônima exibida pelo jornal Zero Hora de 11 de maio de 1993 (Política, p. 11), tornou-se popular entre alguns separatistas para descrever a República do Pampa Gaúcho, projeto nacionalista proposto pelo santa-cruzeiro Irton Marx (ver capítulo 3.1).

Anderson, Ernest Gellner, Anthony Smith, Dan Sperber e Fredrik Barth havia suscitado algumas inquietações concernentes à formação de grupos nacionalistas, entre as quais posso enumerar algumas: 1) qual seria a relação entre esses movimentos nacionalistas do Sul e identidades étnicas?; 2) como se organizariam esses movimentos e qual o papel de seus intelectuais na formulação de seus ideários?; 3) qual a relação entre a difusão de informações através de diferentes tipos de meios de comunicação e a manutenção de identidades regionais?; 4) o que motivaria esses atores do separatismo a efetuar a transformação de identidades regionais em identidades nacionais?; 5) como explicar as similaridades existentes entre diferentes movimentos nacionalistas, tais como a retórica salvacionista, o culto aos valores tradicionais, a rememoração e a reinvenção de passados e tradições idílicas e a tendência a naturalizar identidades e caracteres nacionais?; 6) de que maneira o discurso nacionalista, aparentemente anacrônico para muitos, ganha relevo para intelectuais e atores engajados nesses movimentos?; e, por fim, 7) como os intelectuais de diferentes movimentos nacionalistas negociam e competem para estabelecer suas representações nacionais no jogo entre identidades regionais e nacional?

Recomenda-se sempre, na antropologia, tornar claras ao leitor as relações entre pesquisador e objeto de estudos. Não tive envolvimento significativo pessoal com o separatismo no Sul do país e com o tradicionalismo gaúcho até o momento em que comecei este trabalho. Nasci em São Paulo e fui radicado no Rio Grande do Sul. Nunca nutri grande identificação por identidades regionais – logo, tratava-se de uma relação de estranhamento. Adverti a todos os interlocutores com quem dialoguei a respeito de minha apatia frente às identidades sulista e gaúcha, o que parece não ter prejudicado o trabalho, apesar de ter de ouvir alguns deboches sobre minha identidade “paulista”. Meu considerável distanciamento desses movimentos separatistas fez com que eles insurgissem ocultos sob um véu de mistério, o qual tentei remover aos poucos, conforme juntava informações e aprendia sobre eles principalmente a partir da literatura indicada por meus informantes.

1.1 Universo de pesquisa e metodologia

Tendo inicialmente me preocupado com a unificação nacional do Brasil através dos meios de comunicação de massa, vim a descobrir, ironicamente, que é justamente através da

expansão e descentralização das comunicações com o uso da internet que os grupos separatistas têm se articulado atualmente⁶. Uma rápida pesquisa pela rede mundial de computadores introduziu-me ao universo no qual conduziria esta pesquisa: integrantes dos movimentos O Sul é Meu País (MSP) e Rio Grande Livre (abreviado como RSLivre)⁷.

O Movimento O Sul É o Meu País (MSP), criado em 1991 em Laguna por Adílzio Cadorin⁸, é certamente o maior e mais atuante dos grupos do gênero atualmente. Não há como ter um número preciso de quantos membros e simpatizantes, atuantes ou não, a ele são filiados, mas podemos fazer uma estimativa utilizando os mesmo critério utilizados pelos membros do movimento: a filiação pela internet. O grupo conta com um website e organiza-se principalmente através da rede social virtual *Orkut*, na qual possui aproximadamente 250 comunidades. Ao somar o número de membros pertencentes a cada uma das comunidades virtuais do MSP obtive o número de 42.021 participantes. Quase todas as comunidades são ilustradas pelo logotipo do movimento e se referem a cidades na qual ele possui representantes (normalmente do interior de Santa Catarina ou Paraná), o que sugere que pelo menos boa parte dessas 42 mil pessoas estão cientes dos ideais do grupo e não entraram em suas comunidades por acaso. Excetuando-se casos em que a mesma pessoa participa de mais de uma comunidade, estipulo que o número de pessoas vinculadas ao MSP através da internet está em torno de 30 mil. Formalmente, o MSP tem “embaixadores” em 12 países e representantes autorizados em 50 municípios do Rio Grande do Sul, 53 de Santa Catarina e 32 do Paraná⁹. O número de simpatizantes do grupo é medido pelo grau de aceitação que a o

6 Organização desses grupos não se dá através da internet por acaso. Talvez não seja demasiado conjecturar que movimentos desse tipo só existam devido à possibilidade de se organizarem por meio virtual. Como veremos no capítulo 2, a imprensa foi crucial para o surgimento dos primeiros nacionalismos, e certamente a descentralização das formas de comunicação que está a ocorrer com a propagação da internet serve de incentivo para que identidades locais possam se manifestar com maior força atingir novos adeptos.

7 Outros grupos separatistas existiriam nos anos 90, tendo alguns sido absorvidos por movimentos maiores enquanto outros ainda existem, embora o autor não tenha entrado em contato com seus membros. Deucher (2006, p. 20) fornece uma lista: no Rio Grande do Sul, O Movimento República do Pampa (MRP – que será revisado no capítulo 3 desta monografia), Partido da República Farroupilha (PRF), Movimento Pátria Livre (MPL), Movimento Pátria do Rio Grande (MPR), Frente Pela Libertação do Sul (FLS); e no Paraná, Sociedade Amigos do Paraná (SAP) e Movimento República das Araucárias (MRA). Há também, no Brasil, o Instituto Federalista (IF) e o Partido Federalista (PF), instituições dedicadas ao fomento da descentralização administrativa e da independência regional que, apesar de não pregarem o separatismo, contam com a simpatia de alguns separatistas.

8 Cadorin foi prefeito de Laguna entre os anos de 2000 e 2004, permanece sendo um dos intelectuais do MSP. não consegui entrevistá-lo, tive acesso a alguns de seus escritos (ver em anexos - “biblioteca separatista”).

9 A obsessão com a estruturação institucional é comum em movimentos separatistas e pode ser interpretada como uma estratégia para afirmar seu caráter legal. Os membros do MSP orgulham-se por fazer parte do único movimento separatista brasileiro reconhecido juridicamente.

separatismo atinge em pesquisas de opinião eventualmente realizadas por seus membros (cujos resultados não são divulgados)¹⁰. O movimento, durante o ano de 2008, publicou nos estado de Santa Catarina e Paraná uma revista de circulação mensal, a Revista Sul Livre, mas ela parece ter saído de circulação.

O MSP foi criado em defesa da secessão da Região Sul do Brasil inteira e por completo, mas em anos recentes o movimento tem adotado uma retórica mais “moderada” e passou a aceitar a idéia de confederação ou simplesmente a ampliação do federalismo e a descentralização¹¹ do Governo Federal brasileiro. Como a concepção do Sul como país está longe de ser unânime entre a população da região, já que não existe bem sedimentada no senso comum a noção de uma cultura ou etnia próprias do sul, o grupo tem de investir parte de seus esforços planejando, pensando e discutindo a natureza da nação sulina. Discussões de caráter ideológico são deixadas a cargo do **Grupo de Estudos do Sul (GESUL)**, formado por um seletto grupo de 16 intelectuais ligados ao MSP. Essas discussões são privadas e mantidas e conhecidas apenas por seus membros, os quais eventualmente publicam livros, panfletos ou artigos na internet a partir dos quais podemos ter uma idéia de quais são suas propostas. O GESUL trata, em suma, de discutir o planejamento da nação do Sul – assunto de potencial incendiário e que por isso é tratado com cautela por seus componentes. O grupo publicou um Manifesto Libertário em 2000, uma longo tratado no qual argumenta que a Região Sul constitui uma nação que deve buscar reconhecimento de organizações internacionais. A divisão de tarefas entre GESUL e o grupo separatista é estratégica: conforme esclareceu-me Deucher, ao transferir todo o trabalho ideológico para um grupo separado o MSP se coloca como entidade politicamente neutra, aceitando membros de todos os credos políticos e origens étnicas unidos tão somente pela vontade de seccionar o Sul do resto Brasil. Seu ex-presidente relatou-me que adeptos de extremismos políticos tanto de esquerda quanto de direita com

¹⁰ Diversas pesquisas de opinião foram realizadas pelo IBOPE e por órgãos de imprensa nos anos 90 e a taxa de aprovação do separatismo variava de 30 a 50% - alcançando em Santa Catarina, no ano de 1993, mais da metade de população.

¹¹ A política de descentralização administrativa já consta na a pauta de propostas de partidos políticos como o PMDB do governador de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira, que à época da redação desta monografia anunciava na televisão e na internet que “o PMDB catarinense tem a cara do novo Brasil, que precisa ser construído com a cara da descentralização”. As posições políticas de Luiz Henrique agradam aos separatistas e são elogiadas em livro publicado por Celso Deucher (2006, p. 45). Além disso, o então vice-governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira, assina o prefácio do livro de Adílzio Cadorin sobre Tordesilhas. Celso Deucher contou-me em entrevista que o MSP tem procurado expandir seus contatos através de figuras consagradas do meio político catarinense – no que parecem ter tido sucesso.

freqüência buscam no grupo base para implantação de seus projetos políticos, mas nele o confronto ideológico é sempre desencorajado, ficando restrito apenas às seletas reuniões do GESUL. O MSP tenta, assim, ampliar sua aceitação esvaziando-se publicamente do conteúdo ideológico que normalmente abastecem movimentos nacionalistas.

Diferentemente do MSP, o segundo grupo estudado, o **Rio Grande Livre** (abreviado como **RSLivre**) se assume, na fala de seus membros, como abertamente nacionalista. Os gaúchos que entrevistei tendem a fazer um uso mais intensivo de elementos do discurso regionalista: utilizam as cores da bandeira e mapa do estado em seus logotipos, respondem uns aos outros pela alcunha de “compatriota” e não hesitam em evocar costumes e hino regionais e de se proclamar continuadores dos farroupilhas em suas manifestações. Tive a oportunidade de participar de uma reunião oficial do RSLivre no Parque Farroupilha, em Porto Alegre: com uma grande bandeira do movimento hasteada em uma árvore e vestindo camisetas do movimento (com os dizeres “República Rio-Grandense Independente” a cercar seu logotipo – ver em anexo), discutiam quais seriam os próximos passos a serem tomar enquanto compartilhavam uma cuia de chimarrão¹². Durante aproximadamente uma hora e meia o grupo de cinco pessoas foi interrompido por seis vezes por transeuntes pedindo panfletos, adesivos ou simplesmente manifestando apoio à causa¹³. Seus encontros são normalmente realizados em eventos ligados à celebração da tradição gaúcha ou em lugares tradicionais de Porto Alegre, como a Usina do Gasômetro ou Parque Farroupilha.

O RSLivre, estimou um de seus líderes, tem cerca de 500 filiados. O movimento se organiza também pela internet e tem um grupo de discussão de e-mails com aproximadamente 140 pessoas. O grupo é novo, formado há pouco menos de um ano a partir de um racha no Movimento República Riograndense (MRR), que existia desde o final dos anos 90. Segundo um de seus integrantes, a ruptura com o MRR ocorreu devido à obsessão excessiva destes com o aspecto institucional da organização: preocupavam-se obsessivamente com ritos com a

12 Na ocasião, o grupo havia recebido uma doação de R\$ 1000,00 de um gaúcho radicado no Nordeste do Brasil. Com o dinheiro, o tesoureiro do grupo adquiriu suas camisetas (vendidas a R\$ 20,00 cada), e planejava imprimir um cartaz com slogans do movimento que pudesse ser exibido em paradas ou encontros celebrando datas festivas gaúchas, como o Desfile Farroupilha de 20 de Setembro.

13 Mas se receber apoio público é comum para os integrantes do RSLivre, são poucas as pessoas extrapolam o incentivo verbal para se tornarem militantes filiados de sua causa. Um de seus membros reclamou para mim que “as pessoas estão acomodadas... se dependesse de tapinha nas costas, já estaríamos (os gaúchos) separados” (transcrição de entrevista).

manutenção de uma hierarquia institucional, de maneira que a insistência em planejar e cumprir regras e estatutos acabava engessando qualquer tentativa de ação. Desde então o RSLivre teve seu website na internet reformulado, lançou uma rádio online que toca músicas ufanistas e foi tema de algumas reportagens publicadas na internet e exibidas na televisão.

Não por acaso optei por focar dois¹⁴ grupos separatistas, ao invés de um: a comparação entre ambos poderia ser útil no sentido de aumentar o estranhamento frente ao objeto de estudos. Ao estudar ambos os grupos tentei observá-los a partir de diferentes perspectivas e assim uma melhor noção de como os integrantes de um interpretam os movimentos do outro: tentei ter uma idéia de como são vistos os separatistas sob a ótica de outros separatistas. Com isso foi possível notar características próprias nas formas de atuação desses movimentos que talvez passariam despercebidas se eu não tivesse feito esse experimento comparativo. Como o MSP milita pela independência de toda a Região Sul e o RSLivre apenas pela secessão do estado do Rio Grande do Sul, decidi resumir meu objeto de estudos (ambos os grupos) sob o epíteto “separatistas do sul”, conforme indica o título desta monografia.

Não empreguei o método etnográfico extensivo como é de praxe em parte em parte das monografias em antropologia devido à organização descentralizada desses grupos: quase toda a comunicação ocorre através da internet e encontros presenciais não são frequentes. O único encontro realizado pelo MSP e GESUL durante os quatro meses de execução deste trabalho ocorreu no mês de março em Curitiba, o que inviabilizou minha participação¹⁵. Estive na cidade de Brusque, em Santa Catarina, e pude entrevistar Celso Deucher, que é provavelmente o intelectual mais atuante do GESUL e ex-presidente do MSP.

Deucher forneceu uma série de indicações de livros de sua “biblioteca separatista”, diversos dos quais escritos por intelectuais de seu movimento. Essa bibliografia, somada a atas de reuniões e assembléias e artigos publicados por separatistas na internet, foi largamente

14 Apesar de ter constituído uma série de grupos nos anos 90 e 2000, os separatistas enfocados mantém uma relativa unidade ideológica: seus membros intercambiam de um grupo a outro, por vezes pertencem a mais de um movimento simultaneamente. Além disso, os separatistas sulinos quase sempre acenam com simpatia aos separatistas nordestinos e paulistas, já que a causa daqueles uns é análoga à destes – não é senão irônico que haja uma robusta solidariedade inter-regional entre grupos que desejam separar-se.

15 O MSP realiza assembléias e reuniões anuais reunindo lideranças municipais desde 1993. A última Assembléia Geral do grupo, organizada pelos membros do GESUL, ocorreu em Brusque no mês de maio de 2008.

utilizada durante a execução deste trabalho e ofereceu informações cruciais para a redação dos capítulos 3 e 4. Como o número de referências é grande e as obras provavelmente desconhecidas do leitor, providenciei uma lista bibliográfica separada na anexos, contendo todos os livros indicados por meus informantes. Além disso, através de notas de rodapé tento esclarecer o leitor a respeito de como obtive tais referências e qual o papel de seus autores no cenário dos movimentos separatistas sulinos. Por fim, entrevistei 5 membros do RSLivre e participei de um encontro informal e outro oficial, ambos realizados no Parque Farroupilha, em Porto Alegre.

Apregoar o separatismo pode ser considerada uma atividade ilegal¹⁶ dependendo de como se interpreta o primeiro artigo da Constituição Brasileira, que institui que a República Federativa do Brasil é “formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal”. Atualmente, nem membros do MSP, nem do RSLivre têm enfrentado qualquer problema com a justiça. Mesmo assim, nunca se sabe se a situação pode mudar ou não; decidi, portanto, manter em sigilo o nome de meus interlocutores para evitar expô-los desnecessariamente. Apenas divulgarei os nomes de separatistas que têm livros publicados (que são de domínio público e não podem ser revogados). Não considere textos publicados na internet como domínio público porque estes podem ser facilmente excluídos do meio virtual quando seus autores bem pretenderem, caso resolvam retornar ao anonimato. O leitor pode, sim, conhecer nomes e ter o contato dos separatistas através de seus *websites* (listados em anexo). De qualquer forma, decidi não expor os nomes dessas pessoas – seria uma exposição desnecessária para os propósitos deste trabalho, que poderia irritar os informantes no futuro.

16 A ilegalidade do separatismo é contestada pelos que se dedicam à sua causa. Por exemplo, o RSLivre contesta a alegação de que suas atividades seriam ilegais em seu website, afirmando que, em referência ao primeiro artigo da Constituição Brasileira, seu grupo “não busca diretamente 'dissolver' a união destes estados, mas tão somente a realização de um plebiscito para que o povo gaúcho decida-se continuar “unido” aos demais ou desvincular-se desta união”. Explicou-me seu Diretor de Comunicações em entrevista que é promover a discussão sobre separatismo, e não levá-la adiante. Já o movimento O Sul é Meu País reconhecer a ilegalidade da separação mesmo através de um plebiscito: “Os verdadeiros libertários Sulistas, que não se iludem com propostas fantasiosas de plebiscitos inexistentes, sabem que o projeto do Gesul e do Movimento O Sul é o Meu País não abandona o projeto de autodeterminação total do Sul, mas o mantém vivo para que com maior liberdade, possa ser viabilizado, num segundo momento, caso nosso povo continue expressando seu desejo, até este momento totalmente favorável a autodeterminação total. É preciso que se entenda que um plebiscito pela separação do Sul neste momento é ilegal, ilusório e irrealizável sob qualquer ponto de vista honesto” (Ata da 5ª Assembléia Geral do GESUL, 29 de maio de 2008). A suposta ilegalidade desses movimentos, somada ao fato de que todo movimento separatista é necessariamente revolucionário (mesmo quando advoga pela separação através de plebiscito) – dado que uma secessão, além de inconstitucional – implicaria numa reconstituição de todas as instituições governamentais e na instauração de um novo modelo de sistema social, torna o assunto polêmico e confere a esses movimentos uma certa invisibilidade.

1.2 Identidades em formação

Meu primeiro passo ao iniciar este trabalho foi procurar referências feitas por separatistas às tradições e histórias regionais dos estados do Sul do Brasil. Meu objetivo era verificar de que maneira os atores sociais desses movimentos se apropriam uso do tradicionalismos e de identidades regionais com objetivo de delinear identidades nacionais.

O tradicionalismo e a identidade gaúchas, particularmente, já são objeto de cultivo nos três estados do sul do Brasil. A arquétipo gaúcho e seus costumes deixaram de apenas fornecer um gentílico e um conjunto de símbolos, tradições e costumes para o povo sul-riograndense para, em anos recentes, servir como base a formação de uma identidade comum aos habitantes dos três estados meridionais do Brasil: a identidade gaúcha está vivendo um processo de desterritorialização (Oliven, 2006). Essa identidade, como vim a perceber, é relevante para um movimento como o MSP: ela pode ser, ao mesmo tempo, um problema e uma solução para os objetivos do movimento. Os intelectuais do MSP, em suas produções, oscilam entre a adoção da identidade gaúcha e das narrativas a ela vinculadas e a tentativa de suprimir menções a regionalismos para tentar fabricar uma unidade nacional que possa unificar os três estados da região.

MSP e GESUL são compostos por pessoas de origens étnicas extremamente diversas: descendentes de italianos e alemães convivem com descendentes gaúchos emigrados para o Paraná e Santa Catarina e outros estados. O ex-presidente do MSP, Celso Deucher, contou-me em entrevista que seu movimento costuma receber a adesão de separatistas de regiões de colonização italiana que militam apenas pela autonomia de imigrantes europeus frente ao Brasil e não se identificam com o nacionalismo do Sul conforme definido pelos intelectuais de seu movimento. A tensão entre as identidades internas ao movimento e a identidade sulista parece se centrar na adoção ou não do tradicionalismo gaúcho, oriundo do Rio Grande do Sul, como fonte de inspiração para a formação de uma identidade nacional para um país hipotético do Sul. A falta de unidade entre os escritos dos intelectuais separatistas aqui estudados constituiu o primeiro problema para trabalho, da qual devo advertir o leitor desde já: a uniformidade ideológica desses movimentos é tênue, e a identidade do povo do Sul é inacabada – o que torna o papel desses intelectuais, principalmente do GESUL e do MSP, mais importante na composição do ideário nacionalista que procuram professar.

Tentei focar, portanto, mais o papel dos debates conduzidos por intelectuais desses movimentos na composição de identidades nacionais do que no papel desses agentes como veiculadores de uma identidade pronta, consolidada: identidades nunca são estáticas ou acabadas e precisam ser constantemente reafirmadas. No caso desses movimentos, elas estão em processo de formação. Não há consenso sobre o que faz do Sul ou do Rio Grande do Sul nações. Seus intelectuais têm de buscar na história e nos símbolos regionais fontes de elaboração para suas narrativas e discursos nacionais.

Um exemplo de como idéias oriundas da historiografia da Região Sul são mobilizadas pelos intelectuais separatistas na tentativa de dar corpo a identidades nacionais é o livro “Tordesilhas, muito mais que um tratado” (2004) de Adílzio Cadorin, fundador do MSP, mencionado no início deste capítulo. O livro conta a história do Tratado de Tordesilhas, que dividiu as Américas entre domínios espanhol e português desde sua implementação, em 1494, até a sua substituição pelo Tratado de Madrid, em 1750. A intenção de Cadorin ao contar a história do tratado e das disputas que o sucederam só fica patente no último parágrafo de seu livro:

Quando firmado, o Tratado de Tordesilhas apenas adiou o tenso clima que reinava na Península Ibérica. O apaziguamento dos ânimos, o serenamento das disputas territoriais, o disciplinamento das rotas marítimas e a contemporização dos interesses econômicos e limites territoriais não foram totalmente dirimidos. O problema maior não residiu na negociação e elaboração de suas cláusulas, mas na sua efetiva implantação, que promoveu alterações ao longo dos três seguintes e disputados séculos, mobilizando reis, exércitos, esquadras, expedições, dizimando nações e culturas indígenas, fazendo surgir novos países, criando e depauperando novas e antigas fortunas. Pelos ânimos que serenou, pelos interesses que desencadeou, pelas novas nações que criou, pela história que alterou e pelos sonhos que despertou, Tordesilhas foi muito mais que um Tratado! (CADORIN, 2004, p 185)

Vemos que Tordesilhas, mais que um tratado, é considerado por Cadorin o marco inicial para a formação das identidades regionais e nacionais dos povos que colonizariam as Américas nos séculos vindouros. O tratado adquire, nas palavras do autor, um sentido histórico: foi o gatilho que, acionado, definiria a situação dos povos do Sul do Brasil, cuja história está entrelaçada com as disputas que se deram em torno da redefinição e da manutenção das fronteiras. As características marcantes do gaúcho (e, por conseguinte, do povo sulino), que é desenhado pelo autor como um ser mítico fronteiro, livre, móvel e belicoso teriam começado a ser forjadas a partir do estabelecimento do Tratado de

Tordesilhas. Para os que desejam entender a origem das diferenças culturais e a formação das identidades regionais no Sul do país, a mensagem de Cadorin é clara: o tratado é o marco fundacional do povo do Sul.

Mas não é essa a visão da historiografia acadêmica. O livro “O expansionismo Brasileiro”, do historiador Moniz Bandeira (1998), referência no assunto, estabelece que o marco na fundação da Região Sul – e do Brasil moderno – é o Tratado de Madri (1750), no qual foi definida a extensão das fronteiras da região.

Narrativas da historiografia acadêmica podem ser trabalhadas por intelectuais pertencentes a movimentos sociais, que por sua vez podem influenciar a historiografia acadêmica. No caso dos separatistas, a circulação de idéias entre acadêmicos e militantes é constante. Diferentes correntes da historiografia da Região Sul e do Rio Grande do Sul são utilizadas por intelectuais do MSP e do RSLivre com o objetivo de compor um rol de heróis, marcos fundacionais, modelos de caráter nacional, datas comemorativas e fontes de orgulho para suas nações imaginadas. Mas como esses movimentos são recentes e o número de intelectuais envolvidos em suas causas é pequeno, essas identidades nacionais estão em constante mudança e variam consideravelmente de autor para autor: são inacabadas, estão em formação. Essa inconstância, resultado da troca e atualização constante das idéias, torna dinâmicas essas ideologias sustentadas por esses intelectuais. Tentei¹⁷ dar conta dessa dinamicidade nesta monografia, tentativa esta que fornece os tons dos capítulos 3 e 4, onde intercambio referências da literatura fornecida por meus informantes com transcrições de falas suas para interpretar seus pontos de vista.

1.3 Raízes históricas e culturais

Ao procurar referências na literatura das ciências sociais a respeito do separatismo recente da região Sul, encontrei principalmente artigos referentes aos eventos ocorridos nos anos 90. Como vimos, a aparição de movimentos separatistas naquela década costuma ser interpretado como uma reação à consolidação da unidade nacional brasileira. Esse ponto de

¹⁷ Eram inúmeras as referências feitas por intelectuais do separatismo a heróis e marcos históricos da Região Sul e do Rio Grande do Sul e certamente não consegui dar conta de analisar todas essas informações. As freqüentes referências a Anita Garibaldi como a heroína maior do Sul pelos membros do GESUL, em especial Cadorin, acabou não sendo objeto de análise nesses capítulos (por falta de espaço e tempo).

vista é sustentado pelos trabalhos do historiador Newton Duarte Molon (1994) e do geógrafo Manuel Correia de Andrade (1998), alguns dos poucos que dedicaram volumes inteiros sobre o assunto.

Encontra-se, também, explicações de cunho econômico para o fenômeno. Ao analisar o ressurgimento do separatismo gaúcho nos anos 80 e 90, o economista Jorge Natal (1995) concluiu que o fenômeno era “ponta de um grande iceberg” (p. 22) que combinava fatores políticos e econômicos tanto internos quanto externos: no Brasil, a transição democrática teria colidido com o estágio final da transição de um modelo de produção agrária para um industrial e, no cenário internacional, com a ascensão de movimentos nacionalistas étnicos motivada pela queda da União Soviética e pela descentralização das comunicações. Já a economista gaúcha Teresinha Bello (1993) relacionou em um artigo o surgimento de movimentos separatistas no Rio Grande do Sul a uma tendência generalizada internacional de despertar de consciências étnicas acionada pela

crise econômica atual que abala todo o sistema capitalista e às tentativas de superação dessa crise. Enquanto o grande capital procura espaço mundial, a eliminação das fronteiras e o liberalismo comercial, a classe trabalhadora e o pequeno capital procuram resguardar-se em movimentos nacionalistas, que se estendem por um aumento nas pressões protecionistas relacionadas ao comércio exterior, passam pela exclusão de minorias étnicas e religiosas, podendo mesmo chegar ao separatismo. (p. 142)

Não resta dúvida de os eventuais ímpetus separatistas demonstrados pelos gaúchos sejam estimulados por causas econômicas e, em especial, por crises políticas na União. A expansão dos modelos liberal e capitalista através da globalização dilui, sim, as fronteiras nacionais e estimula a migração internacional, o que pode suscitar a reação de facções políticas nacionalistas. Mas se Bello estivesse correta, teríamos assistido ao final dos anos 90 uma onda de movimentos separatistas igualmente fortes por todo o Brasil, já que os trabalhadores de todo o país teriam procurado resguardo em nacionalismos regionais – o que nunca aconteceu. O separatismo da década de 1990 parece ter se concentrado em áreas onde já havia identidades regionais moldadas de certa forma através da oposição à identidade nacional – o caso do Rio Grande do Sul, como veremos, é exemplar.

Assim sendo, argumentos que buscam causas exclusivamente infra-estruturais para ebulições separatistas não explicam por que a emergência destes movimentos no Sul do Brasil

é: 1) *endêmica*: se comparado a estados ou regiões que tiveram no passado rebeliões autonomistas, como Pernambuco, Bahia e São Paulo, o Rio Grande do Sul e o Sul do país são os únicos locais onde persistem ainda grupos com mais de 500 membros articulados que militam em torno da idéia do desejo de secessão; e 2) *crônica*¹⁸: é bem conhecida a ligação entre separatismo e federalismo na história do Rio Grande do Sul e eventualmente de Santa Catarina. Segundo a historiadora gaúcha Helga Piccolo, "o princípio autonomista foi perceptível desde os inícios da ocupação do território que constituiria a capitania, depois Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com apropriação das terras (e de gado) numa disputa não só com os castelhanos, mas também com os primitivos habitantes (afinal, a região não era 'terra de ninguém')" (Piccolo, 1998, p. 64).

Descarto, por isso, argumentos que atribuem as causas do fenômeno a fatores exclusivamente econômicas. Acredito que a peculiaridade do caso gaúcho só possa ser explicada por fatores identitários: há uma nítida relação entre o (re)surgimento da identidade regional gaúcha a partir da década de 1950 e emergência de movimentos secessionistas no Rio Grande do Sul e, mais recentemente, nos estados de Paraná e Santa Catarina. Há uma certa continuidade histórica revoltas separatistas que assolaram a Região Sul no século 19 e os separatistas atuais – considerando-se, é claro, o fato de que os separatistas modernas atualizam a história da região de acordo com suas necessidades correntes. Manuel Correia de Andrade resumiu bem esse argumento:

há, nas ocasiões de crise [entre federação e estados], um aguçamento de sentimentos separatistas cujas bases não são apenas os problemas econômicos e fiscais do momento, eles vão até a nossa formação, começam no período colonial; estes sentimentos têm bases psicológicas e sociais e estão ligados à própria formação do Brasil, manifestando-se em planos revolucionários e em manifestos de dirigentes políticos e militares e que são evidentes, mesmo quando se procura camuflar." (1998, p. 14)

De maneira análoga ao argumento de Jorge Natal, pode-se argumentar que o separatismo é também a ponta de um iceberg formado pela constituição de uma etnia – o

¹⁸ A discussão separatista já era objeto de discussões acaloradas em 1898, quando Alcides Maya publicou seu "O Rio Grande Independente", no qual criticava os que afirmavam que o Brasil inevitavelmente se desmantelaria após a proclamação da República. A corrente separatista deveria ser combatida "por meio de uma propaganda tenaz e constante, que leve a todos os espíritos a convicção justificada da completa improcedência dos argumentos, até hoje empregados na defesa da dissolução nacional". Segundo Maya, o Rio Grande do Sul não poderia se manter economicamente viável: "O Rio Grande seria uma republiqueta de terceira ou quarta ordem... está atrasado intelectualmente, possui uma indústria incipiente, uma lavoura ainda pequena e um comércio pouco extenso. Em compensação, tudo tende a desenvolver-se e aumentar no seio de uma natureza rica e fértil." A favor da federação, Maya ressaltava a possibilidade do estado poder se beneficiar economicamente do imenso território brasileiro.

gaúcho, ou, para alguns, o sulista – que se percebe como herdeira de uma herança histórica particular¹⁹. Portanto, para tornarmos o restante desta monografia compreensível, é mister revisarmos um pouco da história de movimentos secessionistas no Brasil e na Região Sul, história essa que faz com que os separatistas se percebam como herdeiros de uma tradição de conflitos e querelas dirigidas contra a União.

1.4 Regional versus nacional

Observando rapidamente a história brasileira, constatamos que a soberania nacional sobre os territórios regionais esteve sob forte disputa em três momentos: primeiro, nas quatro primeiras décadas do século dezenove, quando fortes agitações puseram o Império sob risco de fragmentação: em Pernambuco, a Confederação do Equador; na Bahia, a Independência da Bahia (1821-1823); em São Paulo e Minas Gerais, a Revolução Liberal (1842); e no Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha (1835-1845). Segundo, nos anos entre 1893 a 1895, quando da Revolução Federalista no Sul do país; Terceiro, nas décadas de 1910 e 1930, com a Guerra do Contestado (1912-1916), na Região Sul do Brasil; e na Revolução Constitucionalista de 1932, fomentada por sentimentos separatistas paulistas. É digno de nota que os três períodos estiveram relacionados com algum tipo de crise ou mudança aguda no governo central: no primeiro, a Independência do Brasil; no segundo, a Proclamação da República; e, no terceiro, a instauração do Estado Novo. Por todos esses conflitos, perpassa uma marca indelével: a tensão entre federalismo²⁰ e centralismo, sempre manifestada com maior intensidade em períodos de transição política (Andrade, 1998).

Segundo Helga Piccolo (1998) “a eclosão da Guerra dos Farrapos (1835-1845) mostrou a existência de um pensamento político autonomista influenciado pelo federalismo”. Ainda que o caráter separatista da revolução seja contestável²¹, a influência federalista no Rio

19 Essa constituição é recente e será revisada no capítulo 4.

20 O estado federativo foi uma criação da Revolução Americana. Em suma, uma federação pressupõe a coexistência de estados autônomos cuja amplidão dos poderes é limitada pelo governo central. Diferentemente do modelo confederativo, a federação não permite a secessão dos estados que a compõem (Molon, 1994). No Brasil, o modelo federativo ganhou adeptos com a Independência (1822). Estes influenciaram a reforma jurídica de 1832, que pode ser considerada o primeiro avanço significativo do federalismo no Brasil por instituir a cada juiz de paz, presente em cada município, poderes legislativos absolutos. Mas os federalistas só se tornaram efetivamente relevantes no cenário nacional com a Sabinada e – mais importante – durante a Revolução Farroupilha.

21 “Há historiadores que refutam historicamente essa taxação, afirmando que a dependência do Sul em relação ao império – maior mercado do seu charque – era reconhecida e ponderada pelos estancieiros, financiadores do movimento, e que,

Grande do Sul incentivou os farrapos a criarem todo o aparato simbólico e institucional necessário para a criação de narrativa nacional: com bandeira, hino e constituição próprios, chegariam ao ponto de enviar embaixadores a outras nações em busca de reconhecimento internacional para sua independência. Mesmo que não fosse do interesse dos farrapos perder o seu principal comprador de charque, o Brasil, durante os dez anos da República Rio-Grandense o processo de nacionalização da política regional implementado por federalistas avançou como em nenhum outro estado brasileiro, o que repercutiria no futuro político e cultural da região²².

Após a Revolução Farroupilha, o federalismo permaneceria no papel até ser de uma vez por todas institucionalizado com a instauração da República, mas terminaria fortalecendo as oligarquias da política café-com-leite (Molon, 1994, p. 84). A disputa entre federalistas e governistas seria ainda tema da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

Os ânimos federalistas tiveram de arrefecer nos quarenta anos posteriores à ascensão do Estado Novo, após o término da Revolução Constitucionalista de 1932. Getúlio Vargas, de quem inicialmente esperava-se uma política de descentralização, acabou por colocar em dar início um intenso processo de nacionalização cujo marco inicial pode ser definido na cerimônia de queima das bandeiras²³. O separatismo permaneceria latente até reaparecer, sob nova roupagem, no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1970 e 1990, na medida em que o Movimento Tradicionalista Gaúcho se robustecia na Região Sul do país. O brutal processo de industrialização iniciado na era Vargas está certamente na base das causas da emergência desse novo regionalismo. Nos anos 60 e 70, o Estado brasileiro reassume o papel de bastião da criação e divulgação de uma identidade nacional e passa a dar continuidade ao projeto Vargas. Os grandes meios de comunicação unificam a nação brasileira na medida em que esta se

sendo assim, a separação não era uma reivindicação plausível. Não há muitos desentendimentos, no entanto, quanto ao seu caráter federalista.” (Molon, 1994, p. 78) Oliven (2006) interpreta o esforço dispendido pelos os historiadores gaúchos das primeiras décadas do século 20 para ressaltar o não-separatismo da Revolução Farroupilha como uma forma de “afirmar a brasilidade do Rio Grande do Sul e de seus habitantes.” (p. 76)

22 “A difusão do federalismo no Rio Grande do Sul durante a primeira metade do século XIX, como influência de acontecimentos políticos que se desenrolaram no Prata, interferiria no processo de construção de uma identidade regional, considerada, pelo Estado Imperial Brasileiro, perigosa à sua própria existência, à sua soberania” (Piccolo, 1998, p. 274).

23 “Nessa cerimônia foram hasteadas vinte e uma bandeiras nacionais em substituição às vinte e uma bandeiras estaduais que forma incineradas numa grande pira erguida no meio da praça, ao som do Hino Nacional tocado por várias bandas e cantado por milhares de colegiais, sob a regência de Heitor Villa Lobos... A queima das bandeiras, que marca no nível simbólico uma maior unificação do país e um enfraquecimento do poder regional e estadual, pode ser vista como um ritual de unificação da nação sob a égide do Estado” (Oliven, 2006, p. 52-53).

industrializa, o que faz surgir uma nova classe média com novos padrões de consumo; além disso, com a industrialização o gaúcho perde efetivamente a sua “vocação agrária”, na medida em que a maior parte da popula o deixa o estilo de vida agrário para habitar as grandes cidades.

Somada a esses fatores, a difusão de um ideário nacionalista brasileiro faz com que ele encontre no folclore recuperado pelo MTG uma fonte de identidade e de valores e crenças a ela correlatos. O gaúcho acaba por se constituir como grupo étnico na medida em que o regionalismo passa a se tornar uma força social significativa e importante fonte de inspira o cultural. A consolida o da unifica o do Brasil torna obsoletos os esforços de se afirmar a brasilidade do gaúcho e, nos anos 80 e 90, turbulências na federa o colaboram para o despertar de movimentos separatistas²⁴.

Enfim, identidades regionais e nacional estão enredadas em nossa história: a expansão de uma pode resultar na retra o da outra e em sua posterior rea o. A tensão entre elas se manifesta em debates travados em diferentes esferas intelectuais: “Estado unitário versus federa o, na o versus região, unidade versus diversidade, nacional versus estrangeiro, popular versus erudito, tradi o versus modernidade.” (Oliven, 2006, p. 50)

²⁴ Hoje, os gaúchos figuram até em um verbete da "Encyclopedia of the Stateless Nations" (Minahan, 2002, p. 655) entre na es sem-estado bem conhecidas, como os palestinos ou curdos.

2 Nacionalismo em teoria²⁵

*Leve o Rio Grande no peito,
que nosso passado bem merece,
é história de heróico feito,
é a Pátria que jamais perece!*

*Leve o Rio Grande no peito,
não leve desaforo para casa,
pois é a falta de respeito
que não honra gloriosa saga!*

**Jorge Ernesto Macedo Geisel (membro do MSP,
advogado e escritor carioca)**

Metáforas que eternizam a existência da nação, imagens que vinculam o povo à terra (numa ligação que nos remete à idéia de uma relação harmônica do homem com a natureza) e símbolos, heróis e marcos históricos que, transformados em fontes de orgulho e veneração e exigem do sujeito nacional um comprometimento unívoco – essas são algumas das figuras recorrentes em discursos nacionalistas. A nação, nas vozes dos intelectuais nacionalistas, é apresentada como um todo acabado e eterno: como um ente – que sempre existiu – dotado caráter, história e vontades.

Mas longe de ser um todo acabado e eterno, nações são construções históricas e sociais. São, como vimos, representações que precisam ser constantemente atualizadas para manter seu status de coisa. Em 1922, Max Weber foi talvez o primeiro a apontar o caráter arbitrário do conceito de nação. Nações, segundo Weber, são freqüentemente definidas através de critérios lingüísticos, mas a aparente homogeneidade lingüística esperada na nação raramente se verifica na realidade. Da mesma forma, há inúmeras sociedades que mesmo plurilíngües se encontram reunidas sob um forte senso de comunidade. Nações podem ser definidas através de critérios raciais, mas é desnecessário dizer que a homogeneidade racial, quando observada de perto, quase nunca é plena – e a existência de diversas nações multi-raciais, para Weber, elimina o fator raça como critério objetivo. Dada a a variedade das formas de classificação de nações, o sociólogo alemão conclui que

²⁵ Este capítulo é um exercício de revisão teórica e por isso pode ser considerado leitura opcional. Revisarei as principais correntes teóricas que tratam do problema do nacionalismo, com algumas menções a teorias da etnicidade. Apesar de ser apenas um exercício, decidi manter o capítulo como fonte de referências bibliográficas para os interessados e para que alguns problemas teóricos que subjazeram minhas motivações para conduzir esta monografia pudessem ser melhor explicitados.

sentimentos identitários subsumidos sob o termo 'nacional' não são uniformes e podem derivar de diversas fontes: diferenças nas estruturas sociais e econômicas e na estrutura interna de poder podem ter um papel devido aos seus impactos nos costumes, mas no Reich alemão os costumes são muito diversos; memórias políticas compartilhadas, religião, língua e, enfim, características raciais podem ser fontes para um senso de nacionalidade. (Weber, 1996, p. 65)

Pierre Bourdieu (2002) expandiu as asserções de Weber quanto ao caráter arbitrário das definições de nação: "cada um está de acordo em notar que as 'regiões' delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, amanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente" (Bourdieu, 2002, p. 115). Se a vinculação dos agentes sociais a grupos é arbitrária, as disputas pelo estabelecimento de fronteiras nacionais são motivadas pelos lucros simbólicos ou econômicos correlatos à sua aceitação. Os agentes sociais lutam para impor seus critérios de avaliação sobre os outros, pois o ato de se estabelecer a fronteira exerce poder por si próprio ("poder de construção" ou "poder de revelação") (p. 116). Em suma, a afirmação das fronteiras regionais ou nacionais, da parte de agentes individuais ou coletivos, é um ato mágico que dota os agentes sociais de autoridade e poder. Como os critérios de definição são subjetivos, os agentes sociais lutam para que seus critérios se sobressaiam dentro do jogo que coordena a legitimação das fronteiras.

Nações, portanto, são de caráter circunstancial e arbitrário: não são estáticas e estão sempre submetidas a constante negociação²⁶. Essa idéia de circunstancialidade das fronteiras²⁷ foi provavelmente popularizada por Fredrik Barth (1996). A teoria de Barth, em suma, põe "em evidência a fronteira e os processos de recrutamento, e não a matéria cultural que a fronteira comporta" (Barth, 2003, p. 20). Uma vez demarcadas as fronteiras identitárias, os indivíduos passam a indicá-las com sinais diacríticos estabelecidos por consenso e incorporar os sistemas culturais que elas pressupõem. Barth desenvolve as asserções de Weber ao estabelecer que os critérios de adscrição a grupos étnicos são subjetivos e portanto podem ser manipulados pelos atores sociais de acordo com a situação²⁸. Esse princípio certamente é

26 Ponto bem resumido por Oliven: "Nação e tradição são recortes da realidade, categorias para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, formas de demarcar fronteiras e estabelecer limites. Elas funcionam como pontos de referência básicos em torno dos quais se aglutinam identidades. Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção" (Oliven, 2006, p. 34).

27 Para Bourdieu, cultura e fronteiras se reforçam mutuamente: "a fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na ação do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito" (2002, p. 115).

28 Gil-White (1999) criticou o circunstancialismo étnico epitomado em Barth. Este autor, antropólogo cognitivo, argumenta que o aparelho cognitivo humano é naturalmente enviesado a essencializar classificações de grupos grupos

válido para o estudo do nacionalismo, à parte uma distinção crucial: no caso das nações modernas, os critérios de adscrição são legitimados pelos estados e pela comunidade internacional. Nações que não possuem Estado próprio podem até definir-se como tais, mas somente conseguirão legitimação plena assim que forem reconhecidas por outros estados-nações e organizações internacionais. Como o direito internacional está longe de oferecer uma definição consensual de nação ou povo, as fontes de legitimidade utilizadas com esse fim podem ser várias. Definições que privilegiam fatores ecológicos, lingüísticos ou de descendência são chamadas de “primordialistas” (ou “essencialistas”), pois são fundadas numa característica primordial e irrevogável que une determinada população. Os teóricos clássicos do nacionalismo – Herder (na Alemanha), Danton (França) e Mazzini (Itália) – eram orientados por um viés primordialista e estavam em busca de uma definição que pudesse legitimar as fronteiras nacionais fatores naturais ou até mesmo por Deus (Smith, 1971).

Como para este trabalho foca o nacionalismo como fenômeno social, não nos interessa tanto definir 'nação', e sim entender como os atores sociais (no caso, os intelectuais de movimentos separatistas na Região Sul) atuam no sentido de impor e legitimar suas próprias definições e, assim, ter reconhecidas as fronteiras nacionais da forma que almejam. É importante, também, separarmos o uso do conceito de “nação” feito por cientistas sociais daquele utilizado pelos agentes sociais atuantes em movimentos nacionalistas.

2.1 Definições

Não há definição consensual para o conceito de nação nas ciências sociais. Com o conceito de nação é utilizado com o mesmo sentido restrito de “etnia”, isto é, um agrupamento de indivíduos que compartilham traços culturais, históricos, econômicos e/ou lingüísticos²⁹. Para piorar, o uso do termo “nação” nas ciências sociais foi apropriado do senso comum, onde o é usado em seu sentido restrito desde o século XVIII, quando surge a

étnicos da mesma forma que essencializa categorias de espécies animais. Os atores sociais são, nessa ótica, primordialistas, e isso explicaria por que a crença de que a cultura e a filiação étnica são transmitidas por descendência é tão comum dentre sociedades diversas. Esse ponto de vista é largamente influenciado por antigos escritos de Edward Shils (1957), que distinguia ligações sociais “primordiais”, que tenderiam a ser inflexíveis e baseados em ligações percebidas pelos sujeitos sociais como naturais, de ligações sociais “civis”, estabelecidas arbitrariamente por contrato e consenso, próprias a sociedades civis modernas. O primordialismo de Shils é amplamente discutido por Geertz (1973) na análise de movimentos nacionalistas nas então recém independentes repúblicas africanas.

²⁹ Etnicidade e nacionalismo têm, de fato, muito em comum: “ambos evocam uma ação social vinculada a uma vontade coletiva, ou à vontade de uma auto-denominação de determinada coletividade” (Jardim, 2000, p. 57-58).

necessidade política de se definir, a partir de critérios primordiais, o produto da crescente integração de distritos administrativos, línguas e culturas na Europa resultante do aumento demográfico e do aprimoramento dos transportes e das formas de comunicação (segundo Karl Deutsch, 1971). Assim, a idéia de “nação francesa” - à época, um agrupamento de diversas comunidades, povos e grupos étnicos distintos - que começa tomar forma com a revolução de 1789, tem duplo sentido: um sentido cultural, ou seja, define-se como um agrupamento de pessoas com traços culturais em comum; e um sentido político, i.e., uma entidade dotada de soberania política. Essa ambiguidade semântica da primeira definição concreta nação seria herdada pelo usos futuros do termo.

Hobsbawm (1991) apontou a dificuldade de se definir o que é uma nação de maneira objetiva³⁰: apesar de boa parte da literatura se focar em definições de conceitos universais de nação, o conceito acaba sempre tem seu seu valor semântico esvaziado quando tomamos conhecimento de casos empíricos que a ele não se adequam. Além disso, o uso político do conceito de nação, que é sem dúvida mais freqüente do que seu uso científico, sempre traz consigo uma série pressuposições capazes de violar qualquer tentativa de se efetuar definir o termo objetivamente. A nação, em seu uso político, contém em seu significado uma promessa e uma história – é um conceito pressupõe uma temporalidade. Por definição, a nação é uma projeto: ela é imaginada, e essa imaginação resulta em uma proposta cuja aceitação definirá suas chances de sucesso.

As definições de nação e nacionalismo mais comuns nas ciências sociais têm como base uma estreita distinção entre os conceitos de nação e estado. Por exemplo, a definição do cientista político Montserrat Guibernau denota um fenômeno psicossocial: em sua dimensão social, a nação seria “um grupo humano consciente de formar uma comunidade e partilhar de uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um

30 Nas palavras do autor: “As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram 'nações' e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. A definição de Stalin é provavelmente a mais conhecida entre essas tentativas, embora de modo nenhum seja a única. Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como 'nações', sempre é possível descobrir exceções. Ou os casos que corresponde às definição não são (ou não são ainda) 'nações' nem possuem aspirações nacionais, ou sem dúvida as 'nações' não correspondem aos critérios ou à sua combinação” (Hobsbawm, 1991, p. 15).

projeto comuns e a exigência do direito de se governar.”³¹ (Guibernau, 1996, p 56) Já em sua dimensão psíquica, a nação se verificaria na crença dos indivíduos nos laços nacionais que os unem desperta-lhes fortes sentimentos de solidariedades para com seus pares e pode suscitar aversão e etnocentrismo para com estrangeiros.

Definições como essa têm mais utilidade analítica dentro do campo da ciência política e das relações internacionais. Se observarmos as nações em seu processo de formação verificaremos que elas estão inextricavelmente ligadas, e por vezes se confundem, com o estado. Um conceito como o de Guibernau é sincrônico: descreve uma realidade abstrata de forma estática. Criticando definições conceituais desse tipo, Norbert Elias sugeriu um conceito para descrever nacionalismo como um processo de "nacionalização de sentimentos e pensamentos". Nacionalismo, para ele, se refere a "um sistema de crenças sociais que, de uma forma latente ou aguda, eleva a sociedade-Estado, a coletividade soberana a que seus membros pertencem, à posição de um valor supremo a que todos os outros valores podem e, por vezes, devem ser subordinados" (1997, p. 145). Não basta definir, para Elias, nação e nacionalismo como fenômenos estáticos, e sim como sistemas de pensamento (teorias, ideologias), que guiam as ações dos agentes sociais que delas compartilham. Esses agentes, por sua vez, dão cabo a processos sociais que fazem a roda da história girar, e assim nações são formadas ou dissolvidas³².

Uma distinção de tipos de nacionalismo freqüente em estudos do gênero é aquela avançada por Hans Kohn (1961), que distingue nacionalismo *cívico* de nacionalismo *étnico*. O tipo *cívico* seria inspirado nos valores e no racionalismo do iluminismo do século XVII, contaria com apoio legal, confundir-se-ia com o estado e pressuporia a coexistência de grupos étnicos diversos dentro de um mesmo solo nacional unidos pela crença numa cidadania em comum³³. Já o tipo *étnico* seria legitimado por ligações culturais a um grupo étnico,

31 Este é provavelmente o tipo de definição mais comum que encontraremos de “nação”. São notáveis as semelhanças com a definição vulgar de “etnia” - exceto pela diferença na ênfase na necessidade de estar o grupo nacional ligado a um território claramente demarcado. Grupos étnicos, em contraste, não necessitam estar vinculados a um território uno: o povo judeu em período anterior à criação de Israel, assim como os rom, poderia ser classificado como um grupo étnico. Há, também, grupos étnicos desterritorializados ou vivendo em diáspora: caso de palestinos, japoneses, albaneses, alemães, uruguaios e italianos, dentre outros.

32 Ponto de vista semelhante perpassa as asserções de teóricos marxistas sobre a questão nacional, largamente influenciados pela definição de nação de Stalin, que estabelece que a nação “está sujeita à lei da transformação, tem sua história, começo e fim” (in: Pinsky, 1980, p. 135).

33 Para Kohn, esse tipo de nacionalismo está na raiz do surgimento da democracia moderna, pois “era fundamentalmente liberal e universal, carregando uma mensagem para toda a humanidade e implicando (mas nem sempre garantindo) a

comumente apoiado no resgate ou reinvenção de tradições populares (que passam a compor um *corpus* folclórico que se pretende oficial), exerce fortes pressões homogeneizantes (não raro está ligado a movimentos de extrema-direita) e “substituiria o conceito legal de 'cidadania' por um infinitamente mais vago de 'folk' (ou “povo”)” (Kohn, 1961, p. 331).

Essa distinção foi extensamente criticada por Anthony Smith (1996). Segundo este autor, crenças e valores culturais foram de extrema importância durante o processo de formação dos estados modernos que traçou os atuais critérios de concessão de cidadania e, num nível mais amplo, toda a estrutura das modernas instituições burocráticas. Para Smith, as nações modernas são “ao mesmo tempo cívicas e étnicas” (1996, p. 101), pois o estado se fundiu com a etnicidade durante seu processo de planejamento. Profissionais e intelectuais do tipo orgânico, preocupados com a reprodução dos símbolos nacionais, procuram se fundir com o estado para fazer uso do aparato burocrático de maneira a disseminar seus ideais (Smith, 1996, p. 99). Smith sublinha que os estados-nações modernos se constituíram através de um "centro étnico" do qual emanavam as características que comporiam tanto o estado como o caráter nacional, e usam a idéia de nacionalismo cívico para estimular a convivência da etnia predominante com etnias minoritárias. Essa visão diminui a distância entre nacionalismo e etnicidade, pois o nacionalismo cívico é visto como a “religião civil” do estado-nação, à qual os cidadãos³⁴ devem aderir no intercâmbio de direitos e deveres instituídos por uma lei comum, conforme pressupõe a idéia de cidadania civil.

Mas para os intelectuais do nacionalismo, o nacionalismo, além de uma cultura ou uma religião civil, compreende também uma teoria política. O uso político, inerente ao conceito de nação desde a sua origem, tomou forma com a sua definição jurídica implícita consagrada no primeiro item do décimo quinto artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1945: “Todo o indivíduo tem direito a uma nacionalidade.” Tal definição vincula o conceito de nação ao de cidadania: ao possuir uma nacionalidade, o indivíduo deverá ser tutelado por estado-nação, ao qual deve lealdade e do qual disporá de um rol de direitos e deveres que

liberdade e igualdade de cada indivíduo.” (Kohn, 1961, p. 167)

34 Smith, sobre o conceito de “cidadão”: “A citizen is understood as one who, in virtue of sharing in the common public culture of the nation, exercises certain rights and performs certain duties towards his or her co-citizens. These rights and duties are laid down in formal constitutions or in common law, or both, but the underlying assumption is that the latter are codifications of the national will which expresses the shared pattern of values and traditions of the community.” (Smith, 1996, p. 54-55). A visão de Smith parece criticar a filosofia contratualista, que propunha que os indivíduos se mantêm unidos sob a égide de um Estado por respeito a um contrato.

poderão e/ou deverão ser exercidos. Há uma troca, portanto, de lealdades, mas para tanto é necessário que os critérios de cidadania, que conferem o estatuto de “cidadão” aos indivíduos, devem ser bem delineados. A nacionalidade, ou o direito à cidadania, não é uma escolha individual: é herdada por descendência materna, paterna, ou ambas, embora a dupla – ou múltipla – nacionalidade seja possível, cabendo a normatização dos critérios de transferência e concessão de nacionalidade a cada nação³⁵. A pluralidade cultural ou étnica pode ser garantida em sociedades liberais democráticas regidas por um estado de direito, desde que esta não coloque em risco as instituições que permitem a reprodução do estado-nação.

A nação moderna, portanto, é um processo simultaneamente político e cultural. As auto-definidas “nações sem estado” – como a nação do Sul do Brasil, conforme idealizada pelos intelectuais separatistas do GESUL – necessariamente buscarão estabelecer sua própria autonomia, já que as regras do jogo moderno de identidades nacionais lhes informam que para que sejam reconhecidas como tais necessitam antes de tudo buscar reconhecimento lhes garante a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Já estados que não estão associados a uma etnia predominante (chamados às vezes de “estados sem nação”) poderão procurar corporificar um caráter nacional, cívico ou étnico, que inspire a lealdade de seus cidadãos – mesmo que esse caráter seja fundado na diversidade étnica e cultural³⁶. A nação entrou para o discurso internacional e passou a fazer parte do discurso moderno³⁷ em geral: “como modernos somos todos participantes no discurso das nações, gostando disso ou não” (Calhoun, 1993, p. 214). Em um mundo orientado pelo *dictum* dos tratados internacionais e dos direitos humanos, investir na busca por autonomia tornou-se essencial para que as ditas nações sem estado sejam consideradas legítimas. Como disse Smith, “a autonomia é a chave para a dignidade no mundo moderno, e ela requer autenticidade; a liberdade depende da identidade, e o destino da memória coletiva” (1996, p. 145).

35 É notável que grupos conservadores apoiados em ideologias nacionalistas e primordialistas proponham reformas das leis de imigração que visam eliminar a dupla nacionalidade para os que são consagrados com o direito da cidadania: para nacionalistas ortodoxos, cada indivíduo deve alinhar-se com apenas uma nação. Quanto mais intenso o culto ao sentimento nacional, maior a coerção exercida sobre os indivíduos para que abstenham de outras nacionalidades.

36 O Canadá também é um exemplo de nação moderna busca se definir através da diversidade. Já os Estados Unidos desde a Revolução Americana (1775-1783) tentam conciliar suas diferenças internas através de um sistema federativo que garante autonomia considerável aos estados.

37 Disso resulta um paradoxo: todas as nações modernas são necessariamente universais, já que o discurso nacional foi construído internacionalmente, e uma nação só é reconhecida como tal quando respeita esses princípios universais (Hall, 2003, p. 58). Daí ser corriqueira a metáfora da “orquestra das nações” para descrever a forma com que essas nações se interrelacionam (Jardim, 2000, p. 59).

Conceitos de nação e nacionalismo adequados à realidade do mundo moderno precisam, ao mesmo tempo, dar conta da ambiguidade de seus usos e conter em si a idéia de processo referida por Elias. A nação deve ser ao mesmo tempo uma comunidade política e cultural e estar em formação. A definição de nacionalismo de Ernest Gellner parece ser a menos inadequada para suprimos essa necessidade: “o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política que requer que fronteiras étnicas não devam entrecruzar as políticas e, em particular, que fronteiras étnicas dentro de um determinado estado – uma contingência já formalmente excluída pelo princípio em sua formulação geral – não deve separar os donos do poder dos demais” (Gellner, 1983, p. 1) Entretanto, duas correções precisam ser feitas a essa definição: primeiro, o nacionalismo é uma teoria política *apenas na ótica dos intelectuais envolvidos com o nacionalismo* (no caso deste trabalho, os intelectuais do GESUL e do RSLivre); segundo, nem sempre o nacionalismo prevê a conciliação entre fronteiras étnicas existentes e estados: é o caso das lógicas integrativas, analisadas por Geertz (1973), presentes em movimentos nacionalistas durante o processo de descolonização dos Estados africanos, que buscavam delimitar fronteiras nacionais. Nações podem, na voz de intelectuais nacionalistas, se afirmar como pluralistas e pregar a diversidade, desde que sejam planejadas como projetos direcionados para a integração.

No próximo item revisitarei o que dizem autores como Gellner e Benedict Anderson sobre a ligação entre nacionalismo e modernidade. Novamente, Trata-se apenas de um exercício de revisão teórica. Compreender essa relação é necessário se quisermos entender melhor o que está por trás da emergência de nacionalismos na era contemporânea.

2.2 Nacionalismo e modernidade

Teses como a de Gellner (o nacionalismo é uma teoria política moderna), assim como as de Anderson (2006), Hobsbawm (1991), e Deutsch (1971) são classificadas por Smith (1996) como “modernistas” por imputarem um caráter indissolivelmente moderno ao fenômeno do nacionalismo. O nacionalismo é para esses autores um fenômeno histórico; é produto do cultivo de idéias que vêm sendo gestadas desde o século XVII e que certamente só são possíveis assim que determinadas condições infra-estruturais são cumpridas, tais como o avanço do industrialismo, da imprensa, da literatura, dos transportes, dos meios de

comunicação e da máquina burocrática³⁸. Como arrematou Hobsbawm, “o nacionalismo vem antes da nação.” (Hobsbawm, 1991, p. 19)

Para Gellner, o nacionalismo surge com a ampliação da mobilidade social. A industrialização gera uma cada vez mais especializada da mão-de-obra e a divisão social do trabalho torna-se mais complicada. Os sistemas educacionais, universalizados e padronizados, tornam as formas de comunicação mais homogêneas. Uma sociedade de estruturas “fluidas” tende a dar mais ênfase na padronização da comunicação, pois a unificação cultural precisa suprir o papel anteriormente desempenhado por uma estrutura social mais rígida. Como resultado dessa configuração, a mobilidade nas sociedades modernas é ampliada significativamente: nelas, todos os indivíduos, pressupõe-se, deverão ser normatizados por um sistema educacional universal; todos compartilharão um *corpus* básico de conhecimentos unificados que vão desde domínio da grafia, passando por conhecimentos matemáticos, até o conhecimento de história nacional. Numa sociedade moderna (ideal), esses conhecimentos centrais compartilhados têm o papel de homogeneizar as formas de comunicação, apesar de coexistirem com as tendências de crescimento do individualismo, da especialização do trabalho, e diversidade étnica. A estrutura (a distribuição de funções e papéis) dessas sociedades passa a ser influenciada por um aparato burocrático, que permite maior mobilidade interna³⁹. Essa maior mobilidade social é pré-condição para o surgimento de nacionalismos.

Análoga à explicação de Gellner, a de Benedict Anderson (2006) coloca maior ênfase nos efeitos da propagação da literatura⁴⁰. A invenção da imprensa, no século XVI, aos poucos tornou a produção de livros viável, o que impulsionou a produção de livros em latim, língua

38 Sociedade modernas, em resumo, podem ser caracterizadas pela existência de 1) modo de produção industrial, elevada divisão social do trabalho e a padronização e a universalização de conhecimentos técnicos e científicos, bem como a incessante acumulação desses conhecimentos através de pesquisa coordenada por um método; 2) a existência de um Estado ao qual é assegurado o monopólio legítimo do uso da violência através da manutenção de um moderno aparato militar que centraliza o poder de coerção e assegura a manutenção das suas fronteiras nacionais e do corpo político; e 3) a presença de um sistema educacional universalizante – a escola – cuja meta é equipar os indivíduos com um conhecimento genérico e científico e, acima de tudo, massificar o conhecimento da leitura e da escrita.

39 A mobilidade social se dá devido aos critérios de recrutamento desses aparatos burocráticos, que passam a privilegiar exames, provas e testes e a condenar o nepotismo (mais aceito em sociedades estruturadas por laços de parentesco e descendência). Numa sociedade que preza pela racionalização (no sentido weberiano) e pela eficiência, a burocracia é regulada por ideais meritocráticos. Por isso, para Gellner, “a burocracia é o parentesco do homem moderno” (1964, p. 154).

40 “Printing press” é o termo utilizado por Anderson, que poderia ser traduzido como “imprensa escrita”. Anderson concentra-se na difusão da literatura através da imprensa (literalmente), ou seja, a difusão de qualquer material escrito possibilitada na máquina de imprimir gutenberguiana, que possibilitou o surgimento de um “print capitalism”, ou “capitalismo de imprensa”.

franca do clero durante a idade média. Mas o a demanda por livros em latim logo cessaria, pois o clero compunha um pequeno estrato social de crescimento limitado. O mercado editorial passou a expandir-se entre novos públicos, o que iniciou um processo de vernaculização das linguagem escrita. À combinação entre capitalismo-impresso e o sucesso do protestantismo somou-se a adoção dos vernáculos europeus como instrumentos administrativos por dinastias locais. Nesse cenário, uma “fatalidade” (p. 43) teria sido o fator chave para o surgimento posterior das primeiras nações: a diversidade lingüística européia. O sucesso da linguagem impressa, capaz de reproduzir temporal e espacialmente de maneira indefinida o texto, daria aos vernáculos europeus maior fixidez, unificando dialetos em línguas regionais. Já no século XVII as línguas locais exibiam suas formas atuais (p. 44)⁴¹.

A propagação de jornais e romances tornou possível o surgimento da noção de simultaneidade: os primeiros, ao trazer para o lar do indivíduo comum narrativas de acontecimentos diversos que ocorreriam simultaneamente em lugares diferentes em uma escala cada vez maior; os segundos, por introduzirem um tipo de narrativa em que diversas tramas envolvendo personagens que não têm vínculo algum entre si podem se entrecruzar numa mesma temporalidade. Na nova forma de perceber o tempo, o termo “enquanto isso” (“meanwhile”) passa a fazer sentido (p. 27), uma vez que, ao abrir o jornal, o indivíduo performa um ritual que o transporta em imaginação a uma comunidade de larga escala, recebendo informações sobre acontecimentos concomitantes em diversos em lugares distantes, de pessoas com as quais não tem proximidade de qualquer forma (p. 24) . Os jornais criam um uma “extraordinária cerimônia de massa : o consumo quase simultâneo (o imaginar) do jornal-come-ficção. Sabemos que aquelas edições da manhã e da noite serão inevitavelmente consumidas entre esta e aquela horas, somente neste dia, e não naquele.” (p. 35) Essa cerimônia é “performada numa privacidade silenciosa”, estando cada comunicante ciente de ao performá-la não estará sozinho.

41 Segundo Anderson, para que a difusão do texto impresso pudesse dar espaço à emergência da consciência nacional três condições culturais marcantes da Idade Média que tiveram que ser vencidas (p. 36): 1) A idéia de que apenas uma língua (o latim) permitia o acesso à verdade; 2) A crença de que a sociedade era organizada por natureza através de centros (estratos) de poder e que o estado era legitimado por inspiração divina; 3) A noção de temporalidade em que cosmologia (as origens do mundo) e história (as origens do homem) eram indistinguíveis. Os itens 1 e 2 estão em consonância com a teoria da mobilidade social de Gellner: a erosão das estruturas sociais na transição para a era moderna abala a legitimidade do poder dos diferentes grupos sociais da era pré-moderna.

A fusão dos fatores supracitados resultou, na Europa, no surgimento de formas de consciência nacional. É importante sublinharmos o papel que Anderson atribui à formalização dos vernáculos através da grafia. Tal processo acabaria por eliminar dissimilaridades entre dialetos regionais e tornaria as gramáticas oficiais adotadas pelos regimes dinásticos em sistemas de regras aparentemente imutáveis, ligados às tradições históricas e aos limites dos territórios nacionais de cada povo. Essas elites dinásticas, a propósito, seriam responsáveis pelo caminhar da segunda fase do processo de surgimento das nações: em “reação aos movimentos nacionalistas populares em proliferação na Europa desde a década de 1820” (p. 86), essas elites promover a reconciliação entre o domínio dinástico e a nação. Para tanto, buscaram incorporar e naturalizar símbolos nacionais, unificar línguas locais e demarcar fronteiras; mapas, museus e recenseamentos foram instrumentos usados para atribuir a legitimidade nacional aos estados dinásticos e ampliar assim seus poderes administrativos tanto em território interno quanto em terras coloniais.

Quanto aos nacionalismos no Novo Mundo, Anderson observa que, diferentemente da Europa, a língua não foi uma questão relevante para a erupção de sentimentos nacionalistas, visto que tanto no Brasil quanto na América Hispânica não havia discordância entre vernáculos locais (p. 47). Além disso, o rápido aumento da frequência das viagens transatlânticas fez com que as novas doutrinas econômicas e políticas iluministas chegassem com espantosa velocidade ao novo continente, o que fez com que as elites locais (educadas, em grande parte, na Europa) visassem colocar em prática o novo ideário liberal – exceto no caso brasileiro. Anderson ressalta que “Em lugar algum houve qualquer tentativa séria de se recriar o princípio dinástico, exceto no Brasil; mesmo lá, provavelmente não teria sido possível sem a imigração, em 1808, da família real portuguesa, que fugia de Napoleão” (p. 51).

As viagens transatlânticas, segundo Anderson, foram cruciais na formação das mentalidades nacionais dos habitantes das Américas. “em certo sentido, os limites exteriores das velhas comunidades religiosas imaginadas foram determinados pelas peregrinações que as pessoas fizeram.” (p. 53) Através da metáfora das “peregrinações”, Anderson tenta lançar luz sobre o efeito que essas “jornadas” dos funcionários a serviço das dinastias absolutistas pelo novo mundo tiveram sobre a imaginação nacional das comunidades emergentes em solo americano. As peregrinações expandiam os domínios dos centros administrativos coloniais e

expunha aos intelectuais a existência de novas terras; a estes restava oficializar as esparsas imagens e descrições que surgiam de locais ainda impenetrados das mãos de artistas ou cientistas, fazendo com que a auto-imagem das novas nações fosse fatalmente influenciada pela imaginação europeia refletida nas artes, ciências naturais e mapas. Distantes de seus territórios ancestrais, a população de colonos via-se progressivamente alienada de seus costumes e de sua língua, e através de peregrinações pelo novo território alargava as fronteiras daquilo que passaria a ser incorporado à sua imaginação coletiva. Os “nacionalismos crioulos” – como Anderson os denominou – dos norte e latino-americanos foram as mais precoces formas de manifestação de sentimentos nacional que sem tem registro.

Karl Deutsch – cujas observações seguem caminho semelhante, mas com maior peso nas mudanças nos meios de transporte durante a transição para a era moderna – intuiu que a diferença entre nacionalismo e etnicidade está no fato de que o surgimento do primeiro pressupõe “a expansão de um sentimento de parentesco de grupos familiares e tribos até povos ou culturas inteiras” (Deutsch, 1971, p. 19). É essa crescente homogeneização das formas de comunicação e de saberes básicos transmitidos através de sistemas educacionais que torna possível que haja uma expansão dos laços de solidariedade que compõem as nações modernas. Sistemas educacionais modernos e a introdução imprensa provavelmente são os principais condições para que essa expansão se torne possível.

2.3 Conclusão

De que maneira a análise desses processos históricos de surgimento de nações pode ajudar-nos a entender movimentos nacionalistas atuais?

Diversos autores esboçaram tipologias de processos que conduzem à formação de movimentos nacionalistas⁴², mas que não nos caberão revisar aqui. Essas classificações levam em conta *meios* usados para se chegar a um mesmo *fim*. Podemos, a partir delas, extrair

⁴² Ver, principalmente, os já mencionados Geertz (1973); Smith (1971) e Gellner (1983). Na teoria marxista, segundo Löwy (2000) costuma-se distinguir nacionalismos “de cima”, ou seja, impostos por forças imperiais (estados impondo nações), de nacionalismos vindos “de baixo” - nacionalismos de libertação (Löwy, 2000, p. 88). A mesma distinção é feita por Guibernau, que distingue o nacionalismo “incutido pelos governantes do estado nacional, como meio de homogeneizar a população” do nacionalismo “das nações sem estado, incorporadas em estados nacionais maiores” (1996, p. 55).

alguns mecanismos sociais que parecem ser comuns em situações diversas – cientes de que estes guardam sempre as particularidades de seus períodos históricos.

Uma tendência recorrente entre intelectuais engajados em movimentos nacionalistas parece ser a tentativa de efetuar a combinação entre aquilo que consideram uma “alta cultura” com um estado autônomo e reconhecido segundo padrões internacionais. Segundo Gellner (1964), essa “alta cultura”⁴³ constitui parte do “caráter” da nação e serve como ponto referencial cultural (esse fenômeno foi marcante na erupção de nacionalismos na Europa Central durante o século 19, conforme Gellner).

Nesse “tipo” de nacionalismo, o imaginário nacional tem de recuperar nas camadas populares a “cultura original” da nação, que provém de uma classe ou etnia: ganham força os folcloristas, *connoisseurs* e colecionadores. Esforça-se para definir o caráter nacional em contraposição ao de uma elite ou império dominante. Busca-se nas manifestações populares uma essência, uma marca, que possa ser acionada quando for necessário demarcar o caráter da nação. O estado apropria-se de uma cultura popular e relativamente bem constituída e a torna oficial. Intelectuais nacionalistas usam o folclore e a cultura popular como fontes de inspiração para definir uma alta cultura, visto que nações, como vimos, tendem a ser entendidas como formações primordiais (sempre existiram, sempre existirão) e íntegras (a identidade nacional pode não ser aceita por todos, mas ela existe, é concreta e coerente e se não está a se manifestar, precisa ser resgatada e despertada a partir de suas fontes originais). O folclore, em especial, supre a necessidade por autenticidade cara a esses intelectuais. Renato Ortiz diferenciou memória coletiva (cultura popular e folclore) de memória nacional (a alta cultura almejada pelos movimentos nacionalistas) da seguinte forma:

A memória coletiva é da ordem da vivência, a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano... A memória coletiva se aproxima do mito, e se manifesta portanto

43 Radcliffe e Westwood (1996, p. 81) criticam a teoria de Gellner observando que o imaginário nacional na América Latina, longe de constituir uma alta cultura, se constitui a partir de costumes populares, como o futebol. Mas é importante notar a diferença entre os conceitos o conceito de alta cultura de Gellner e a noção de cultura erudita, comumente atribuída a Gramsci. Alta cultura, para Gellner, é aquela que só pode se propagar em sociedades cuja reprodução depende de um sistema educacional universal que dota os indivíduos de uma base cultural relativamente homogênea. Ela recebe esse nome porque é sistematizada e formalizada pelas instituições que definem o que é o nacional e porque depende de um certo grau de homogeneidade cultural para poder ser universalizada. Alta cultura, portanto, não é sinônimo de cultura erudita (uma cultura instituída e legitimada por um sistema educacional superior). Diferentemente desta, aquela atinge alcance universal através disseminação de uma base cultural homogênea, ao invés de ser monopolizada pelas camadas superiores da sociedade. Assim sendo, o futebol pode ser considerado também alta cultura, uma vez que para tornar-se nacional teve de ser regulamentado e sancionado como tal.

ritualmente. A memória nacional é da ordem da ideologia, ela é o produto de uma história social, não da ritualização da tradição. (Ortiz, 1999, p. 135)

Essa ânsia pela cultura “original” e “pura” da nação, que implica num resgate de tradições, heróis e mitos populares, reinventados de acordo com parâmetros de autenticidade que visam transformar a memória coletiva em ideologia (conforme Ortiz), apareceu com força nos escritos e falas de informantes tanto do MSP quanto do RSLivre, principalmente na maneira com que esses movimentos se relacionam com tradicionalismo gaúcho e regionalismos.

Além disso, o ideário nacionalista costuma ser apresentado na forma de discurso salvacionista. Como observou Weber (apud. Jardim, 2000, p. 59), formações nacionais possuem características análogas a comunidades religiosas: juntas, estabelecem modelos que são usados para a criação de “outros” nacionais. A nação, como doutrina de salvação, precisa ser professada: aqueles que demonstram apatia frente à questão nacionalista o fazem por desconhecimento ou alienação; precisam, portanto, “despertados” para a realidade nacional.

Assim, esses atores de movimentos nacionalistas acabam por vezes assumindo o papel de prosélitos de uma salvação nacional que tentam fazer crer ser a única alternativa para resolver momentos de crise e conflitos. Por isso a ênfase no papel das comunicações como formas de divulgação de doutrinas é tão importante para entendermos as condições sociais que possibilitam esse fenômeno: a análise livros e artigos publicados por separatistas, suas tentativas de definir as suas nações sob os mais diversos parâmetros e suas estratégias empregadas para lidar com contradições inerentes a essas definições ocupará as páginas dos capítulos a seguir.

3 As “nações” do Sul

É preciso lembrar que Gaúcho não é apenas o nascido no Rio Grande do Sul... Nosso modo de falar diferenciado, pronunciar as palavras, do resto do país (Leite QuentE) é da convivência com os Platinos, pelo nosso antigo intercâmbio cultural e econômico: Gado e Erva-Mate. Somos todos Gaúchos, velhos comedores de churrasco. Em comum temos o frio, a geada, a neve, os mesmos pinheirais, os campos. Somos o Brasil do Sul!

Carlos Zatti⁴⁴

Ernest Gellner (1983) afirmou que o estudo do nacionalismo não deve centrar-se tanto na força do fenômeno – deve, ao invés, focar sua fraqueza⁴⁵ – daí a máxima de que “foi o cão que não conseguiu latir que forneceu a pista vital para Sherlock Holmes” (Gellner, 1983, p. 43).

Se considerarmos o número de nações possíveis e o compararmos ao número de países reconhecidos como tais, perceberemos que o número das primeiras é muito maior do que o dos segundos. Enquanto a *Encyclopedia of the Stateless Nations* (2002) lista mais de 350 movimentos classificados como secessionistas ou separatistas, as Nações Unidas reconhecem atualmente apenas 192 países, número que vem aumentando progressivamente nos últimos 150 anos. Representantes das auto-denominadas “nações sem estados” costumam se reunir para trocar experiências em eventos como o Fórum Social Mundial, do qual participou o Movimento O Sul é Meu País em 2001 como representante da Nação do Sul do Brasil. Na edição mais recente do evento (2009), 32 representantes de nações sem estado compareceram. É claro que, como vimos, definições de nação são circunstanciais e contingentes, e com algum esforço a amplitude semântica do conceito de nação pode ser inflacionada e esse número pode subir para centenas: pode-se optar, ao invés de “nação”, pelos conceitos de “povo” ou “etnia”,

⁴⁴ Autor, tradicionalista, um dos intelectuais do Movimento O Sul é Meu País e do GESUL (ver cap. 4)

⁴⁵ Segundo o autor, “no passado, grandes impérios, às vezes enormes, existiram, porém eram relativamente excêntricos e, acima de tudo, sociologicamente contingentes. Sua existência não era necessária... era o império que requeria explicação, e não o seu colapso, ou a persistência de fragmentação. Auto-suficiência, autonomia local a fragmentação pareciam mais naturais e inerentes à estrutura social disponível, que seu oposto”. Hoje, com os tentáculos dos modernos aparatos estatais alcançando quase todos os agrupamentos humanos, e com a facilidade com que a difusão de informações pode levar a eles a mensagem nacional, “são as unidades largas e efetivas que parecem mais naturais e são o seu colapso e fragmentação, que são excêntricos e requerem explicação especial” (Gellner, 1981. p. 43).

cujas definições leigas são notavelmente mais vagas. O número de potenciais nações poderá ser multiplicado ainda mais se as definirmos como grupos de pessoas que compartilham de uma língua em comum: de acordo com o banco de dados *Ethnologue*⁴⁶, que compila informações sobre idiomas, há 6,912 línguas vivas atualmente. No entanto, de maneira geral esses grupos raramente figuram como real ameaça à unidade nacional dos estados que atualmente os representam, à exceção de populações amplamente reconhecidas internacionalmente, como palestinos, curdos, chechênios, tibetanos ou bascos.

Alguns separatistas que entrevistei parecem considerar suas nações “dormentes” (na fala de um informante do RSLivre) – o que não significa que, para eles, elas não podem vir a despertar no futuro. Antes, a nação do Sul – ou a República Rio-Grandense – devem ser construídas aos poucos – trabalho reservado aos intelectuais dos movimentos separatistas. Ao perguntado a respeito de quando ocorrerá uma secessão de fato, Celso Deucher, um dos intelectuais do Grupo de Estudos do Sul (GESUL), responde: “quando nosso movimento virar um movimento de massa.” E quando isso aconteceria? Ele desconversa: “quando o momento certo chegar”⁴⁷. Não é de hoje que os separatistas projetam sua independência a longo prazo. Em 1992, o separatista e paleontólogo Luiz Eurico Moreira⁴⁸, escreveu no epílogo do livro “Versos para separar” (que veremos no capítulo 4) que

Estamos vivendo no limiar de um tempo há muito esperado. Estamos escrevendo aquele ansiado capítulo de nossa história. Estamos participando do nascimento de uma nação há muito desejada pelos seus filhos. Estamos presenciando a materialização de um ideal multicientenariamente ambicionado por um povo. Estamos auxiliando a concretização de um destino historicamente determinado... Estamos escrevendo as 'primeiras palavras' de nossa nacionalidade. (in: Geisel, 1992, p. 61-63)

A citação de Moreira é um exemplo de como doutrinas nacionalistas costumam fazer uso da retórica salvacionista. Essas doutrinas são comumente elaboradas por intelectuais de maneira a oferecer respostas a problemas concretos (conforme percebidos pelos atores sociais), e por isso tendem a ser procuradas e ganhar uma maior audiência em tempos de crise: o temor de um cataclismo é sempre um fator potencializador de solidariedade. O nacionalismo é, em essência, trabalho intelectual: é um discurso e precisa ser planejado a partir das lógicas

⁴⁶ Mantido pelo SIL (Summer Institute of Linguistics) International e disponível em <<<http://www.ethnologue.com/>>>.

⁴⁷ Evadir-se de respostas a perguntas como essa é estratégico para representantes do MSP, que preferem manter discussões desse tipo em privado e a cargo dos ideólogos do GESUL.

⁴⁸ Na época, paleontólogo, professor da Universidade de Brasília e simpatizante do separatismo.

culturais compartilhadas para que possa tornar-se compreensível e assim angariar adeptos. Ele precisa ser professado, mas nem sempre movimentos nacionalistas distinguem seus profetas de seus ideólogos (o que parece ser o caso do separatismo o Sul do Brasil).

Neste capítulo analisarei algumas dessas elaborações nacionalistas abrangendo tanto o separatismo no Rio Grande do Sul quanto na Região Sul do Brasil, de Irton Marx – idealizador da República do Pampa Gaúcho – até o separatismo atual do Movimento O Sul é Meu País, que inicia com um discurso utópico para ganhar forma oficial, no ano 2000, através um manifesto, o Manifesto Libertário GESUL. Tentarei lançar alguma luz sobre como esses movimentos foram, ao longo dos anos 90, tomando a forma que têm hoje, quais seus pontos em comum e rivalidades e de que maneira seus ideólogos fazem uso da retórica para professar seus ideais nacionais.

3.1 O Rio Grande como nação

O episódio é bem conhecido⁴⁹: domingo, 2 de maio de 1993. O programa Fantástico, exibido pela TV Globo, apresenta uma reportagem sobre um projeto de separatismo da região Sul do país. O protagonista da reportagem é Marx – Irton Marx – santa-cruzense, descendente de alemães. Na matéria, o separatista aparece dando ordens em alemão para seu cachorro, enquanto relata à equipe de reportagem as razões para a separação ao lado da bandeira⁵⁰ de seu país inventado. A nação que Marx apregoava era a República do Pampa Gaúcho, cuja extensão abrange os mapas do Rio Grande do Sul e, com alguma sorte, Santa Catarina. Como vimos, em 1993 a idéia de separatismo, que então já mobilizava uma quantidade considerável de grupos na Região Sul do país, atingiu, uma maior audiência e por alguns meses passou a ser assunto de domínio público, recebendo a reprovação da imprensa, do Exército Brasileiro e de um sem-número de políticos em Brasília. O caso Irton Marx é interessante pelo efeito que teve

⁴⁹ Para relatos mais detalhados, ver o livro Molin (1994, cap. 5), que contém uma entrevista com Irton Marx, e Bandeira (1995). A revista Ensaio FEE publicou, em 1993, publicou um número especial dedicado à explosão de movimentos separatistas gaúchos daquele ano. O volume contém resultados de pesquisas de opinião a respeito do separatismo no Sul do país e alguns relatos interessantes, escritos principalmente por economistas, sobre o caso de Irton Marx (ver Gütfriend [1993], Gertz [1993], Winckler, [1993]). Uma análise mais detalhada do separatismo do Movimento República do Pampa durante os anos 90 pode ser encontrada também em Oliven (2006, cap. III).

⁵⁰ A bandeira desenhada por Marx era composta por uma mistura elementos da bandeira do Brasil com as bandeiras de batalha do Terceiro Reich e da Resistência Germânica da Segunda Guerra Mundial (ver ilustração na seção de anexos).

para os movimentos separatistas atuais: a República do Pampa repercute ainda, tanto na mídia⁵¹ quanto entre os integrantes desses grupos, que em todas as entrevistas realizadas para este trabalho manifestaram a vontade de serem dissociados do projeto que, apesar de ingênuo e pouco lúcido, é provavelmente a mais detalhada projeção daquilo que poderia vir a ser um país independente arraigado no Sul.

A República do Pampa Gaúcho está descrita em minúcias no pretensioso – para não dizer megalômano – livro publicado por Irton Marx em 1990. Nele, seu autor não esconde que o país estaria fadada a conquistar um lugar privilegiado no cenário internacional – desde que, é claro, conseguisse se libertar das amarras impostas pelo “império brasileiro”. Com um território maior do que o da Grã-Bretanha e quatro vezes maior do que o de Portugal, nada poderia atrasar o desenvolvimento da nova nação do Pampa que, com sua produção agrária diversificada, extensa malha rodoviária e avançada tecnologia no setor das telecomunicações, estaria destinada a conquistar o êxito internacional. Em seu compêndio, Marx traçava as características básicas de ordem econômica, social, geográfica e cultural de sua utopia sulina: tudo deveria ser cautelosamente planejado, desde altura dos edifícios nas áreas urbanas à necessária redistribuição de terras nas regiões rurais do Estado. Destaque especial era dado à esfera econômica, que deveria ser completamente “remanejada” para que uma nova ordem pudesse ser implantada. O novo sistema econômico, epitomado pela alcunha de “socialismo evolutivo”, combinaria o distribucionismo e o dirigismo prescritos pela economia da então União Soviética ao estímulo à livre-iniciativa ao empreendedorismo (não raro financiado pelo Estado e estimulado a atender aos interesses nacionais) e à livre concorrência⁵² (Marx, 1990, p. 30 e p. 75). Entre rompantes populistas, o autor esclarecia que “para o novo sistema, o dinheiro público deve ser aplicado em atividades que favoreçam sempre a grande maioria da população” (p. 146), já que “é do interesse do novo governo e do novo país que todos se desenvolvam e progridam para o bem social da nação.” (p. 148).

51 Ver, por exemplo, o texto “A volta do separatismo”, por Silvio Barbizan, publicado em 15 de maio de 2009 nos blogs do ClicRBS. Disponível em: <<<http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC,blog.BlogDataServer.getBlog&uf=1&local=&template=3948.dwt§ion=Blogs&post=181198&blog=622&coldir=1&topo=3994.dwt>>>. Acesso em: 20/05/2009.

52 Impossível era não notar as semelhanças entre as propostas econômicas para a república imaginária do Pampa ao fascismo econômico, no que ambas as ideologias propunham uma conjugação entre incentivo à pequena indústria com hostilidade aos grandes empresários que não antepusessem os interesses da nação à frente de seus próprios.

Mas não eram apenas os grandes capitalistas que teriam de ceder às exigências da nação: como todo o nacionalismo pressupõe uma certa homogeneização dos costumes, na esfera cultural os grupos minoritários também haveriam de se adequar à nova União. Apesar de tolerada, a diversidade racial não deveria servir de fonte para a diversidade cultural: a existência de negros era diagnosticada por Marx como sendo um “problema racial” para a República do Pampa, o qual deveria ser solucionado com a seguinte receita: aculturação. Embora jamais haver esclarecido de que maneira a “raça negra” seria assimilada, o autor santa-cruzeiro indicava em seu livro algumas opções: “o negro deve partir para a busca de novos conhecimentos e abandonar costumes e hábitos puramente medievais; ...deve abandonar seus temores e crendices e investir em cultura que o engrandeça e que não o prenda a sistemas ultrapassados; ...deve aprender a ser mais caprichoso e não jogar o seu salário fora em muitas ocasiões.” (p. 188) Para além da homogeneização étnica e cultural, a sanha regulatória da nação pampiana se estenderia à família nuclear em geral, que no novo país deveriam “conduzir-se dentro de uma harmonia invejável. Sem brigas ou discussões, sem queixas ou incompreensões descabidas”. No país dos gaúchos, o povo deveria “abandonar a prática da mentira, do beber em demasia, do lograr, do rir ou do fazer os outros de bobo”, bem como “abandonar hábitos nocivos tais como fofocar, desprezar ou caçoar de alguém, maliciar a conduta ou o jeito das outras pessoas”; e não deveria “andar sem bons modos, cuspir nas calçadas, andar mal barbeado, com mal cheiro, mal vestido e sempre apto a fazer algo que de alguma forma ou outra acabe por prejudicar o seu semelhante.” (p. 142)

E de que maneira seria efetuada a transição da Região Sul para a República do Pampa Gaúcho? Irton Marx não tinha dúvidas quanto ao sucesso de seu empreendimento. A nova nação atrairia imigrantes de todas as partes do Brasil e do mundo:

Por mais incrível que nos possa parecer, o empresariado brasileiro, as pessoas mais sábias, com mais visão quanto ao futuro, de imediato buscarão transferir-se para o novo país. Sim, muitos técnicos, pessoas ligadas à área da ciência e outros mais, virão habitar no PAMPA GAÚCHO pelo simples fato de acreditar no sucesso do novo país. Pessoas evolucionistas aceitarão os novos costumes nacionais gaúchos. (Marx, 1990, p. 82)

Um enfoque especial era dirigido à formação de uma nova intelligentsia: “para o PAMPA virão cientistas de todo o planeta quando o momento estiver propício.” (p. 220) Mas Marx sabia que haveria alguns que porventura não aceitariam as boas novas de bom grado, e

era preciso a eles arranjar uma solução. Dessa maneira, na constituição das novas áreas urbanas planejadas seriam criados “centros de educação física e mental” onde tudo haveria de ser “rigorosamente fiscalizado” (p. 44), assim como aqueles que não concordassem com a redistribuição de terras. A verve normatizante da nova república perduraria até que findasse qualquer tipo de discordância interna: “as discrepâncias que tomaram conta de nossas mentes devem serem (sic) varridas do nosso convívio”. E para os heréticos que insistissem em argüir contra o estabelecimento do país pampiano, Marx ditava apenas um mandamento: “ame o PAMPA como a si mesmo, ou deixe-o para sempre!” (p. 77) O historiador Newton Duarte Molon narrou assim a primeira tentativa de se decretar a independência da República do Pampa da Gaúcho:

Domingo dia 23: a promessa é de que buzinas, foguetes e bandeiras anunciem o nascimento do novo país. A cidade de Santa Cruz do Sul amanhece com sol forte e durante as primeiras horas da manhã não há sinal dos separatistas. No centro da praça Getúlio Vargas, em frente a uma das mais belas catedrais góticas da América Latina, apenas um caminhão de som, uma faixa com a bandeira de guerra do Terceiro Reich – sem suástica – e uma saudação da “Juventude Pampeana”. Poucas pessoas circulam pelas ruas e quase nenhuma atreve-se a pisar a área da praça. O som nativista gaúcho sai dos alto-falantes do caminhão e para eles retornam depois de bater pique na imensa porta da catedral... No início da tarde algum esboço de rebelião: alguns jovens ganham a praça lenta e tranqüilamente, vestidos com subversivas camisetas da “República do Pampa”... Para evitar conflitos e por questões de segurança, o independentista não vem. Uma multidão de quinhentas pessoas, após ouvir discurso e mais discursos das lideranças regionais do movimento, enrolam suas bandeiras e retornam a suas casas. Fracassa o encontro separatista. (MOLIN, 1994, p. 114-115)

Não é exatamente surpreendente que a mensagem separatista de Irton Marx, cuja orientação “social-evolutiva” parecia delineada por traços de tonalidade totalitária, tenha sido recebida pela mídia, pelo exército e por políticos com hostilidade. As asserções de Marx a respeito do lugar reservado às minorias étnicas em seu país foram certamente danosas para a imagem dos movimentos separatistas que o sucederiam. Nos anos subseqüentes, o MRP acabaria por arrefecer: após mais duas tentativas pouco sucedidas de proclamação da independência da República do Pampa, Marx seria condenado por crime contra a segurança nacional em 2001 e, três anos depois, decididamente afastado do movimento que ajudara a criar, egeria-se vereador de Santa Cruz pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) com 2.630 votos, sendo o candidato mais votado do município (Oliven, 2006, p. 89).

Já em 1992, um ano antes de figurar em cadeia nacional, Marx chefiou o 1º Congresso Separatista, realizado em Santa Cruz, que contou, segundo Celso Deucher (2006), com aproximadamente 80% de participantes de Santa Catarina e Paraná. Naquele ano começava a se configurar um separatismo mais vago e moderado, liderado por catarinenses e paranaenses, que apregoava a separação de toda a Região Sul do Brasil. Marx acabou afastado dos congressos posteriores, reservados apenas para lideranças regionais do Movimento O Sul é Meu País, que incorporou ao longo dos anos 90 inúmeros movimentos menores. A aceitação do separatismo em pesquisas de opinião sempre foi maior em Santa Catarina do que no Rio Grande do Sul, talvez porque o MSP seja relativamente popular na região, contando com representações em diversos municípios do estado – ou talvez por fatores endêmicos à cultura e à história gaúchas, onde a *resistência* ao separatismo está bem consolidada desde a Revolução Federalista, no final do século 19. Um dos pontos interessantes na República do Pampa é que as associações entre ela e a história do Rio Grande do Sul eram bem tênues, de maneira que fica difícil saber se Irton Marx era movido por ideais regionalistas ou “pan-germanistas” (Molon, 1994).

Atualmente são poucos, além dos cercam de 500 integrantes do RSLivre, que têm levado adiante a idéia de separação no Rio Grande do Sul. Meus interlocutores do RSLivre expressaram repúdio aos ideais da República do Pampa (e por isso foi preciso revisá-los aqui, visto que toda a movimentação separatista posterior a 1993 foi afetada pelas asserções de Marx). De certa forma, não seria precipitado supor que o intelectuais separatistas atuais tentam construir seus discursos nacionalistas em oposição às prédicas do separatista santacruzense. Isso acaba constituindo um problema para esses grupos, visto que na ânsia de afastar o ideário nacionalista eles são obrigados a evitar o uso de representações públicas⁵³ de símbolos nacionais – como bandeiras, mapas, emblemas, hinos, brasões, camisetas – que são efetivos meios de propagação e objetos de culto ideológico.

Mas a formação do RSLivre em 2008 talvez seja um indicador de que esse separatismo de marcantes feições nacionalistas esteja sendo reconstituído aos poucos. A doutrinação ideológica do grupo, efetuada através de panfletos e textos publicanos na internet não esconde que busca na história do estado fontes de inspiração para a composição de um imaginário

53 Conceito de Dan Sperber (1996).

nacional. Os integrantes do grupo foram bem claros quanto à ligação entre seus ideais aos dos Farrapos: o Rio Grande, que já foi uma república independente, hoje pertence ao Brasil não por opção, e sim por imposição. Dois de seus integrantes argumentaram em entrevista que não o Rio Grande do Sul jamais assinou um tratado de paz com o Brasil – e, se o existisse, o Brasil não o teria cumprido, já que “os Farrapos depuseram as armas, cumpriram o prometido. O Império não cumpriu com algumas cláusulas do tratado. Ou seja, isso anula esse tratado legalmente, se é que existiu” (transcrição de entrevista). Os Farrapos para um separatista, “não baixaram as armas porque concordaram com o Brasil. Eles baixaram as armas porque não tinham mais balas, não tinham mais comida, roupas. Não tinham mais nada. Ou baixavam, ou morriam” (idem). Os ideólogos do RSLivre, assim, se vinculam diretamente aos ideais da Revolução Farroupilha apesar afirmarem não pretender iniciar uma nova guerra revolucionária.

O RSLivre é um grupo recente e seus membros ainda não têm livros publicados – quase todos os membros de sua diretoria são jovens com idades entre 20 e 30 anos e estão em “fase de formação”, isto é, começaram a estudar a história do estado recentemente. A seguinte fala de um informante, de 27 anos, ilustra uma situação típica entre integrantes do grupo: a história gaúcha figura, para ele, como uma descoberta recente, que faz a ligação entre problemas sociais atuais e os de seus antepassados:

Quando tu é criança às vezes tu não tem uma noção muito ampla da tua história, muito conhecimento do que é a cultura gaúcha. Mas a partir do momento em que eu comecei a conhecer a minha história, a história do meu povo, a história dos Farrapos, das lutas, dos nossos heróis, aí é que eu comecei a entender algumas coisas. O povo gaúcho é muito rico em sua história. A história rio-grandense é uma coisa que me apaixonou bastante, fiquei encantado. Depois, comecei a querer saber mais, comecei a ler livros sobre a história rio-grandense e comecei a perceber que problemas daquela época que fizeram com que fosse proclamada a República Rio-Grandense são os problemas de hoje em dia, da exploração dos pobres, da exploração de Brasília perante o nosso estado e dos impostos. Parece que as coisas apenas mudaram de época mas os problemas continuam sempre os mesmos, ou piores. Então a gente acaba tomando parte da causa farrapa. Acho que a gente é uma continuação daquilo que nosso povo já fez a um século atrás. A gente se sente parte dessa nova Revolução Farroupilha. (transcrição de entrevista)

O grupo exibe também em seu website a Constituição da República Rio-Grandense, elaborada em 1843, é exibida para lembrar o visitante de que o estado pode ser independente – dado, é claro, que uma nova constituição, mais moderna, teria de ser elaborada se porventura ocorrer a secessão.

Boa parte do material que o RSLivre produz é direcionado à evocação de sentimentos patrióticos da parte de seus integrantes. Em um grupo de discussão *on-line*, seus simpatizantes trocam via e-mail fotos de paisagens bucólicas gaúchas: campos, coxilhas, pradarias e cabanas em meio aos quais, por vezes, tremula a bandeira gaúcha. Apesar disso, 3 dos 5 entrevistados, todos porto-alegrenses, negaram ter qualquer conexão familiar com o tradicionalismo ou com a região da campanha gaúcha: suas famílias eram de origem urbana. Um de meus interlocutores chegou a perguntar, durante uma entrevista, “de onde vem esse sentimento? Parece que é um espírito que está nos rondando. Mesmo com a cultura brasileira tentando nos acachapar, o sentimento gaúcho consegue superar isso” (transcrição). E diversas teorias são elaboradas para explicar de onde vem esse sentimento de amor à tradição, tais como: “a cultura gaúcha não é uma cultura que eu olhei, gostei e aderi. Não. Eu sou gaúcho de natureza. Sou gaúcho da cidade, mas essa é minha cultura” (idem). O fato de ter nascido na cidade, para outro informante,

não impediu que despertasse dentro de mim essa alma campeira. Eu, até na maneira de falar, na maneira de me expressar nas discussões do movimento, tenho algo de campeiro, me sinto um campeiro. Mas eu nunca fui campeiro! Nunca fui (expressão de espanto)! (transcrição de entrevista)

Vínculos com o MTG foram expressamente negados: nenhum dos entrevistados freqüentavam Centros de Tradições Gaúchas, que consideravam lugares tomado por “legalistas”, que eram procurados por pessoas que pretendiam justamente afastar-se da idéia de separatismo para reafirmarem-se como brasileiras através do gauchismo. Para um interlocutor, o tradicionalismo no Rio Grande do Sul está ligado à máquina administrativa brasileira:

Todo o CTG é filiado a um MTG. Cada estado tem seu MTG próprio. Todos os MTGs de cada estado são vinculados ao CBTG (Centro Brasileiro de Tradições Gaúchas). Isso tudo faz parte da máquina administrativa brasileira. Existem uma série de regras que eles (os CTGs) precisam obedecer, e elas são impostas de cima para baixo, exatamente como é a administração brasileira.

Apesar de compartilharem de fontes parecidas e conviverem em espaços parecidos, separatistas do RSLivre se mantêm distanciados dos tradicionalistas.

A retórica ufanista, apoiada símbolos de orgulho regionais e sentimentalismo não impede que alguns membros do RSLivre admitam que não basta patriotismo para justificar

uma secessão. Os líderes do grupo, por isso, têm estruturado um grupo de estudos para argumentar em favor dos benefícios políticos e econômicos da independência:

Uma das coisas que a gente está tentando com a nossa comissão de estudos, a partir de agora, é tentar fazer com que nosso movimento tente justificar a separação não só por esses sentimentos. O sentimento em si não justifica a separação... Tu podes continuar cultivando as tuas tradições sendo brasileiro. Então por isso a gente está trazendo estudos para conseguir argumentar com as pessoas com números, com dados concretos, e não apenas com sentimento. Reconhecemos, até então, que nosso movimento está ainda muito amparado no sentimentalismo. A gente tem alguns dados para argumentar, lógico, como a questão dos impostos, que está no nosso panfleto, mas ainda é pouco. (transcrição de entrevista)

Concluindo: o que é o Rio Grande do Sul como nação? Com Irton Marx, o país imaginado tomou a forma de um país de tendências totalitárias, inspirado em velhos modelos fascista. Para o RSLivre ele é, basicamente, a projeção de símbolos da República Farroupilha e do tradicionalismo gaúcho – conforme interpretados e ressignificados pelos atores do movimento – como uma formação nacional. Seus integrantes enfatizam determinadas interpretações da história do Rio Grande do Sul transformam o regional em nacional de maneira a solucionar problemas do movimento e justificar suas pretensões separatistas.

Pode-se dizer que entre os separatistas gaúchos do RSLivre e separatistas do MSP há uma clara dissonância entre as formas como suas nações são imaginadas. Como reconheceu o autor Sérgio Alves de Oliveira, pioneiro no separatismo sulino, “os separatistas possuem algumas divergências entre si. Isso é natural e mesmo profícuo. A mais saliente é a definição de fronteira...” (Oliveira, 1992, p. 18). Mas foi Oliveira, um gaúcho, o primeiro a expandir as fronteiras do Rio Grande do Sul e declarar o Sul inteiro como nação. Vejamos, abaixo, como os intelectuais do MSP conceituam o Sul como nação, e de que maneira esse Sul nacional conflita com a nação imaginada pelos membros do RSLivre.

3.2 O Sul como nação

Para os separatistas, a nação do Sul seria, obviamente, composta pelos estados que compõem a Região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na ausência de um nome que pudesse identificar a região, Sérgio Alves de Oliveira – um dos intelectuais mais antigos dos movimentos separatistas, vinculado ao MSP e fundador

do Partido da República Farroupilha nos anos 90 – em seu livro “A Independência do Sul”, publicado em 1986, propôs o epíteto “Terra Atlântica”, que logo seria abandonado. O livro de Oliveira ainda é amplamente lido e recomendado hoje em dia, apesar os integrantes do MSP referirem-se ao futuro país pelo nome provisório União Sul Brasileira (USB). O livro de Oliveira, pioneiro do gênero, estampava na capa o mapa estilizado do novo país (ver anexo) – o uso do desenho do mapa nacional como logotipo ou insígnia é comum entre movimentos nacionalistas, conforme observou Anderson (2006, p. 143). No livro, Oliveira argumentava que a separação do Sul era necessária devido o fracasso crônico do federalismo brasileiro: todas as constituições federais desde a implantação da República teriam distribuído o poder de maneira a favorecer unicamente a União Federal e afastar assim o povo do real exercício do poder (Oliveira, 1986, p. 76-77). Como o fim da ditadura e a composição da Nova República não pareciam trazer qualquer mudança significativa para esse quadro. Como resolver a crise? Oliveira recomendava, claro, a independência da região Sul, pois mudar a forma do sistema federativo não seria o suficiente; era preciso compor uma nova elite com novos valores: “não se precisa, na verdade, de novas Constituições. O que se precisa é de pessoas de bem à testa do poder. Não se precisa de papéis bem escritos e sim de virtudes nos homens públicos” (p. 15). A ênfase no poder revolucionário dos valores nacionais é uma constante em movimentos nacionalistas, que tendem a privilegiar valores à estrutura (sistema social, forma de governo) de uma sociedade. Ao ser reiterada, transformação da sociedade através de valores dá um tom salvacionista ao separatismo.

Assim, argumenta o autor gaúcho que “a escolha da forma de governo não é a salvação de tudo. Desde que o governo seja exercido em benefício do povo, qualquer forma é boa, mesmo a ditadura” (p. 25). Oliveira considerava o “espírito sulista” (p. 62) incompatível com a cultura brasileira, e sinalizava que o Sul estaria culturalmente mais próximo da América Platina: “o gaúcho, por exemplo, tem mais afinidade com o uruguaio ou o argentino do que com o brasileiro nortista ou nordestino”. Além disso, a afinidade do povo gaúcho “por circunstâncias históricas e culturais talvez seja a mais sólida de todas. Essa comunhão de valores por si só já justificaria o desencadeamento do processo secessionista” (idem). Vê-se que já em 1986 Oliveira declarava que o Sul era composto por gaúchos e que a incomum unidade cultural desse povo justificava sua busca independência. O autor tentou, em 1990, abdicar do papel de intelectual para engajar-se na prática secessionista ao registrar por via

legal o Partido da República Farrroupilha, mas este foi considerado inconstitucional e teve seu registro invalidado⁵⁴. Seu discurso, nos anos seguintes, manteve esse caráter ambíguo, misturando a componentes próprios do discurso regionalista gaúcho com a determinação independentista. A relação entre a cultura gaúcha e a unificação cultural do Sul nunca foi por ele detalhada, apenas sugerida, e acabaria se tornando um problema para os separatistas que o procederiam.

Tal problema teve de ser resolvido pelo MSP e sua resolução será melhor analisada no capítulo 4. Por ora, será interessante notarmos que o movimento, durante mais de 15 anos de existência, aos poucos foi adotando um que buscava suprimir qualquer menção a regionalismos em todas as suas publicações oficiais (como no Manifesto Libertário GESUL, que veremos abaixo). Para que não haja disputas regionais por poder, a presidência do movimento foi declarada rotativa: a cada ano ocupa um cargo um presidente de um dos estados da Região Sul. Seu Logotipo e bandeira foram desenhados com a cor azul, cor ausente nas bandeiras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sua bandeira é azul, com três estrelas brancas no canto superior esquerdo, cada uma simbolizando um estado da União Sul-Brasileira⁵⁵. Se movimentos que buscam a secessão tendem a enfatizar características culturais diacríticas, os que militam em torno da união têm de suprimir localismos em busca de unidade. O problema de se estabelecer o Sul como nação torna-se, assim, complexo: ao mesmo tempo que o MSP tem de enfatizar as diferenças entre sulistas brasileiros, é preciso omitir as diferenças internas entre os estados que compõem o país imaginado.

A contrastar ambos os grupos, parecia nítido o contraste entre a vaziez simbólica oficialmente apresentada nos livros, cartilhas e website do MSP e a forte ênfase no discurso nacionalista do RSLivre. Interessado em saber como eles conciliavam suas diferenças – já que representantes de ambos sustentavam que há uma aliança entre grupos separatistas do Sul do país – perguntei a meus interlocutores do RSLivre o que achavam a respeito do projeto separatista do MSP e se consideravam viável a construção de um país a partir da união dos

54 Celso Deucher ironizou a proibição do PRF: “O registro para funcionar de acordo com as leis brasileiras ‘carcerárias’ está difícil. Os juízes das ‘forças imperiais’ usam dos mais estúpidos argumentos para jogá-lo nos porões da clandestinidade” (Deucher, 2006, p. 23). O PRF continua a existir atualmente, ainda que clandestino.

55 Trata-se de uma fórmula comumente empregada no desenho de bandeiras de federações ou confederações, como as bandeiras dos Estados Unidos e, União Européia ou da União Norte-Americana (cuja surpreendente semelhança com a bandeira da USB foi apontada por um dos membros do grupo).

três estados meridionais do Brasil. O Sul como nação parece claramente desagradar aos membros do RSLivre. Respondeu-me um informante que “eles precisam inventar tudo o que nós já temos... já temos bandeira, hino e história, já somos um país pronto... eles não têm nada disso”. E desenvolvem, em texto assinado por um membro da diretoria do movimento e enviado a mim por e-mail:

O Rio Grande tem a sua cultura, e a sua anti-cultura (a cultura brasileira impregnada através de anos de dominação). Mas e Sta Catarina? Não teria Sta Catarina, da serra para o Leste, já um povo de comportamento diferenciado do gaúcho? E o mesmo não ocorre com o Paraná, inclusive em maior escala (pois como sabemos o norte do Paraná está mais para paulista do que para paranaense mesmo! – Que dirá então para gaúcho?!).

Dessa forma, o MSP é criticado por ter um projeto homogeneizante que inviabilizaria a manutenção da cultura regional gaúcha. O Sul como país seria como um “Brasil de calças curtas”:

o MSP minimiza a questão cultural, prevendo uma mudança de hábitos, um aceitar passivo e cordato deste povo anti-gaúcho... (mais numeroso do que imagina). Pretende incorrer no mesmo erro cometido por Getúlio Vargas, num ato simbólico queimando as bandeiras dos Estados, e “Decretando” a criação de uma “Unidade Nacional”, a brasileira! (Coisa que não compete a um ser humano, por mais poderes que possa ter, realizar!) Pois entendemos e reiteramos que este foi o erro do Brasil Império... Este foi o grande erro do caudilho gaúcho, Getúlio Vargas... E este está sendo, infelizmente, o grande erro de avaliação dos senhores do Gesul e do MSP. (idem)

O discurso de oposição ao separatismo de Santa Catarina e Paraná apareceu com maior contundência na fala de meus interlocutores. O imigrantes gaúchos residentes nesses dois estados foram descritos como “exilados” por um informante, enquanto que suas populações nativas foram caracterizados como povos “sem identidade própria” por outro:

Eles (os paranaenses e catarinenses) não têm uma identidade deles. É o mesmo exemplo dos times de futebol. Eu morei em Santa Catarina e sei quantos flamenguistas tem lá. E quantos corintianos? Aqui é só gremista e colorado. Eu acho que falta identidade para eles. É essa identidade que nós temos, e acho que aí está a causa da inveja de muitos brasileiros e de muita gente de outros estados. (transcrição de entrevista)

Mas os catarinenses e paranaenses também criticam os gaúchos. Fiz perguntas semelhantes a essas a Celso Deucher, do GESUL e MSP. Perguntei-lhe por que o separatismo do Rio Grande do Sul parecia tão incipiente se comparado com o de Santa Catarina e Paraná:

(o separatismo no Rio Grande do Sul) é fraco em gente. Em termos de Brasil somos o (movimento) que está mais organizado... essa gurizada (do RSLivre) era do nosso movimento. Eu até respeito eles. Acho que algumas coisas têm que ser respeitadas, como a peculiaridade local. Por outro lado, eu penso que se eles tivessem um pouquinho de visão, de futuro, eles saberiam que sozinhos não vai dar. Não vai dar por uma questão bem prática. Eles vão precisar de nós aqui em cima para segurar a vinda (de uma invasão brasileira). Por que nós temos que manter o movimento forte em São Paulo? Para segurar já a partir dali. (Celso Deucher, transcrição de entrevista)

Ou seja, o separatismo no Rio Grande do Sul por si só não seria viável. A adoção da tipo regional do gaúcho e do ideário tradicionalista como emblemas do movimento é tida como um engodo estratégico:

O erro estratégico deles é colocar fé nesse engodo que é esse gaúcho macho, que faz o que quer e faz acontecer, mas na hora H não mexe uma palha. Por esse erro eles vão pagar mais tarde, como nós pagamos lá. Nós contávamos com o Rio Grande do Sul como um dos lugares mais fortes, mas ficamos com só 3 líderes lá. Os demais fugiram, sumiram (depois do caso Irton Marx). (idem)

Deucher, por fim, ironiza as excessivas demonstrações de altivez e o emocionalismo exacerbado dos separatistas gaúchos:

Sabe aquele cara que chega pra ti e diz que vai matar meio mundo, diz que ele é macho, e mostra uma empáfia desgraçada, mas na hora em que se dá um grito o cara se esconde debaixo da saia da mãe? O esquema é mais ou menos esse. É da boca pra fora (o separatismo no Rio Grande do Sul). (idem)

Parece, portanto, haver potencial para disputa entre os dois grupos. Não tive registro de nenhum confronto ou discussão (os grupos dizem-se oficialmente aliados), mas pude, através das entrevistas, perceber como cada grupo demarca suas diferenças em relação ao outro. As diferenças residem, em suma, nas distintas concepções de nação que os intelectuais de cada grupo têm: enquanto o RSLivre estrutura seu imaginário nacional em torno do discurso regionalista gaúcho (que envolve a adoção de símbolos oficiais e o cultivo da memória coletiva do estado), o MSP tenta remodelar, atualizar ou suprimir regionalismos para formar um novo discurso nacional que unifique a Região Sul.

Por esse motivo a produção literária do MSP é sem dúvida a mais volumosa dos grupos separatistas – diversos de seus membros ou simpatizantes, como Adílcio Cadorin, Celso Deucher, Sérgio Alves Oliveira, Carlos Zatti (que veremos adiante) e outros têm livros publicados sobre separatismo, história ou regionalismo. Mas a produção é, via de regra, individual, o que torna a unidade ideológica do movimento fragmentária. As produções

coletivas do MSP costumam ser atas de assembléias, cartas abertas e manifestos, como o Manifesto Libertário GESUL, que será analisado no que se segue.

3.3 O Manifesto Libertário GESUL

Vimos no capítulo 2 que uma definição objetiva de nação é impossível e, em seguida, que nações não existem senão na imaginação coletiva dos que compartilham da crença na nação. Entretanto, para se levar adiante um movimento que milita em prol da *existência* e, por conseguinte, da necessidade por busca autonomia nação, é preciso buscar fontes de legitimidade reconhecidas. É preciso encontrar uma definição de nação que ao mesmo tempo seja apropriada para dar conta dos objetivos do movimento e reconhecida por entidades internacionais. Como vimos, não há definição consensual de nação no direito internacional, o que gera uma série de problemas que têm de ser resolvidos pelos atores do separatismo.

Se os membros do *Rio Grande Livre* não hesitam ao definir a extensão territorial e a composição da população de seu país (idêntica à da República Rio-Grandense), o MSP tem de resolver um problema mais complexo: como vimos, seus intelectuais intentam criar uma nação que nunca existiu – não há bandeira, hino, capital, símbolos nacionais, constituição, corpo político ou sequer nome para a nação do Sul, o que torna o projeto separatista ainda mais complicado. Após o caso Irton Marx, bem conhecido por todos meus informantes, os separatistas atuais parecem ter aprendido que oferecer resoluções utópicas para essas questões pode ter um efeito negativo para seus movimentos. Os ideólogos do MSP concluíram que é preciso, antes de mais nada convencer os demais habitantes da Região Sul de que seus três estados formam uma nação. Ao perceber isso, escreveu um membro do MSP em seu grupo de discussão virtual, ainda no ano de 2000:

O que levaria o povo do sul a votar em massa pela secessão? Sabemos que o apoio popular existe, mas não se concretiza. Afinal, o que é necessário para rompermos este "medo da liberdade"? Há quem responda: O povo tem que QUERER. Realmente, apesar de não sabermos como e quando se dará a Independência, uma coisa é certa: O povo vai estar QUERENDO. Do jeito que está, o povo quer "mas nem tanto".

Portanto, a aceitação parcial da idéia do Sul como nação é insuficiente. É preciso legitimar ter a nação do Sul legitimada interna e externamente, é preciso exhibir fatos que mobilizem o povo em torno da idéia de secessão. Para isso, os intelectuais do MSP mobilizam

a linguagem jurídica dos direitos humanos. São de praxe evocações do direito de autodeterminação dos povos consagrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entretanto, a Declaração não fornece uma definição para povo ou nação. Uma das definições atualmente mais usadas por movimentos secessionistas é a da UNPO (Unrepresented Nations and Peoples Organizations), agência da ONU que promove o direito de autodeterminação aos grupos que reconhece como povos sem representação ou nações ocupadas:

Uma Nação ou Povo significa um grupo de seres humanos que possui as vontades de serem identificados como uma nação ou povo e de determinar seu destino em comum como uma nação ou povo, e é unido por uma herança que pode ser história, racial, étnica, linguística, cultural, religiosa ou territorial. Um grupo de pessoas constituindo uma minoria, vivendo em uma parcela de seu território ancestral, incorporada a um Estado outro que não o Estado representado por esse Povo, é incluído na definição deste Artigo.⁵⁶

O *Manifesto Libertário GESUL*, publicado em 2000, constitui o principal documento em que intelectuais separatistas argumentaram abertamente em favor de classificar a Região Sul como uma nação segundo a definição da UNPO. Diferentemente de outras publicações separatistas, o Manifesto GESUL é uma obra assinada coletivamente, produto de pelo menos 8 anos de discussões travadas entre separatistas em congressos do MSP e reuniões do GESUL. Tive contato com outras produções coletivas do MSP, que geralmente são atas de reuniões ou cartas abertas proferidas em congressos e não chegaram a propagar-se tão efetivamente quanto o Manifesto. O documento, com cerca de 50 páginas redigidas pelo seletivo grupo de intelectuais separatistas do GESUL, circula entre membros do MSP e é vendido na loja do grupo por R\$ 5,00 e disponibilizado na internet por simpatizantes do movimento (ver endereço na seção de anexos). O Manifesto inicia estabelecendo que

A Nação Sul-Brasileira é constituída por uma população razoável a fim de ser reconhecida como um Povo e Nação: cerca de 25 milhões de habitantes. A vontade desse povo em ser reconhecido como Nação pode ser encontrada no fundo da alma de cada um. Essa verdade é demonstrada com clareza mediante pesquisas idôneas, inclusive de órgãos da imprensa manifestamente contrários a esse reconhecimento. (idem)

Em seguida, alguns dados de pesquisas de opinião do início dos anos 90 em que a idéia de separatismo obteve a aceitação de mais da metade da população, como a realizada no estado de Santa Catarina são exibidos, mas as pesquisas onde o separatismo foi rejeitado não

⁵⁶ Tradução minha do artigo 6 de “Covenant establishing the Unrepresented Nations and Peoples Organization”. Disponível em: <<<http://www.unpo.org/content/view/212/236/>>>. Acesso em: 18/05/2009

são mencionadas. No que concerne à união histórica dos povos do Sul, afirma o manifesto que

A união do povo Sul-Brasileiro em torno de uma herança comum de caráter histórico tem profundas raízes na sua própria história, destacando-se o abandono a que sempre foi relegado o Sul, o que lhe propiciou vida própria, independente das outras regiões. As conseqüências deste abandono foram as insurreições libertárias no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que chegaram, inclusive, a desligarem-se do império brasileiro. (idem)

A noção de que o povo do Sul, unido por uma herança histórica em comum, teria sido produto de um *melting pot* racial dos povos que na região se assentaram⁵⁷, típica da vertente clássica (que talvez possa ser chamada também de vertente romântica) da historiografia gaúcha, é rememorada pelo manifesto separatista. A noção de raça, presente na definição de nação da UNPO, é recuperada, ao que argumenta o Manifesto que “cumpre destacar que, pelos cruzamentos ocorridos em todos os continentes, não existem mais raças puras. Assim, o povo Sul-Brasileiro, como quase todos os demais, é produto de uma mistura que abriga origens das três grandes raças: a caucasóide, a negróide e a mongolóide” (idem). Tal ponto de vista coincide com o que os membros tanto do MSP quanto do RS Livre enunciaram a respeito da composição racial de sulistas e gaúchos nas entrevistas. Ambos enfatizaram que insuperável diversidade racial das populações locais atua como obstáculo para a afirmação de uma identidade nacional firmada em características raciais – mas dois entrevistados sublinharam também o papel da influência da imigração européia como fator cultural distintivo entre as populações brasileira e do Brasil meridional.

A unidade lingüística e religiosa do gaúcho também é abordada no manifesto do grupo separatista. Como os povos da Região Sul e os das demais regiões do Brasil falam, apesar das diferenças regionais, uma mesma língua – o português – esses dois itens acabam por constituir um problema para os separatistas. Por esse motivo, a questão da língua é evocada pelo manifesto de maneira um pouco tímida: “o povo do Sul fala predominantemente o português, ao lado das línguas trazidas pelos imigrantes, incorporando muitos termos indígenas e com forte influência espanhola no extremo Sul”⁵⁸. O documento também é pouco efusivo no que tange ao uso da religião como um possível componente da identidade nacional do Sul: “a religião predominante é a católica, seguida das protestantes, que coexistem com credos

⁵⁷ Noção extensivamente criticada por artigo de Dacanal (1980) – artigo criticado posteriormente por Oliven (2006).

⁵⁸ Apesar de a Região Sul e Brasil estarem fortemente unificados lingüisticamente, veremos no item 4.4 que há separatistas que enfatizam expressões regionais como forma de exibir marcadores identitários

oriundos de praticamente todas as correntes religiosas” (idem). Já a unidade cultural do Sul é demarcada por contraste: “A herança comum de caráter cultural tem fortes raízes na cultura indígena. É bastante homogênea e distingue-se muito de outras regiões brasileiras, notadamente do Nordeste e Norte” (idem). Por fim, o manifesto trata da unidade territorial da região:

A Nação Sulista assenta-se sobre um território contíguo de 576.316 quilômetros quadrados. A conformação territorial teve forte influência nas características do povo. Os limites deste território com o oceano e com outros países, somente ao Norte com o Brasil, também ajudou a formação de uma nacionalidade própria. O clima é sub tropical, diferente das outras regiões brasileiras. As populações indígenas nativas da região eram as únicas capazes de resistir ao frio. Também é diferente a biodiversidade. A natureza dotou este território de rios que têm as suas nascentes ou, no mínimo, grande parte dos seus afluentes, dentro dele próprio. Portanto a água, para consumo e irrigação, também é própria. É uma herança comum de caráter geográfico que reforça a sua condição de Povo e Nação. Essa condição decorre da própria natureza. Desse modo não há como esconder que a própria mãe natureza agiu numa divina cumplicidade com o povo Sul-Brasileiro na sua causa libertária. (idem)

Nota-se, no manifesto, uma ênfase muito maior dirigida ao critério territorial como fundamento primordial para a a unidade da nação do Sul. A ênfase em singularidades geográficas de um território é sempre um forte argumento para legitimar a demarcação de fronteiras. A existência do Sul-Brasileiro é reforçada pela geografia única, definido pela “mãe natureza”.

Benedict Anderson (2006, p. 143) apontou que com frequência nacionalismos costumam apropriar-se de um vocabulário que denota a existência de um vínculo natural entre homem e nação. É comum que membros do movimento se refiram uns aos outros utilizando termos de parentesco, tais como “irmãos sulistas” ou “compatriotas” (os que habitam a mesma *patria*). Nos escritos nacionalistas despontam metáforas ligadas a elementos corpóreos, orgânicos, como “sangue guapo”, “coração do povo”. É corrente o uso do termo “alma” (como no corriqueiro “alma sulista”) quando se pretende demarcar particularidades nos costumes de um povo. Mas a “alma” é *dada*, imutável, eterna – até os costumes tradicionais, para os nacionalistas, tendem a ser essencializados⁵⁹, conforme observou Geertz (1973). No

⁵⁹ Mas nem sempre o apelo à natureza é mero artifício retórico – ele pode ser interpretado também como um discurso pensado com o objetivo de traduzir para o interlocutor o que é esse sentimento de pertença nacional no qual o sujeito investe parte de seu tempo e de seus capitais – sentimento que propicia um norte, assim como conforto, solidariedade e mútua identificação entre ele e seus pares. Durante as entrevistas que conduzi com separatistas, perguntas abertas, como “o que é a cultura gaúcha?” ou “por que o Rio Grande do Sul é uma nação?” faziam com que meus interlocutores, assim como no Manifesto Libertário, por vezes recorressem a jogos de linguagem, empregando imagens

trecho abaixo, os autores do Manifesto Libertário tentam explicar o que é a força que faz com que sintam-se unidos em torno uma nacionalidade:

A nacionalidade não é direito recebido como "presente", por outorga de outrem, não importa a origem. Pelo contrário, nacionalidade é conquista geralmente obtida através de muitas lutas, estando profundamente *assentada na alma*, integrando o indivíduo tanto quanto a própria personalidade. Isso significa que ninguém tem o direito de ditar personalidade ou nacionalidade a alguém, ou a qualquer povo. (GESUL, 2000)

Enfim, como toda nação moderna pede autonomia, os separatistas podem buscar fontes de legitimidade para que suas definições nacionais obtenham êxito sobre as outras, e definições que incorporam a nação à natureza são especialmente selecionadas, conforme no trecho abaixo de um texto assinado por um membro do Rio Grande Livre e enviado a mim via e-mail:

Entendemos que uma eventual redistribuição territorial do atual território brasileiro, precisará atender uma regra básica... Uma regra natural... Uma regra que foi captada e codificada por Bluntshli, que diz especificamente: 'Toda nação é destinada a formar um Estado, tem o direito de se organizar em Estado. A humanidade divide-se em nações; o mundo deve dividir-se em Estados que lhes correspondam. Toda nação é um Estado; todo Estado, uma pessoa nacional'. Assim, concordamos que o território brasileiro precisa ser redistribuído, mas entre seus povos específicos, já culturalmente delineados por ação da natureza!

3.4 Percepções de crise e salvacionismo

Quanto ao caso do movimento separatista no Rio Grande do Sul, Oliven (2006) apontou a relação entre sua perda de vitalidade e a percepção de crise financeira que passou a assolar o Rio Grande do Sul a partir de meados da década de 90. O aumento descontrolado dos gastos por parte do executivo estadual tornou o aparelho estatal incapaz de arrecadar recursos suficientes para se manter e, endividado, passou a depender de empréstimos da União e de terceiros, tendo sido o governo estadual com maior dívida de todas no ano de 1986 (Oliven, 2006, p. 82-83). A percepção da crise pelo povo gaúcho mudou gradativamente a sua auto-imagem. Com seu governo beirando a bancarrota, um estado próprio já não mais parecia ser financeiramente viável para a maioria dos gaúchos, e passou-se a falar de separatismo de maneira jocosa, quando não hostil – afinal, “como pretender uma república separada (mesmo que isso seja somente uma forma de ameaça ou figura de retórica) se sua

da natureza como metáfora de maneira a tentar.

imagem é negativa?” (Oliven, 2006, p. 89). Certamente os argumentos utilizados pelos integrantes de tais movimentos nem sempre são amplamente endossados e compreendidos por todos, já que a percepção da crise é sempre relativa: como demonstrou o antropólogo gaúcho, a “crise” por que passou o Rio Grande do Sul nos anos 90 não afetava a economia do estado, e sim somente a as finanças do governo.

Quando um grupo de indivíduos que acreditam compartilhar de uma identidade em comum (e essa identidade dá-lhes significado às suas vidas, sendo objeto de investimento e cultivo vitalício) percebe-se em crise – uma crise de qualquer tipo, seja ela econômica, identitária, ou cultural⁶⁰ – e alguma entidade exterior ao grupo é apontada como agente seu causador, tenderão esses indivíduos a querer reformar suas fronteiras; a crise é percebida como um momento liminar onde os critérios de adscrição identitária, aos olhos dos atores sociais, se vêem pouco nítidos e precisam ser restabelecidos ou reinventados. Essas crises visam legitimar o clamores de separação, autonomia e reorganização das fronteiras nacionais. Como vimos, o livro “Independência do Sul”, pioneiro no gênero, justifica a separação a partir da impossibilidade de se alterar uma crise perene no pacto federativo brasileiro:

O sentimento separatista volta à tona quando nos sentimos amassados por esse monstro sobre nossas cabeças chamado Brasil. Quando, por exemplo, nos damos conta de que toda a dedicação dos nossos pais, toda a produção, todas as dádivas da terra e do trabalho não bastaram para salvar o Rio Grande da crise." (Oliveira, 1986, p. 59)

Os separatistas do sul crêem que a liminaridade da crise só poderá ser superada com a purificação interna de seu grupo: tende-se a culpar a sociedade como um todo e a pessoas ou instituições que lhes pareçam perniciosas. Bauman (2004) ilustrou o fenômeno de maneira alegórica:

Quando o mundo conhecido se despedaça, um dos efeitos mais perturbadores e inquietantes é a pilha de escombros ocultando as fronteiras, enquanto o lixo e a sucata escondem os postes de sinalização. As vítimas em potencial não são temidas e odiadas por serem diferentes - mas porque não são suficientemente diferentes, misturando-se facilmente na multidão. (Bauman, 2004, p. 64-65)

Crises são evocadas porque nacionalismos podem ser também apresentados também como doutrinas de salvação – e, como observou Smith (1971), como doutrinas

⁶⁰ Ou até mesmo na vivência do homem no mundo moderno: o livro de Irton Marx (1990), por exemplo, incia com uma longa ruminância a respeito da condição do homem na modernidade.

anticolonialistas. As insurreições desses movimentos são produto da reação a uma crise ou a uma ordem colonial ou imperial. Clifford Geertz (1973), ao refletir sobre movimentos nacionalistas nas recém independentes repúblicas africanas, cunhou a expressão “revoluções integrativas” para caracterizar a ascensão que realçavam mais a necessidade de unificação interna do que a separação e a independência frente a uma ordem colonial.

Conforme observado anteriormente, o separatismo do MSP tem de elaborar um discurso que justifique e concilie a unificação interna do Sul com a secessão da região – algo de certa forma semelhante às lógicas integrativas descritas por Geertz. O Brasil é amiúde caracterizado em textos seus militantes como um “império” (que pratica um “imperialismo tupiniquim”); já o Sul, como uma “colônia da Brasil”. Esse discurso joga com as tensões existentes entre a União e os estados e, principalmente, com a idéia de que a federação brasileira está em crise, de forma que a diferenças e desequilíbrios inter-regionais, sempre prejudiciais à Região Sul, são declaradas insuperáveis. Na retórica dos intelectuais separatistas, essas tensões só podem ser resolvidas uma vez que determinados valores sejam recuperados e que tradições e sinais diacríticos usados para delimitar fronteiras étnicas ou culturais sejam mantidos. A adoção do nacionalismo faz sentido para esses informantes porque é uma forma de procurar salvação. Um informante do RSLivre descreveu a “consciência nacional” como um norte necessário para qualquer povo, e cita um exemplo de caso em a adoção de valores nacionais foi positiva:

O povo que tem uma consciência nacional tem um caminho. Então, ele anda naquela direção. Eu penso muito na questão do povo japonês. O japonês tem uma cultura. Ele gosta de estudar, de ir a fundo, de pesquisar - e outra coisa, a pontualidade, o fato de que (com eles) 'prometeu, cumpriu' - isso é muito importante. Então, com base nessa cultura japonesa, eles se desenvolveram em 50 anos . (transcrição de entrevista)

É possível encontrar semelhanças entre o discurso salvacionista dos nacionalistas, que propõe que o nacionalismo seja encarado como uma força renovadora, e discursos religiosos. Por exemplo, em uma oportunidade o mesmo informante citado acima se referiu àqueles que ainda não conhecem a história gaúcha como “verdinhos, que ainda não sabem de nada”. Para ele, a história gaúcha tem o poder de *despertar* a identidade que “já está dentro” de cada indivíduo. Mas a identidade gaúcha, por ser primordial, só é efetiva para os que já a possuem:

Tu pegas um indivíduo que não tem essa identidade – por exemplo, um baiano e conta sobre essa história (do povo gaúcho), e ele vai dizer: 'não estou nem aí pra isso, isso já passou, é coisa do passado'. Então, se ele não concorda com a história, não há o *despertar*.

O “despertar” referido pelo informante é claramente análogo à noção de conversão religiosa: a história do estado (ou da nação) gaúcho tem o poder de revelar algo que já está dentro de cada indivíduo. Na mesma linha, um interlocutor queixou-se que são poucos os gaúchos que percebem que o estado, na realidade, é um país: “está escrito na nossa bandeira que somos uma república. Está na cara de todo mundo, a cada vez que toca o nosso hino, mas essas pessoas parece que não vêem. Parece que estão cegos... ou alienados” (transcrição).

Assim o nacionalismo se propaga através de uma retórica salvacionista: a adoção de valores nacionais tem o poder de transformar povos e resolver crise,s e por isso há uma eficácia inerente ao cultivo de uma cultura e de uma identidade nacionais. Para os atores desses movimentos, o discurso nacional – a história, os heróis, os mitos e todo o complexo simbólico abarcado por ele – precisa ser disseminado para que o povo “desperte” para uma verdade (histórica, social ou cultural). Apenas dessa maneira o corpo nacional pode ser purificado e retomar a autenticidade perdida (conforme Maciel, 1999, descreveu a respeito da evocação da autenticidade da tradição gaúcha pelo MTG).

Não por acaso empreguei acima a expressão “corpo nacional”. Terminarei este capítulo com uma sugestão: atores nacionalistas tendem a representar suas nações como entes corporais, dotados de vontade e caráter próprios. Um dos livros mais estimados pelos intelectuais do GESUL, “As Bases do Separatismo”, escrito pelo escritor paraibano Allyrio Wanderley⁶¹ (1935), ao estabelecer que o surgimento das nações seria governado por uma lei social universal, a “lei de cissiparidade”⁶². Segundo Wanderley,

Poder-se-ia mesmo estudar a biologia das nações, mediante um paradigma celular. Com efeito, as nações como as células, se multiplicam por secessão. A cissiparidade

⁶¹ Wanderley é atualmente um autor obscuro. Segundo Manuel Correia de Andrade (1998, p. 131), seu livro sobre separatismo não teve impacto significativo na época em que foi escrito e foi rapidamente esquecido. Seus livros nunca foram reeditados. Mesmo assim, Wanderley é referido no Manifesto Libertário GESUL (ver cap. 3) como “um dos mais ilustres intelectuais” paraibanos, que “já enxergava a inevitável e irreversível falência brasileira” (GESUL, 2000). Wanderley caracterizava o Brasil como “mera abstração”, ao mesmo tempo estabelecia que a separação da região do “Extremo-Sul”, formada por Rio Grande do Sul e Santa Catarina, era “ditada pela geografia, pela história e pela política” (Wanderley, 1935, p. 163).

⁶² A lei vem anexada ao Manifesto Libertário GESUL sob a forma de citação do livro de Wanderley. Os autores do manifesto tomaram o cuidado de preservar a ortografia original da obra.

nacional é, em sociologia, o que é, em biologia, a cissiparidade celular. Tem a constância característica das leis naturais. (Wanderley, 1935, p. 17)

Por serem como organismos biológicos, portanto, nações estão submetidas às leis de multiplicação (expansão imperial) e cissiparidade (separatismo). A teoria de Wanderley, nitidamente inspirada na sociologia organicista – popular no final do século 19 – é levada a sério pelos intelectuais do GESUL, que por vezes ecoam-na em seus artigos, como no Manifesto Libertário. O trecho a seguir, transcrito da fala de um informante do RSLivre que tentava explicar o que para ele era a cultura gaúcha, fornece-nos uma idéia de como esse fenômeno é percebido e explicado por alguns separatistas.

A cultura gaúcha é uma identidade. Ela é quase corporal. Ela até tem um corpo, mas na realidade esse corpo é o reflexo de um ser espiritual, uma 'alma'. A cultura gaúcha é uma 'alma', e ela nasceu a partir do nascimento do gaúcho. Como surgiu o gaúcho? Aquela raça, a raça gaúcha, que era realmente uma raça no início, formada através do concubinato... A raça gaúcha se perdeu, não existe mais, mas a cultura que eles deram origem se difundiu... Essa cultura a gente vê hoje no CTG se manifestando, e ela é baseada no amor. (transcrição de entrevista)

Talvez essa percepção da nação como um corpo esteja relacionada à crença de que suas crises e conflitos internos só podem ser solucionadas através da busca por purificação. Além disso, se a cultura gaúcha, na fala do informante, é “corporal”, ela pode ser também associada a um caráter, ou a um tipo regional, conforme veremos no capítulo a seguir.

4 O homem e a terra: Tipos regionais e naturalização da identidade

– Governar não é fazer açudes. E depois, Rodrigo, o país gasta demais com essas secas. Que é que o Norte produz? Quase nada. É um peso morto. Devíamos cortar o Brasil do Rio de Janeiro pra cima e entregar o Norte para os cabeças chatas. Que se arranjem! Mas o melhor mesmo era fazer do nosso Rio Grande um país à parte, porque...

– Cala a boca, idiota! – interrompeu-o Rodrigo. – Estás dizendo uma heresia.

Erico Veríssimo (em O Arquipélago)

Em maio de 2009 ganha a mídia a notícia de que o acervo de Erico Veríssimo seria transferido para o Rio de Janeiro. A informação suscita comentários lastimosos da parte de leitores da versão *on-line* do jornal Zero Hora, tais como “Isso é nosso! De todos os gaúchos!” ou “Mais lamentável, ainda é que não haja um movimento gaúcho para oferecer um lugar digno da memória do mais ilustre e eloquente escritor do nosso Estado”⁶³.

Comentários como esses sempre vêm acompanhados de acusações de “bairrismo”, termo pejorativo que denota um indivíduo ou um comportamento excessivamente preocupado com questões regionais, retrógrado, preso demasiadamente aos costumes do passado e incapaz de preocupar-se com o quadro maior dos problemas da nação. O bairrismo pode se manifestar quando o gaúcho percebe que as suas fontes de orgulho regional estão sob ataque ou em vias de perder significância dentro do complexo sistema simbólico que compõe aquilo que entende por patrimônio cultural do estado, no qual o habitante da região pode encontrar valores, emblemas e modelos para a construção de sua identidade. A obra de Erico Veríssimo é notória e importante para os que cultuam a tradição gaúcha por centrar-se na veiculação de personagens e narrativas temperadas por características regionais. Seus personagens são compostos amiúde a partir aquilo que Maria Eunice Maciel (1995) chamou de “tipos característicos” – ou “estereótipos regionais” –, isto é, figuras relacionadas às representações estabelecidas da identidade e dos costumes tradicionais locais. Esses “tipos”, segundo Maciel, tornaram-se presentes nos discursos oficiais, na mídia, na escola e na cultura popular e acabam servindo como espécies de “cartões de visitas” que transmitem e

⁶³ Disponível em <<<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Estilo%20de%20Vida&newsID=a2509986.xml>>>. Acesso em 15/05/2009.

reproduzem valores a eles relacionados. Além remeter a memórias sociais, os tipos sociais fornecem estereótipos que podem ser usados por habitantes de diferentes regiões para explicar e prever comportamentos alheios. Devido a sua relativa plasticidade, esses tipos regionais podem ser apropriados politicamente, sendo usados para efetivar distinções étnicas ou incitar a coesão interna do grupo.

Neste capítulo, nos itens 4.1 e 4.2, observaremos como os separatistas do Sul transformam o tipo regional do gaúcho em caráter nacional e de que maneiras eles se apropriam politicamente desse estereótipo para planejar e professar um nacionalismo sulino. Veremos também que esse caráter nacional é associado a características ambientais da região Sul, efetuando uma ligação entre o homem e a terra que essencializa a idéia de nação – essas representações são atualizadas e recondicionadas pelos intelectuais separatistas com vistas fornecer respostas a problemas e crises atuais e tornarem-se relevantes para os atores sociais contemporâneos. No item 4.3 analisarei como intelectuais do MSP e do RSLivre fazem uso de regionalismos lingüísticos para demarcar fronteiras nacionais. Por fim, no item 4.4, veremos como um projeto nacional particular, o da República das Araucárias, planejado por alguns membros do MSP, é apresentado como uma possível forma de viabilizar e naturalizar uma identidade sulista.

4.1 Tipos regionais, caráter nacional e folclorismo

O tipo regional do Sul conforme descrito por Maciel, o gaúcho, é de suma importância para os separatistas, já que, se devidamente reconstruído e atualizado, pode fornecer uma espécie de caráter nacional que pode ser evocado como símbolo de união entre os membros da nação. Um caráter nacional pode também ser usado para evocar a idéia de que existe uma herança em comum e que essa herança ensina valores e provê um norte seguro com o qual os sujeitos nacionais podem deixar-se guiar. Se a nação é pensada como um “ser”, parte do processo de formação nacional requer que esforços sejam dispendidos no sentido de se atribuir a ela um caráter. Para Norbert Elias, caráter nacional (ou regional) e individual reforçam-se mutuamente: "a imagem que um indivíduo faz da nação de que forma parte é também, portanto, um componente da imagem que ele tem de si mesmo, a sua 'auto-imagem'" (Elias, 1998, p. 143).

A história recente da constituição da *figura mítica* gaúcho como auto-imagem da moderna *etnia* gaúcha foi bem analisada por Oliven (2006) e Maciel (1999). Recapitulemos: a partir dos anos 60 e 70 verifica-se uma tendência de reafirmação de identidades regionais que pode ser interpretada como reação à unificação nacional promovida pelo Estado através dos meios de comunicação de massa. A figura do gaúcho passara por um longo processo e ressemantização ao longo dos séculos 19 e 20, de maneira que habitante original da região do Rio Grande durante período colonial, o *guasca* ou *gaudério* – termos pejorativos usados para designar os tipos “vagabundos errantes e contrabandistas de gado numa região onde a fronteira era bastante móvel em função dos conflitos entre Portugal e Espanha” (Oliven, 2006, p. 66), acabara sendo nobilitado pela historiografia e literatura regionais da primeira metade do século 20 e apontado então como portador de qualidades ideais. Essa figura mítica, que no mesmo século já havia sido expulsa ou assimilada completamente pela expansão das propriedades rurais, é entronizada como arquétipo regional pelos Centros de Tradições Gaúcha que passam a se propagar pelo estado nas décadas de 50 e 60. O Estado passa a oficializar o tradicionalismo a partir de 1954, com a criação do Instituto de Tradições em Folclore, que em 1974 é transformado em Fundação Instituto Gaúcho de Tradição de Folclore. A partir daí, o imaginário regional planejado pelo grupo de intelectuais tradicionalistas formador do MTG passa a se mesclar com a simbologia oficial do governo: em 1966 o hino Farroupilha é oficializado como hino de estado; em 1964 é oficializada a Semana Farroupilha; em 1988 o ensino do folclore é instituído como disciplina obrigatória em todas as escolas estaduais; e em 1989 as “pilchas” são oficializadas como “traje de honra e de uso preferencial” no estado (Oliven, 2006, p. 120-121).

O lema dos Farrapos (“Liberdade, Igualdade e Humanidade”), presente na bandeira do Rio Grande do Sul, fornece uma indicação do tom ideológico sobre o qual se constituiria o modelo para a auto-imagem do gaúcho. Ao perguntados sobre suas fontes de inspiração informantes, intelectuais do RS Livre e do MSP, indicaram-se a leitura do livro “A Formação do Rio Grande do Sul”, publicado pela primeira vez em 1933 pelo sociólogo gaúcho Jorge Salis Goulart. No livro, Goulart esboça o perfil do gaúcho um democrata individualista e politizado cuja organização social se ajustava em perfeita harmonia à geografia singular do Pampa e à sua composição racial semi-miscigenada, semi-européia. Uma ode à sociedade gaúcha, o estudo enfatiza a mentalidade progressista, racionalista e altruísta dos povoadores

do Sul, bem como as façanhas de suas instituições sociais, que em consonância com o que havia de melhor no pensamento liberal-democrata das civilizações ocidentais formaram “ideais gloriosos do seu desenvolvimento coletivo” (p. 158). O perfil do gaúcho desenhado por Goulart inegavelmente dava embasamento científico a uma visão romântica da cultura do estado, um estado que “numa eclosão radiosa de pensamento e sensibilidade, haveria de ter uma das mais belas civilizações americanas” (p. 195).

Não há dúvida de que essa imagem romântica do gaúcho celebrada pelos tradicionalistas já vinha sendo constituída bem antes da explosão do tradicionalismo que viu o estado nos anos 60 e 70. O romantismo presente na historiografia e da literatura gaúchas do início do século 20 seria incorporado mais pelos folcloristas do MTG. Renato Ortiz define o folclorismo como uma síntese entre romantismo e positivismo científico: os românticos "são responsáveis pela fabricação de um popular ingênuo, anônimo, espelho da alma nacional; os folcloristas são seus continuadores, buscando no Positivismo emergente um modelo para interpretá-lo. Contrários às transformações impostas pela modernidade, eles se insurgem contra o presente industrialista das sociedades européias e ilusoriamente tentam preservar a veracidade de uma cultura ameaçada" (Ortiz, 1992, p. 6). Os folcloristas surgem, portanto, como tradutores dos sentimentos românticos relacionados ao passado para uma lógica moderna, que busca legitimação para crenças e costumes no positivismo científico.

É nesse folclore, ressemantizado, reinventado e purificado que os nacionalistas buscam fontes de orgulho histórico. O folclorismo nunca reconstrói o passado com precisão: ao contrário, conforme afirma Gellner, é do interesse dos nacionalistas que os costumes “recuperados” pelos folcloristas sejam “artificiais”, pois o interesse na restauração da língua, vestimentas, rituais e mitologia “originais” surge apenas dentre indivíduos com acesso a um sistema escolar universal, indivíduos que têm suas exigências moldadas pelos critérios ensinados na escola. O protótipo do nacionalista é, portanto, o peão que migra para áreas urbanas e, após inserido em um sistema educacional moderno e alienado de suas tradições familiares, tenta reviver as tradições de seus antepassados a partir de novos padrões de pureza (Gellner, 1964, p. 162). O nacionalista *quer* ver seu folclore excelir e ser devidamente metrificado e documentado porque aprendeu na escola ou na universidade que são esses os

padrões que devem ser almeçados. Assim sendo, o surgimento nacionalismo, se Gellner está certo, está profundamente imbricado nos processos de urbanização ou êxodo rural⁶⁴.

Maria Eunice Maciel (1999) identificou dentro os primeiros tradicionalistas um grupo de “jovens provincianos” (p. 135), estudantes interioranos descendentes de pequenos latifundiários sobre quem a cultura urbana de Porto Alegre exercia tanto fascinação quanto rejeição. Para Oliven, o grupo, formado por estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, tentou instituir uma “espécie de academia tradicionalista” para “imitar os hábitos do interior e as charlas que os peões costumam ter no galpão das estâncias” (p. 110). Estes fundadores do primeiro CTG – Carlos Barbosa Lessa, Paixão Côrtes – compuseram a intelligentsia do movimento tradicionalista e mais tarde dariam cabo ao processo de formalização e oficialização⁶⁵ do tradicionalismo através do folclore que, segundo Maciel, foi uma forma de purificar as tradições de seus antepassados. Era preciso que a tradição se tornasse autêntica segundo a noção de autenticidade peculiar aos tradicionalistas, que pode ser interpretada como “uma maneira de fundar uma 'cultura de evocação' referenciada num passado rural idealizado, glorioso e idílico, mas ancorada nas necessidades dos homens do presente” (Maciel, 1999, p. 143).

Para além do Rio Grande do Sul, o tradicionalismo se espalhou também por Santa Catarina e Paraná a partir de 1960. Uma forte onda migratória impulsionada pela expansão agrícola nos dois estados incentivou mais de 600 mil gaúchos a emigrar para lá (Oliven, 2006, p. 160, gráfico 3). Alienados novamente dos costumes de sua terra natal, os gaúchos imigrantes são estimulados a criar centenas de instituições tradicionalistas que acabariam também sendo incorporadas e oficializadas pelo Estado⁶⁶. A cultura gaúcha, então, desterritorializa-se.

64 O fenômeno descrito por Gellner é semelhante à lei da terceira geração proposta por Marcus Lee Hansen em 1930. Hansen (1996) notou que a terceira geração de imigrantes alemães nos Estados Unidos estava excepcionalmente mobilizada para celebrar recuperar as tradições de seus avós, que haviam migrado duas gerações antes. A lei de Hansen enuncia que: 1) a segunda geração de imigrantes sempre se esforçará para esquecer os costumes da primeira para favorecer a sua assimilação; 2) a terceira geração, plenamente assimilada, buscará reatar com os costumes familiares para deles extrair uma fonte de identidade. O argumento da terceira geração foi criticado por Nahirny e Fishman (1996) : para eles, Hansen ignora o fato de que pais, filhos e netos podem diferir entre si na maneira com que se relacionam com o grupo étnico não apenas em grau, mas também na natureza da relação.

65 Carlos Barbosa Lessa foi segundo titular da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, que promoveu a interiorização da cultura gaúcha através da implantação de pólos culturais (Oliven, 2006, p. 12).

66 Por exemplo, em 2001 a Assembléia Legislativa do Paraná torna oficial a pilcha gaúcha como um dos trajes de honra do estado..

4.2 O gaúcho na leitura de um separatista: liberal, democrata e igualitário

É de praxe que os tradicionalistas e folcloristas encontrem nessa literatura de autores como Jorge Salis Goulart fonte de inspiração para formação de uma identidade coletiva. Carlos Zatti, gaúcho radicado no Paraná, tradicionalista e separatista – membro do MSP⁶⁷ e do GESUL – publica em 1998 o livro “Sul”, no qual narra a fundação e descreve a cultura do povo do Sul do Brasil para terminar com uma proposta de secessão. Para Zatti, o gaúcho é, acima de tudo, “um produto étnico de diversas raças que vieram a se juntar aos nativos do pampa” (1998, p. 48). Assim como Goulart, Zatti enfatiza o papel do meio-ambiente como fator determinante da formação cultural da nascente etnia: “o Rio Grande do Sul tem um macanudo ambiente, propício para as grandes idéias liberais.” (p. 63) Cultura liberal, cujas características eminentemente democráticas continuam a ser manifestadas em seus rituais, que são interpretados como sobrevivências de tempos passados:

A cuia do chimarrão passava da mão da escrava para a mão patronal, da mão do vizinho para a do agregado, da china para a da estancieira, e da prenda voltava para a do peão, fechando um círculo que se improvisava a todo o momento, diferente, com mais ou com menos pessoas. Aquela mesma cuia fazia ciranda entre praças, oficiais, comandantes e subalternos, em cada oportunidade possível, entre uma operação e outra. - Afirmação de igualitarismo democrático. (Zatti, 1998, p. 64)

Para os integrantes de um movimento como o MSP o tradicionalismo fornece um amplo estoque de imagens e símbolos que podem ser apropriados pelo inventário simbólico da nação imaginada do Sul. O gaúcho como arquétipo nacional se fez democrata gaúcho que, apropriada por movimentos separatistas, torna-se fonte de inspiração nacionalista. Segundo Zatti, o gaúcho

parece satisfeito consigo mesmo, nos gestos e atitudes. As glórias do passado o impulsionam para o futuro de cabeça erguida porque a sua História o orgulha. Parece que prefere a sua maneira de ser, esculpida em séculos de lutas ao som marcial dos tambores e dos clarins de guerra; dotado assim, pela posição geográfica de sua querência, de guardião da Pátria, e ensejando nas lides do pastoreio e nas circunstâncias da política sul-americana. Do pelejar contínuo veio a força do instinto cívico.” (Zatti, 1998, p. 64)

O “instinto cívico” teve origem na lide fronteiriça do gaúcho, determinante para a formação de seu caráter:

⁶⁷ Não pude entrevistar Zatti, que mora no Paraná. Tive acesso apenas dois de seus livros. Zatti é talvez o membro mais ativo nos grupos virtuais do MSP na internet (ver endereço nos anexos), enviando cerca de três mensagens por semana para a lista de discussão.

Como guardião das fronteiras, teve, o gaúcho, o caráter moldado pela altivez. Pastores e cavaleiros transformaram as estâncias em quartéis e escreveram páginas de heroísmo, declamadas em verso e prosa, em ambos os lados das linhas que a geografia política demarcou. (idem, p. 60)

O caráter do gaúcho, por ter sido moldado pela sua configuração geográfica singular, serve-lhe de sinais diacríticos que destacam-no de povos que não tiveram a mesma sorte de florescer no Pampa:

A coragem se eleva em heroísmo fulminante na ofensiva da luta em campo aberto, em altos brados, para intimidar o inimigo, criando a teatralidade do gaúcho, que se diferencia do sertanejo nordestino, outro batalhador brasileiro, mas com seu tipo de combate escondido, anônimo, na tocaia: e 'o jagunço não ataca de peito aberto e, não enfrenta o olhar do inimigo'. Os sulistas lutam de mano, de peito a peito, num duelo cavalheiresco e nobre, mais elevado e leal. (idem, p. 61)

Acima de tudo, o gaúcho é *feliz*. Suas instituições sociais e sua sociabilidade desenvolvem-se em harmonia com a paisagem idílica do pampa e, para Zatti, também dentre os campos gerais do Paraná:

Sentimento sul-rio-grandense altamente social é a alegria que atrai, que chama, que provoca simpatia, que comunica e que democratiza a vida em derredor. Capões e matas, pintando e/ou costeando os campos dão alegria aos viventes, pelos bruscos contrastes que apareceram também no Paraná e Santa Catarina junto aos campos gerais. Alegria que sobe das canhadas e dos banhados, onde moram bandos de pássaros, que se elevam em vôos faceiros e belos, despejando alegria aos olhares curiosos dos observadores; alegria do trabalho que se caracteriza por uma festa contínua e ruidosa ao ar livre, em companhia dos vizinhos, nos puxirões; alegria no romper coxilhas em baguais redomões velozes... alegria que expande da própria alegria, em multiplicações... (idem, p. 55)

O solo é tido como elemento central na formação do caráter gaúcho. Ao possibilitar a emergência de uma aristocracia rural calcada em virtudes cívicas e ideais democráticos, ele foi determinante também para a forma humana com que o gaúcho tratava seus escravos: “sobeja os costumes tradicionalmente hospitaleiros, altivos e generosos de aristocracia pastoreira, de cuja benignidade a própria escravidão era distinguida com piedoso tratamento familiar” (idem, p. 63). Em suma, para Zatti o caráter gaúcho se resume em um mote: “lealdade, honradez, civismo, harmonia social” (idem, p. 61)⁶⁸.

Recapitulemos a ordem com que se deu o processo de formação do imaginário tradicionalista gaúcho: 1) nas primeiras décadas do século 20 a historiografia cria uma

⁶⁸ Interpretações da história do Rio Grande do Sul críticas a esse ponto de vista podem ser encontrados em Pesavento (1980), Gonzaga (1980) e Freitas (1980).

interpretação romântica da imagem dos habitantes nômades do pampa, a extinta “raça gaúcha”, criada a partir da miscigenação de brancos com índios, de quem teríamos herdado os costumes e o civismo; 2) a partir dos anos 50 os folcloristas do MTG oficializam o gaúcho e suas tradições e criam instituições (CTGs) responsáveis pela sua manutenção; 3) a cultura gaúcha se desterritorializa com a migração de sul-riograndenses para o norte; 4) a partir dos anos 80 surgem grupos de caráter nacionalista militando pelo separatismo, mas estes perdem força no final dos anos 90, mas continuam atuantes na década seguinte, conquistando adeptos principalmente em Santa Catarina e Paraná e organizando-se principalmente através da internet.

São nítidos os paralelos entre a formação do tradicionalismo gaúcho e o processo de surgimento de nacionalismos conforme descrito por Anderson, Gellner, Smith e outros autores aqui mencionados. Dentro desse contexto, a emergência de grupos que transformam o imaginário regional em nacional não é senão previsível. Os gaúchos, como vimos, são freqüentemente (auto)criticados quando dão demonstrações de “bairrismo”. Grupos nacionalistas buscam no tradicionalismo e no folclore fontes de orgulho nacional e, assim, arrisco-me a dizer que da mesma forma que transformam o regional, transformam o bairrismo em *chauvinismo*.

4.3 O problema da língua e o falar gaúcho

Línguas, dialetos ou sotaques podem entrar para o rol de representações relacionadas às fronteiras nacionais⁶⁹: um território pode demarcar o uso de uma língua-franca, que por sua vez pode ser definitiva para a demarcação de um território. Os separatistas sulinos, no entanto, têm de lidar com o incômodo problema da suposta unidade lingüística presente entre Rio Grande do Sul e Brasil que em tese inviabilizaria o uso da língua como argumento em favor da

⁶⁹ É o caso da província de Quebec, no Canadá, com freqüência referido pelos separatistas entrevistados como exemplo de secessão possível por meios pacíficos. O Canadá tem uma longa história de imigrações predominantemente anglófonas nos séculos 18 e 19. Mesmo assim, a província de Quebec permaneceu relativamente isolada até 1950, quando uma nova onda migratória desconstituiu a predominância étnica dos britânicos. Aos poucos o Canadá foi sendo reinventado como uma nação multicultural. Ao mesmo tempo, cresceu a pressão por autonomia da parte dos quebequenses, cuja identidade étnica permanecia mais saliente do que as demais, apesar de serem minoria, o que culminou em duas tentativas frustradas de secessão através de referendos realizados nos anos de 1980 e 1995 (Buckner, 2008).

secessão: se a parte (a Região Sul) compartilha da mesma língua que o todo (o Brasil), torna-se problemática qualquer argumento em prol da separação por razões lingüísticas.

Ao perguntado sobre como seu movimento lidava com essa questão, um militante respondeu-me que o regionalismo gaúcho já dispõe de um extenso vocabulário próprio, e que “seria possível dois gaúchos conversarem em seu próprio dialeto, usando apenas palavras próprias, sem que um falante do português pudesse entender eles”⁷⁰. O regionalismo lingüístico pode ser enfatizado e mobilizado caso a circunstância demande a exibição de sinais diacríticos com vistas a demarcar fronteiras étnicas. Foi com essa finalidade que Carlos Zatti, membro do MSP e do GESUL, enfatizou a distinção entre o sotaque sulista (abrangendo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e metade do Paraná) e o brasileiro:

Podemos dizer que aproximadamente entre os paralelos 24 e 25, nota-se a diferença que há entre o 'brasilzinho' e o gigante tropical Brasil. É sobre o meio do Paraná que se dá destoação entre o brasileiro e o gaúcho-brasileiro. É a partir daqueles paralelos que pronunciam 'BrasiU', 'GerenraU', 'Leiti Quenti', enquanto nós, também pela influência recebida do Praia, falamos: 'BrasiL', 'General', 'LeitE QuentE'. (Zatti, 1994, p. 106)

Outro exemplo de como o domínio de expressões regionais pode ser mobilizado de maneira frutífera para esse fim é o já referido livro “Versos para separar”, de Jorge Ernesto Macedo Geisel (1992), cuja leitura foi sugerida a mim por um membro do MSP e parece ser conhecido pelos integrantes do RSLivre. Geisel é advogado e escritor separatista carioca (filho de gaúchos emigrados). Filiado ao MSP, escreve eventualmente artigos para o website do movimento. Seu livro é um prolífico compêndio de expressões regionais que conta com nada menos que 337 notas de rodapé, cada uma delas dedicada a traduzir locuções regionais presentes no corpo do texto – algumas bem conhecidas, outras nem tanto – tais como “queixo-duro” (teimoso), “bucha” (mau negócio), e “brasís”⁷¹ (gentílico sugerido para definir os habitantes da América do Sul). O uso de regionalismos para demarcar fronteiras étnicas é corriqueiro no verso tradicionalista gaúcho, sendo o livro de Geisel um claro exemplo de

70 Apesar disso, nenhum dos entrevistados utilizou de forma marcante expressões próprias da fala regional durante as entrevistas realizadas. Todos descartaram a possibilidade de nuances lingüísticas gaúchos serem usados efetivamente para justificar uma secessão.

71 “A denominação é anteriormente ao da América do Sule determinava os habitantes do continente, principalmente os que habitavam entre o Rio Orinoco e o Estreito de Magalhães. E o continente era conhecido por Brasília... o autor utiliza o plural de brasil para enfatizar a multiplicidade de variáveis regionais que o continente brasílico oferece” (Geisel, 1992, p. 68, nota 118)

como sentimentos de pertencimento étnicos podem ser mobilizados e associados um ideal nacional. Um exemplo:

Governista Pilchado

Não é a *pilcha* que faz de *recluta* o soldado,
nem *aperos* em *matungo*, o monarca *chasqueiro*,
e sim a alma castrense que *repona* no *fardado*,
na pinta do *urco*, o belo labor do *guasqueiro*!

Há, pois, muito todo *reimoso*, negando o *estribo*,
que, embora pilchado, não é *taco* separatista,
mero *pablo largado*, inço em sulco de *rastrilho*,
reiúno, *puro pica-pau*, *pereba governista*!

Dedicado a todos os
que desejam, com orgulho,
honrar as pilchas lutando
pela QUERÊNCIA AMADA! (Geisel, 1992, p. 56)

Benedict Anderson (2006, p.145) observou que a eficácia com que hinos nacionais evocam a imagem de “unissonância” entre pessoas que não se conhecem pessoalmente e mesmo assim sentem-se unidas por compartilhar de um imaginário nacional semelhante. Da mesma forma que hinos, o uso de expressões idiomáticas e locuções regionais também pode ser usado para evocar sentimentos étnicos. O uso da língua perpassa todos os domínios da sociedade, e justamente por isso ela é tida quase sempre como o critério primordial de definição de fronteiras nacionais por nacionalistas (Geertz, 1973, p. 241).

Todo ser humano fala uma língua, e esta é normalmente compartilhada numa determinada extensão territorial. Isso faz com que a língua seja o fator cultural mais propenso a ser naturalizado por grupos étnicos (o que não quer dizer que no mesmo idioma haja uniformidade). Como diz Anderson, “ninguém é capaz de fornecer a data de nascimento de qualquer língua... línguas parecem estar no cerne de qualquer coisa em sociedades contemporâneas” (2006, p. 145). O uso de termos regionais no Sul do país pode também evocar imagens relacionadas às tradições e particularidades da região, e os separatistas tendem a investir nessa estratégia, enfatizando-os. Contra os que argumentam que há uma unidade lingüística incontestável entre Brasil e Sul os separatistas sustentam que há diferenças na fala endêmicas à sua região que compõem um *falar* próprio e são suficientes para caracterizar a população local como um povo portador de cultura e identidade singulares.

4.4 O nacionalismo ecológico da República das Araucárias

Em 2006 – contou-me em entrevista Celso Deucher, ex-presidente do MSP e membro do GESUL – oito casais percorreram a rodovia BR-101, no trecho que vai do Paraná ao Rio Grande do Sul (de cerca de 800 km), plantando cerca de 30 mil mudas de araucárias nas encostas da estrada. A ação, que durou dias, fez parte do projeto Pacto das Araucárias, uma organização destinada à preservação e ao plantio do pinheiro. Seus membros distribuem sementes de pinhão a crianças em idade escolar e encorajam-nas a plantá-las em suas casas. Em 2007, “mais de 3 mil mudas com cerca de três meses de idade e mais 15 mil pinhões brotados, que (foram) distribuídas nas 16 cidades onde o projeto já chegou. A expectativa da coordenação nacional da entidade 'Pacto das Araucárias' é que cerca de 8 mil estudantes sejam atingidos por esta campanha nos três estados Sulistas”, informa o *blogue* da organização (ver endereço nos anexos).

Apesar de categorizada como espécie em risco V (de “vulnerável”) na Lista Oficial de Flora Ameaçada de Extinção do Ibama⁷², a *Araucaria angustifolia* (também conhecida como pinheiro-do-paraná) serve de inspiração para atividades que vão além do ambientalismo. A araucária está para muitos separatistas intimamente ligada à identidade sulista da população da região, onde grupos como o Pacto das Araucárias não são novidade. Em 1981 o curta-metragem fazia “Araucária: a memória em extinção” (com a direção de Sylvio Back) já fazia a ligação entre a memória dos colonizadores poloneses da região e a espécie vegetal. Nos anos 90, em meio ao despertar de grupos separatistas motivado pelo caso Irton Marx, existiu no Paraná um grupo chamado República das Araucárias (RDA), que mais tarde incorporou-se ao O Sul é Meu País (Deucher, 2006, p. 20). Essa vinculação entre a identidade sulista e a araucária não é predominante entre os separatistas do MSP, mas é nitidamente uma idéia que tem circulado entre os intelectuais do GESUL, principalmente os naturais do Paraná e de Santa Catarina.

A rodovia BR-101 é, para Deucher, um local estratégico para o plantio da árvore, que para muitos simboliza a identidade comum dos povos do Sul: “no futuro, queremos que os viajantes que passarem pela estrada vivenciem o País das Araucárias do Paraná até lá no fundão do Rio Grande do Sul”, explica Deucher, que continua:

72 Disponível em: <<<http://www.ibama.gov.br/flora/extincao.htm>>>. Acessado em 20 de maio de 2009.

O polonês, o alemão – esse pessoal – chegou aqui e deu de cara com a araucária... As primeiras casas deles foram 99% feitas de pinheiro. O pinheiro era fácil de lascar. Como não tinha serrote, tinha que lascar. E o pinheiro foi a coisa que mais identificou eles. Nas cartas que escreviam para lá, eles contavam sobre a maravilha que era esse pinheiro, como era bonito. E, muito melhor, 'enquanto nossos pinheiros daí', eles diziam, sobre aqueles pinheiros deles lá, 'enquanto nosso pinheiro daí não dá fruto nenhum, aqui é possível passar uma semana só comendo o fruto do pinheiro (o pinhão). Muita gente, principalmente no Paraná, sobreviveu por causa do pinhão. Então tem elementos muito interessantes na questão do pinheiro com o *futuro* desse pessoal aqui.

Dessa forma, o papel da araucária, comumente vinculada ao imigrante e ao desaparecimento da cultura dos habitantes originais, está também, para o separatista, vinculado ao *futuro* do nação do Sul. A árvore é usada como ponto de referência para a manutenção de uma identidade comum numa nação projetada. Mais do que isso, ela soluciona um problema gerado pela recente desterritorialização da identidade gaúcha: a identificação entre a região do Pampa⁷³ e a cultura regional do Rio Grande do Sul.

A historiografia clássica do Rio Grande do Sul ajudou a incutir a região do Pampa no imaginário regional e associou-a à figura do gaúcho. É de praxe que o tipo regional do estado, o gaúcho, seja representado em meio a paisagens pastoris típica dessa região – como vimos, tipos regionais podem funcionar como um recurso simbólico de associação entre homem e território (Maciel, 1995). De maneira semelhante, a araucária acabou por ser associada à identidade regional do Paraná, tendo sido oficializada pelo governo paranaense como a árvore-símbolo do estado. O povoador da região – seja ele de origem europeia ou até mesmo imigrante gaúcho ou tropeiro (considerado por alguns, como por Carlos Zatti, o arquétipo do estado) – é frequentemente retratado entre paisagens como a da pintura que ilustra a capa

73 O Pampa ocupa uma área de cerca de 750.000 km² que se estende da Argentina, nas províncias de La Pampa, Santa Fé, Córdoba e Buenos Aires, até a região sul do Rio Grande do Sul, passando pela quase totalidade do território uruguaio e estendendo-se por toda a região das fronteiras Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai. No Pampa a vegetação é rasteira, composta predominantemente por gramíneas, próprias para alimentar o gado. O relevo, formado por coxilhas, é baixo o que torna-o perfeito para a equitação. Como vimos anteriormente, é famosa e influente – principalmente entre tradicionalistas – a análise do sociólogo Jorge Salis Goulart, que apontou a geografia própria do Pampa como a causa-raiz da formação da sociedade rio-grandense. Segundo Goulart, a hidrografia, o litoral, o relevo e a vegetação pampianas teriam sido cruciais para o rio-grandense constituir-se como um povo agrário, cuja principal unidade social eram as estâncias, sempre povoadas por famílias patriarcais ou clãs. O gaúcho, com seus maneirismos teatrais e sua inclinação individualista e igualitária teria sido moldado pela geografia do pampa tanto em sua psicologia quanto em suas estruturas sociais. Mais importante, seu amor pelo cavalo teria sido determinado “pela natureza do trabalho pastoril, executado quase sempre no dorso dos velozes cavalos, estes foram o meio de transporte mais apreciado pelos gaúchos” (p. 61-62), assim como “as grandes áreas desertas contribuíram para insular os homens, para afastá-los por léguas de solidão” (p. 78), o que acabaria por tornar o gaúcho em essência individualista e pouco sociável. Acima de tudo, para Goulart a peculiaridade geográfica do Pampa era a causa da permanência crônica do ideário federalista dentre a população do Estado: “A situação geográfica do Rio Grande, separado do resto do Brasil por serras e florestas, com uma única entrada de difícil acesso, trazia em si o germe da separação, ao passo que a força social do Estado português se manifestava em sentido contrário na direção centralizadora. Daí se originou o instinto autônomo, o

desta monografia⁷⁴, ainda que a floresta de araucária tenha sido intensamente desflorestada para a exploração de madeira e hoje ocupe uma área ínfima perto daquela que compunha sua distribuição original. Para os separatistas do MSP, a introdução da araucária no discurso nacionalista pode ter a função de criar um elo identitário entre os três estados meridionais do Brasil, já que a floresta de araucária, em sua extensão original, alastrava-se do norte do Rio Grande do Sul até o norte do Paraná. A substituição do Pampa pela floresta de araucária como símbolo natural pode ser interpretada como uma forma substituir diferenças internas pela idéia de unidade nacional – o Sul como nação, cuja unidade ficaria resguardada sob a égide de um símbolo natural.

A República das Araucárias está longe de ser um projeto definitivo e consensual entre os separatistas do MSP – como vimos, a identidade do Sul como nação para esses separatistas é uma construção recente, fragmentária e inacabada, e é objeto de freqüentes disputas e revisões. Mesmo assim, a idéia é discutida pelos círculos intelectuais do movimento. Além de representar uma tentativa de dar um corpo nacional à Região Sul, ela mostra também como as ideologias nacionalistas são canalizadas para oferecer respostas a problemas correntes. Clifford Geertz (1973) observou que ideologias nacionalistas articulam imagens e metáforas compartilhadas que se encontram latentes: representações compartilhadas e implicitamente compreendidas passam a obter relevância como doutrinas ideológicas e transformam-se em fontes de informação para os atores sociais. O trabalho do intelectual nacionalista, nesse sentido, é de canalizar crenças e valores num sistema simbólico organizado que “transforme humores generalizados em uma força prática” (Geertz, 1973, p. 252).

No Pacto das Araucárias, ambientalismo e ideologia nacionalista andam juntos⁷⁵ e compõe o que chamo de um “nacionalismo ecológico”: o discurso ambientalista, que passou a ganhar força a partir dos anos 80, se coaduna ao discurso nacionalista na retórica dos intelectuais separatistas e dá a este a atualidade necessária para torná-lo relevante para o homem contemporâneo.

sentimento da federação, que é um meio termo entre essas forças opostas.” (Goulart, 1985, p. 12)

74 Theodoro de Bona – “Pinheiros”, 1979.

75 A ligação entre ambientalismo e tradicionalismo já tinha sido proposta por Carlos Zatti, em seu livro “Nas restes do gauchismo” (1994). Zatti propõe que o estilo de vida tradicional do gaúcho está em consonância com o ambientalismo moderno, já que o gaúcho vive uma vida simples, em contato direto com a natureza, aproveitando de maneira sustentável os recursos que ela lhe provê.

Considerações finais

Tentei sugerir alguns caminhos possíveis para compreendermos como esses discursos nacionais são mobilizados por intelectuais e participantes de movimentos separatistas da Região Sul do Brasil e do Rio Grande do Sul. Essas nações são imaginadas vezes tomam formas diversas, podem mesclar ideário político libertário ou com o ideal de cidadania civil e pluralista e na dissociação entre estado e nação, assim como combinar lógicas integrativas com ideais secessionistas, ou apropriar-se de discursos modernos, como o ambientalismo. Esses intelectuais separatistas interpretam significados culturais e os mobilizam e atualizam com o objetivo de compor discursos e narrativas nacionais que resolvam problemas imediatos para seus movimentos. Em outras palavras, eles percebem e lidam com significados que já estão ali – identidades em potencial – e os reelaboram, tentam torná-los significativos para seus contextos sociais e históricos. Tanto no Rio Grande do Sul quanto no Sul do país essas identidades em potencial são fruto de uma longa história de manutenção de identidades regionais – o separatismo, portanto, tem sentido histórico.

Apesar de sua diversidade de correntes, esses nacionalismos se caracterizam, acima de tudo, pela noção de que há uma nação – seja quais forem os critérios usados para defini-la. Se essas nações não estão totalmente formadas e não são aceita de maneira consensual, elas devem ser recriadas e professadas. Assim, os separatistas do sul juntam fragmentos de um mosaico identitário para imaginar e projetar suas nações. Quando lhes faltam peças, têm de criá-las; quando nem todos concordam em atribuir status de nação a suas comunidades, estes precisam ser convencidos do contrário. Essa floresta de possíveis nações, razoavelmente unificadas em torno de uma identidade gaúcha ou sulista, já habita o imaginário da região e manifesta-se ocasionalmente, sob a forma de doutrina salvacionista, em tempos de crise (conforme as percepções subjetivas dos atores sociais) entre os poderes regional e federal.

Ao compor um inventário de costumes, tradições, ritos, mitos, cantigas, heróis, símbolos e danças “genuinamente gaúchas” ou “genuinamente sulistas” os intelectuais separatistas do Sul dialogam com a historiografia, com o tradicionalismo e com o folclorismo da região: há, assim, uma circulação de idéias entre esses diferentes campos. No caso do Rio

Grande Livre, o tradicionalismo, forneceu uma receita nacional a partir das quais um movimento nacionalista pudesse estabelecer os pilares que legitimassem a idéia de separatismo.

Iniciei este trabalho a partir de uma inquietação pessoal, que talvez seja proveitoso retomar para finalizá-lo: numa era em que a unidade da nação brasileira parece ter-se tornado incontestável, o que motiva os atores de movimentos separatistas a investir na idéia de secessão e na formulação de discursos nacionalistas?

Não procurei, é claro, fornecer respostas definitivas para problemas como esse. Vimos que Benedict Anderson salientou o papel crucial do desenvolvimento da imprensa para o surgimento das nações modernas em seu “Comunidades Imaginadas”. O contingente de cerca de 30 mil membros do MSP e 500 do RSLivre, filiados principalmente através da internet, pode servir de indicativo para a compreensão do surgimento dessas novas identidades. Podemos especular que essas tenham “despertado” para suas identidades sulistas recentemente, despertar esse que talvez tenha sido possível graças à popularização desse novo meio de comunicação. Numa era onde fronteiras regionais e nacionais clássicas parecem ser cada vez menos nítidas, os indivíduos tendem a se mobilizar em torno das identidades que para eles parecem estar mais próximas de suas realidades.

Somado a isso está o trabalho dos intelectuais desses movimentos separatistas, tema que enfatizei com maior afínco durante a execução desta monografia. Esses intelectuais – como Irton Marx, Celso Deucher, Carlos Zatti, Sérgio Alves de Oliveira e, mais recentemente, os membros do RSLivre – desde os anos 90, vêm criando grupos de estudos e promovendo encontros, reuniões e assembléias nas quais debatem a idéia separatista e tendam dar um corpo nacional para a Região Sul ou para o Rio Grande do Sul. Longe de ter atingido consenso, essas identidades nacionais permanecem, como vimos, fragmentadas e inacabadas. Durante esses debates, algumas representações nacionais vão ganhando destaque e sendo desenvolvidas, tornando-se progressivamente coerentes e influenciando cada vez mais as ações sociais dos atores envolvidos com movimentos separatistas – é o caso da República das Araucárias, por exemplo. Outras representações acabam tendo um destino oposto: são descartadas pelos intelectuais separatistas e tornam a ser lembradas apenas para serem

usadas como exemplos negativos para a constituição de países sulinos – é o caso da República do Pampa Gaúcho.

É impossível prever se essas identidades diversas identidades em jogo tendem a se fortalecer, tomar unidade, ou a desaparecer por completo, enfraquecendo-se devido à impossibilidade de resolução de suas contradições. Tentei apenas sugerir alguns mecanismos sociais por trás desses debates, relevantes a todos que se interessam pelos fenômenos do regionalismo, nacionalismo e etnicidade.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: Reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **As raízes do separatismo no Brasil**. Bauru: EDUSC, 1998.
- BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra Tríplice. 3a ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- BARTH, Fredrik. **Ethnic groups and boundaries**. In: SOLLORS, Werner (Org.). Theories of ethnicity: A classical reader. New York: New York University Press, 1996. pp. 294-324.
- BARTH, Fredrik. **Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade**. In: VERMEULEN, Hans; Govers, Gora (Org.). Antropologia da etnicidade: Para além de "Ethnic Groups and Boundaries". Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 19-44.
- BAUMAN, Zygmunt. : Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BELLO, Teresinha da Silva. **O movimento separatista e a crise econômica**. In: Indicadores Econômicos FEE. Vol. 21, No 3. 1993. p. 142-147.
- BOURDIEU, Pierre. **A identidade e a representação**: Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: O poder simbólico. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUCKNER, Philip. **O nacionalismo no Canadá**. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H (Org.). Nacionalismo no novo mundo: A formação de estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008. pp. 153-178.
- CALHOUN, Craig. **Nationalism and ethnicity**. In: Annual Review of Sociology. No. 19. 1993. pp. 211-39.
- CARDOIN, Adílco. **Tordesilhas**: muito mais que um tratado. Tubarão: Reuter, 2004.
- COHEN, Abner. **The lesson of ethnicity**. In: SOLLORS, Werner (Org.). Theories of ethnicity: A classical reader. New York: New York University Press, 1996.
- COSTA, Wilma Peres. **Viajantes europeus e o escrever da nação brasileira**. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H (Org.). Nacionalismo no novo mundo: A formação de estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- DACANAL, José Hildebrando. **A miscigenação que não houve**. In: GONZAGA, Sergius (Org.). RS: Cultura & Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 25-33.

DEUCHER, Celso. **Sul Livre**. Sem editora, 2006.

DEUTSCH, Karl W. **El nacionalismo y sus alternativas**. Buenos Aires: Paidós, 1971.

ELIAS, Norbert. **Uma digressão sobre o nacionalismo**. In: Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. pp. 119-158.

FREITAS, Décio. **O mito da "produção sem trabalho"**. In: GONZAGA, Sergius (Org.). RS: Cultura & Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 7-24.

GEISEL, Jorge Ernesto Macedo. **Versos para separar**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures: Selected essays**. London and New York: Hutchinson, Basic Books, 1973.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

_____. **Nacionalismo e democracia**. Brasília: Editora da UnB, 1981.

_____. **Thought and change**. London: The University of Chicago Press, 1964.

GIL-WHITE, Francisco J. **How thick is blood? The plot thickens...: if ethnic actors are primordialists, what remains of the circumstantialist/primordialist controversy?**. In: Ethnic and Racial Studies. Volume 22 Number 5 September. Taylor and Francis Ltd, 1999.

GERTZ, René E. **Separatismo e anti-razão**. In: Indicadores Econômicos FEE. Vol. 21, no. 3. Porto Alegre: 1993. p. 168-175.

GESUL - Grupo de Estados Sul Livre. **Manifesto libertário GESUL**. Sem editora, 2000. Versão digital disponível em: <<<http://www.paginadogaicho.com.br/hist/gesul.htm>>>. Acesso em 20/06/2009.

GONZAGA, Sergius. **As mentiras sobre o gaúcho**: primeiras contribuições da literatura. In: GONZAGA, Sergius (Org.). RS: Cultura & Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 113-132.

GÜTFRIEND, Yeda. **Separatismo - federalismo**: Novas roupagens, modelos antigos. In: Indicadores Econômicos FEE. Vol. 21, no. 3. Porto Alegre: 1993. p. 159-167.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. 4ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HANSEN, Marcus Lee. **The problem of the third generation immigrant**. In: SOLLORS, Werner (Org.). *Theories of ethnicity: A classical reader*. New York: New York University Press, 1996. pp. 202-215.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no Extremo Sul do Brasil: Identidade étnica e os mecanismos sociais da produção de identidade - Chuí/RS**. Rio de Janeiro: UFRJ / PPGAS / Museu Nacional, 2000. Tese de doutorado.

KOHN, Hans. **The idea of nationalism: A study in its origins and background**. New York: The Macmillan Company, 1961.

LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias**. São Paulo: Xamã, 2000.

MACIEL, Maria Eunice. **Os tipos característicos. Região e estereótipos regionais**. In: *Revista Humanas*. v. 18, n. 1/2. Porto Alegre: 1995. p. 171-191.

_____. **Tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul**. In: *Revista Humanas*. v. 22, n. 1/2. Porto Alegre: 1999. p. 127-144.

MARX, Irton. **Vai nascer um novo país: A República do Pampa Gaúcho - União dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Excelsior, 1990.

MAYA, Alcides. *O Rio Grande independente*. Porto Alegre: Tip. da Agência Literária, 1898. Versão digital disponível em: <<http://www.ihgrgs.org.br/bibli_online/alcides_maya/rio_grande_indep/notas_elvo.htm>>. Acesso em 20/06/2009.

MINAHAN, James. **Encyclopedia of the stateless nations: ethnic and national groups around the world**. Westport: Greenwood Press, 2002.

MOLON, Newton Duarte. **Colapso da União: O separatismo no Brasil**. São Paulo: Pensieri, 1994.

NAHIRNY, Vladimir C.; FISHMAN, Joshua A. **American immigrant groups: ethnic identification and the problem of generations**. In: SOLLORS, Werner (Org.). *Theories of ethnicity: A classical reader*. New York: New York University Press, 1996. pp. 266-281.

NATAL, Jorge L. A. **Separatismo, fragmentação e crise do Estado no Brasil pós-1975: Uma leitura a partir do imbróglio sócio-territorial e político institucional**. In: Apresentação para o II Seminário Internacional "Reestructuración Industrial e Impactos Territoriales". Santiago: 1995.

ORTEGA Y GASSET, José. **The revolt of the masses**. New York: W. W. Norton & Company, 1932.

PICCOLO, Helga I. L. **Nós "gaúchos", os separatistas**. In: GONZAGA, Sérgio; FISCHER, Luís Augusto; BISSÓN, Carlos Augusto (Org.). *Nós, os gaúchos 2*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 61-69.

OLIVEIRA, Sérgio Alves de. **Independência do Sul**. 2a ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

_____. **Prefácio**. In: GEISEL, Jorge Ernesto Macedo. *Versos para separar*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: Diversidade cultural no Brasil-nação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas: cultura popular**. São Paulo: Olho d' Água, 1992.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Historiografia e ideologia**. In: GONZAGA, Sergio (Org.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 60-88.

PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H (Org.). **Nacionalismo no novo mundo: A formação de estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PICCOLO, Helga I. L. **Da descolonização à consolidação da república: a questão do separatismo versus federação no Rio Grande do Sul, no século XIX**. In: *Indicadores Econômicos FEE*. Vol. 21, no. 3. Porto Alegre: 1993. p. 148-158.

_____. **Nós "gaúchos", os separatistas**. In: GONZAGA, Sérgio; FISCHER, Luís Augusto; BISSÓN, Carlos Augusto (Org.). *Nós, os gaúchos 2*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 61-69.

PINSKY, Jaime. **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

RADCLIFFE, Sarah; WESTWOOD, Sallie. **Remaking the nation: Place, identity and politics in Latin America**. London: Routledge, 1996.

SHILS, Edward. **Primordial, personal, sacred and civil ties: some particular observations on the relationships of sociological research and theory**. In: *The British Journal of Sociology*. Vol. 8, No. 2. 1957. pp. 130-145.

SMITH, Anthony. **Nations and nationalism in a global era**. Cambridge: Polity Press, 1995.

_____. **Theories of nationalism**. New York: Harper & Row, 1971.

SPERBER, Dan. **Explaining culture: A naturalistic approach**. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

WEBER, Max. **Ethnic groups**. In: SOLLORS, Werner (Org.). *Theories of ethnicity: A classical reader*. New York: New York University Press, 1996.

WANDERLEY, Allyrio. **As bases do separatismo**. São Paulo: A. Meira, 1935.

WINCKLER, Carlos Roberto. **Irton Marx**: a congruência da insensatez. In: Indicadores Econômicos FEE. Vol. 21, no. 3. Porto Alegre: 1993. p. 176-181.

ZATTI, Carlos. **Nas restegas do gauchismo (ensaios com repasses)**. Curitiba: Depto. de Imprensa Oficial do Estado, 1994.

ZATTI, Carlos. **Sul**. Curitiba: Núcleo, 1998.

Anexos

Bibliografia Separatista (relação de livros indicados por informantes ou escritos por membros do Movimento O Sul é Meu País – alguns dos quais não mencionados durante esta monografia):

CADORIN, Adílcio. **Anita Garibaldi**: Guerreira da liberdade. Best Seller, 2003.

_____. **Tordesilhas**: muito mais que um tratado. Tubarão: Reuter, 2004.

DEUCHER, Celso. **Sul Livre**. Sem editora, 2006.

ELLIS JR., Alfredo. **Confederação ou separação**. 3ª ed. São Paulo: Editorial Paulista, 1934.

GEISEL, Jorge Ernesto Macedo. **Versos para separar**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

GESUL - Grupo de Estados Sul Livre. **Manifesto libertário GESUL**. Sem editora, 2000.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. 4ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

JULIANO, Braz. **Comunidade das Repúblicas Independentes do Brasil - CORE**: Ensaio sobre engenharia política. São Paulo: Pannartz, 1992.

KORONTAI, Thomas. **Brasil confederação**: proposta de confederação dos estados brasileiros, Curitiba: Pinha, 1993.

MARX, Irton. **Vai nascer um novo país: A República do Pampa Gaúcho** - União dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Excelsior, 1990.

OLIVEIRA, Sérgio Alves de. **Independência do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

RIBEMBOIM, Jacques. **Nordeste independente**. Recife: Bagaço, 2002.

SALLES, Alberto. **A Pátria Paulista**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983.

WANDERLEY, Allyrio. **As bases do separatismo**. São Paulo: A. Meira, 1935.

ZATTI, Carlos. **Nas restevras do gauchismo (ensaios com repasses)**. Curitiba: Depto. de Imprensa Oficial do Estado, 1994.

ZATTI, Carlos. **Sul**. Curitiba: Núcleo, 1998.

ZATTI, Carlos. **O Paraná e o Paranismo**. Curitiba: Editora Progressiva, 2006.

Lista de endereços e páginas na web relacionados aos movimentos separatistas aqui mencionados (todos os endereços acessados e disponíveis on-line até o dia 20 de junho de 2009):

Movimento O Sul é Meu País: <http://www.patria-sulista.org/>

Grupo de discussão do MSP: <http://groups.yahoo.com/group/mgpsul/>

Weblog de Celso Deucher: <http://www.celsodeucher.blogspot.com/>

Diário Sul Livre: <http://sul-livre.blogspot.com/>

Pacto das Araucárias: <http://pactodasaraucarias.blogspot.com/>

Movimento Rio Grande Livre: <http://www.riograndelivre.org/>

Weblog “O Separatista” (vinculado ao RSLivre): <http://separatista.blogspot.com/>

Weblog do Rio Grande Livre: <http://riograndelivre.blogspot.com/>

Grupo de discussão do RSLivre: <http://groups.google.com.br/group/membros-rslivre>



Figura 1: Bandeira da República do Pampa Gaúcho. Dentro da circunferência azul, que lembra a presente bandeira brasileira, cada estrela representa uma das províncias da república imaginada por Irton Marx. (A cruz preta com bordas amarelas e cercada de fundo vermelho é idêntica à da bandeira de guerra do usada pelo Terceiro Reich durante a Segunda Guerra Mundial.)



Figura 2: Logotipo do Movimento O Sul é Meu País. O mapa da Região Sul é inserido dentro da bandeira do movimento e compõe parte da gravura.

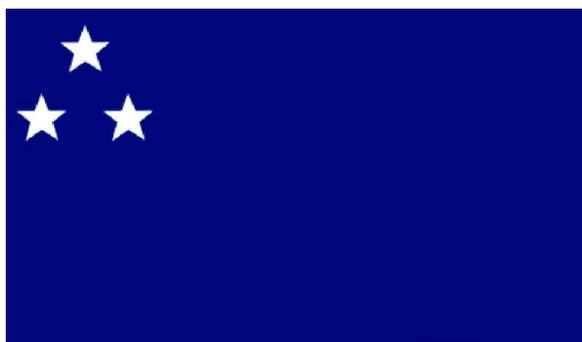


Figura 3: Bandeira do Movimento O Sul é Meu País. Cada estrela representa um dos estados da Região Sul.

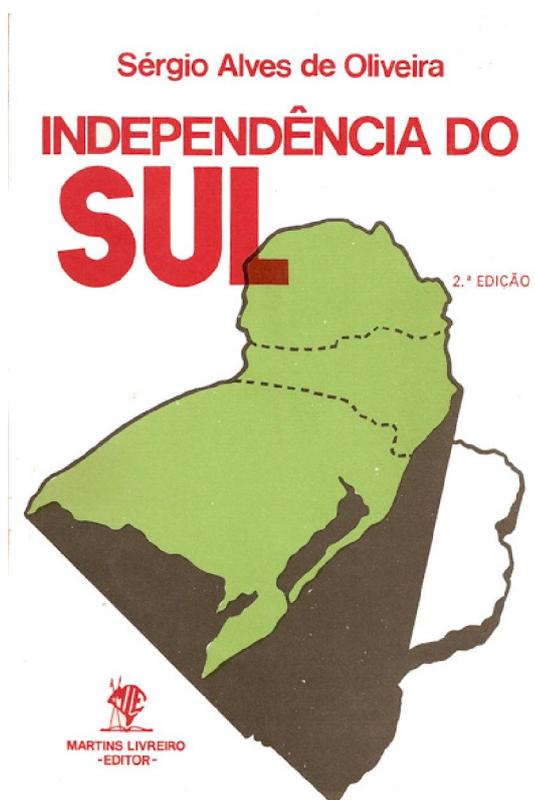


Figura 4: Capa do livro “Independência do Sul”, de Sérgio Alves Oliveira (1986). Novamente, o mapa da Região Sul é usado como logotipo.



Figura 5: Logotipo do Rio Grande Livre, comumente distribuído em formato adesivo e impresso nas camisetas usadas pelos militantes do movimento.